

LUMENA CELI TEIXEIRA

O OUTRO LADO DO ESPELHO

**A EXPLORAÇÃO SEXUAL
SOB O OLHAR DE ADOLESCENTES PROSTITUÍDAS**

MESTRADO

PSICOLOGIA SOCIAL

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**São Paulo
2001**

LUMENA CELI TEIXEIRA

O OUTRO LADO DO ESPELHO

**A EXPLORAÇÃO SEXUAL
SOB O OLHAR DE ADOLESCENTES PROSTITUÍDAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título de
MESTRE em Psicologia Social, sob a orientação
do Prof. Doutor Sergio Ozella.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**São Paulo
2001**

Dedicatória

Aos meus pais Joel e Gema
(in memoriam)
que me ensinaram o gosto pelo estudo.

Aos meus filhos Guaíra e Yan,
para que sigam aprendendo a conhecer.

Agradecimentos

Na produção de um trabalho como este são muitos os colaboradores, portanto muitos os agradecimentos. Apoios de diversas ordens, cada um à sua maneira, que tornaram possível a realização de um sonho como o de escrever uma dissertação.

Em primeiro lugar agradeço ao CNPQ, cujo apoio foi fundamental para que este projeto se realizasse. Assim como aos professores da Psicologia Social da PUC, em especial ao meu orientador Prof. Sergio Ozella, que habilmente me apresentaram os caminhos teóricos a serem percorridos nessa caminhada.

À minha família agradeço pela paciência, já que tanto me fiz ausente enquanto mergulhava em leituras e letras. Especialmente ao companheiro Fred Maia, que revisava atentamente os originais com seu olhar acurado de poeta e jornalista.

Aos amigos, vários, pelo estímulo e por acreditarem no projeto. Destaque aos amigos do Naps2, sempre solidários, e aos amigos e companheiros do Projeto Camará, com quem sigo aprendendo sempre. Marco aqui o valor inestimável do empenho desta equipe, cujo trabalho me inspira como fonte de reflexões permanentes, a inquietar-me o espírito e me exigir novos estudos. Agradeço especialmente ao João Carlos Franca, parceiro de sonhos e realizações, cuja clareza de pensamento muitas vezes foi porto seguro no navegar entre idéias.

Finalmente agradeço, com muito carinho, às meninas entrevistadas, que abriram o coração e falaram de intimidades, contribuindo anonimamente para a produção deste estudo que espero reverta em benefícios para esse grupo social.

RESUMO

Objetivando revelar o sentido subjetivo da exploração sexual para adolescentes prostituídas, foram analisados os discursos de três jovens atendidas pelo Projeto Camará (São Vicente/SP).

Consideramos a constituição do psiquismo humano na relação dialética com a realidade concreta, segundo nos ensina Vigotski, percorrendo os caminhos teórico-metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. Na busca da gênese desse processo constitutivo da subjetividade, apontamos os fatores sociais imbricados com o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Ao considerar a Doutrina da Proteção Integral como marco legal e epistemológico, circunscrevemos a exploração sexual no âmbito da violação dos direitos básicos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A discussão dos resultados deu-se a partir da identificação de *núcleos de significado* presentes nas falas das adolescentes, analisados à luz das histórias de vida de cada uma e do contexto social mais amplo.

“...toda idéia traz consigo, na sua retina conceitual, uma mancha indelevelmente cega. O fim do discurso teórico não é trazer a clareza a todas as coisas, mas ver apesar de e com a mancha cega.”

Edgar Morin

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
A Doutrina da Proteção Integral: marco legal e epistemológico.....	5
Problematização do tema a partir da prática	11
Capítulo I	
VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO	15
Violência sexual	19
Abuso sexual	21
Exploração sexual comercial	24
Capítulo II	
ADOLESCÊNCIA E PROSTITUIÇÃO	27
Adolescência enquanto categoria histórica	27
Contradições na relação da sociedade com a prostituição	31
A adolescente prostituída.....	33
Capítulo III	
PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	42
O sujeito na Psicologia Sócio-Histórica	42
• A configuração de subjetividade.....	43
• Processo de significação e produção de sentido	45
Fundamentos metodológicos	48
Procedimentos	51
• A escolha dos sujeitos.....	51
• A realização das entrevistas.....	52
• Análise dos resultados	55
Capítulo IV	
AS TRÊS MENINAS.....	57
Liliana – 17 anos.....	57
Celina – 17 anos	62
Fabíola – 16 anos.....	64
Alguns aspectos de socialização	70
• Escola e trabalho.....	70
• Amizades	72

Capítulo V

SENTIDOS SUBJETIVOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL	74
A exploração sexual de crianças e adolescentes em São Vicente:	
características gerais	74
Expressões de subjetividade	82
• Liliana.....	82
- Relação sexual dissociada da relação afetiva	82
- Família ausente como principal motivo da exploração sexual	87
- O incontrolável apelo do consumo	90
- Duplo desprazer na relação sexual comercial	92
- A moral como garantia de um lugar social valorizado	95
• Celina.....	100
- Significação ambígua: negação e valorização da exploração sexual.....	103
- O desprazer presente no ato sexual comercial.....	107
- Exploração sexual como meio para obtenção de ‘dinheiro fácil’	109
• Fabíola	113
- A rua como espaço de sofrimento e satisfação de necessidades.....	113
- Programa sexual como meio de acesso à droga	116
- Estratégias de sobrevivência: prostituição X roubo	117
Os personagens masculinos da avenida	119
• O explorador.....	120
• A polícia	122
Algumas conclusões	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
BIBLIOGRAFIA	132
ANEXOS	137
Universo empírico	138
• O município de São Vicente	138
• Projeto Camará	139
- Projeto As Meninas	143
Entrevistas	146
• Liliana.....	146
• Celina.....	168
• Fabíola	178

O OUTRO LADO DO ESPELHO

— a exploração sexual sob o olhar de adolescentes prostituídas —

INTRODUÇÃO

Vivemos em um país onde a má distribuição de renda e a ineficiência das políticas sociais resultam numa situação dramática de pobreza e desrespeito aos direitos sociais da população. A parcela infanto-juvenil já ultrapassa os 60 milhões de indivíduos, e dados de 1990 do IBGE indicam que 53,5% das crianças e adolescentes brasileiros vivem em famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário mínimo.

Estas famílias compõem um quadro de desagregação social, muitas vezes sobrevivendo de sub-empregos, noutras de mendicância, e suas crianças são consideradas de alto risco sob vários aspectos: a fome e a desnutrição prejudicam o desenvolvimento físico e intelectual; a falta de um lar ou as condições precárias das habitações tornam o viver amargo e difícil, levando-os muitas vezes a buscar nas ruas a satisfação de suas necessidades materiais, afetivas ou sociais; a vida se desenvolve numa vizinhança que provavelmente não oferece oportunidades de lazer saudável e de segurança, expondo-as a situações de perigo, brutalidade e comportamentos socialmente condenáveis; as perspectivas de vida são muito limitadas e sombrias, o que vai produzindo, dentre outras coisas, um sentimento de exclusão e rejeição, um senso de revolta por causa das injustiças; os vínculos familiares e comunitários vão perdendo significado e o abandono e a fuga tornam-se realidade inevitável.

A exclusão da escola e a inclusão no mundo do trabalho precoce, abusivo e explorador, completam as condições favorecedoras dos processos de degradação pessoal e social dessas crianças e adolescentes. (Szymanski, 1992) Essas famílias, por não serem atendidas em suas necessidades básicas (trabalho, educação, saúde, habitação, abastecimento, etc) passam a ocupar a condição de subcidadãos ou cidadãos de

“segunda classe”. Pela exposição à morte, à doença, à degradação pessoal e social, são incluídos no universo das chamadas *situações de risco* (Costa, 1989).

A gravidade desse quadro social obriga crianças e adolescentes a buscarem estratégias para driblar tal situação. Saem de casa para trabalhar, abandonam as famílias de origem, praticam delitos. Em sua grande maioria sofrem diversas formas de violação e exploração, seja no trabalho, nas instituições onde estão abrigados, nas famílias, nas ruas, incluindo violência doméstica, maus tratos, abuso, negligência e exploração sexual. Vários são os agressores: instituições, pais, parentes, adultos abusadores. A sociedade brasileira, através de seus mecanismos de atenção e controle criados a partir da década de 90 - os centros de defesa, as defensorias públicas, os conselhos tutelares, o ministério público - vem denunciando a prática histórica dessas violações e exigindo medidas do Estado: aplicação de medidas de proteção e oferta de programas sociais que garantam a segurança, integridade física e moral do grupo crianças e adolescentes (Camará, 2000) ¹.

A sociedade sempre se incomodou com as crianças e jovens em situação de risco social, experimentando sentimentos diversos em relação à sua existência. Por compaixão ou temor, a preocupação e a intervenção na problemática dos “menores”² carentes e abandonados no Brasil remontam ao final do século XVIII. Nesta época foram as Confrarias, Irmandades e Santas Casas de Misericórdia que assumiram o cuidado dos órfãos e abandonados, que chegavam às instituições através das “Rodas dos Enjeitados” ou “Rodas dos Expostos”. Estas eram dispositivos giratórios onde se depositava a criança, para que adentrasse a instituição sob o mais absoluto anonimato. Um sistema que introduzia o anonimato do abandono e a sujeição ao anonimato da tutela institucional, sem nenhuma possibilidade futura de reconstrução da história pessoal (Carvalho e col., 1993).

¹ CAMARÁ/ Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência – **Relatório Parcial dos Resultados do Projeto As Meninas**, São Vicente, 2000 (mimeo)

²Termo jurídico, criado para referir-se aos menores de idade nas leis anteriores a 1990, que tornou-se uma expressão popular em referência às crianças e adolescentes excluídos de seus direitos de cidadania. No entanto, traz em seu significado uma concepção de criança e adolescente *em situação irregular*, ou seja, desadaptados aos padrões sociais vigentes, e portanto alvos de medidas repressivas do Estado.

Os mesmos autores contam ainda que com o passar do tempo o Estado assume uma parcela do atendimento nesta área, referente aos cuidados com os “delinquentes”. São criados “Reformatórios” ou “Institutos Correcionais”, cuja filosofia evidencia-se no próprio nome das instituições. Aos adolescentes que não se enquadravam nos padrões de conduta da época havia que corrigir-lhes, discipliná-los e, para tanto, segregá-los em grandes internatos. Um modelo institucional fundamentado no *controle* das crianças, na perspectiva de reeducá-los, e, principalmente, proteger a sociedade da convivência com os mesmos. Os “carentes e abandonados” ficaram a cargo das entidades filantrópicas.

Em 1964 é criada a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), na intenção de se estabelecer uma política nacional com coordenação centralizada, e a fiscalização sobre as entidades executoras. Esta política coincidia com a modificação do paradigma de abordagem da questão, em curso na sociedade brasileira da época.

“Registra-se, nesse período de modernização conservadora da vida brasileira, uma nova maneira de entender e uma nova maneira de intervir nessa realidade. O enfoque correcional-repressivo, que via o menino como ameaça social, é substituído pelo enfoque assistencialista, que passa a percebê-lo como um carente. Assim, a noção de periculosidade cede espaço central na estratégia de atendimento para a noção de privação.”
(Costa, 1989, p. 46)

Resultou na expansão das estruturas burocráticas para a implementação do sistema e a internação continuou sendo a medida mais usada no enfrentamento da “questão do menor”. Reeducar quem nunca foi educado, reintegrar quem nunca foi integrado, ressocializar quem nunca esteve de fato incluído na sociedade, revelam a hipocrisia evidente da política adotada para o setor, totalmente alheia às causas sócio-econômicas da questão. Era necessário suprimir das cidades as crianças e jovens que contradiziam a idéia de paz e prosperidade social apregoada pelo regime político e escondê-las em instituições totais, tentando adequar o marginalizado à sociedade que o marginalizava.

O Código de Menores³, lei em vigor no período, instrumento jurídico dos mais inadequados (repleto de omissões, medidas paternalistas e altamente repressivas), via a deficiente estrutura familiar como a grande promotora da marginalidade. A família era vista isoladamente, não guardando relação com a sociedade, como se as causas sociais não interferissem em sua evolução. A internação era a principal medida educativa imposta aos “menores em situação irregular”. É importante ressaltar que a *situação irregular* é que definia quem era “menor” : aquela criança ou jovem em situação de pobreza e exclusão social que resulta na evasão escolar, trabalho precoce, rompimento de vínculos, delitos, abandono e carência, numa abordagem conveniente e descompromissada dos conceitos de regularidade e normalidade. Reafirmando essa política discriminatória e preconceituosa, contava-se com outra legislação, a da Família, no Código Civil, para tratar de algumas questões específicas em relação às crianças e adolescentes que viviam em condições “normais” de vinculação familiar e condição sócio-econômica estável. Marcava-se claramente uma diferença de tratamento em função da classe social (Amaral e Silva, 1991).

A partir dos anos 70 começam a surgir movimentos que passam a exigir mudanças, um redirecionamento desse sistema de atendimento a crianças e adolescentes. No decorrer dos anos obtêm-se alguns ganhos: programas preventivos em regime de semi-internato para crianças da comunidade; certas “aberturas” dos internatos à comunidade (utilização efetiva de serviços como centros de saúde e escolas, flexibilização do horário de visitas, finais de semana com pais e parentes); novas experiências como as Casas da Juventude, Centros de Convivência Infantil e OSEMs (Orientação Sócio-Educativa ao Menor); emergência da Pastoral do Menor e do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

Surge um novo movimento crítico, durante a transição democrática, cuja ênfase passa a ser a luta por direitos. E é na busca de garantias à proteção integral de nossas crianças e adolescentes como pessoas em desenvolvimento e cidadãos, que em 1990 é aprovado o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Esta Lei apresenta uma

³ Lei criada em 1927, reformulada em 1979, baseada no controle social da pobreza.

transformação importantíssima no enfoque dado à questão: se o Código de Menores dirigia-se aos *menores* em situação irregular, isto é, em situação de ilegalidade — porque juridicamente irregular é sinônimo de ilegal — o Estatuto trata da situação irregular dos que ameacem ou violem os direitos aí mencionados. Seja o Estado, a sociedade, a família ou qualquer outra pessoa. Tem-se então o fundamento de uma nova ética: tudo que é direito da criança é dever das gerações adultas (Bulgarelli, 1995)⁴.

A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: MARCO LEGAL E EPISTEMOLÓGICO

Cidadania é uma categoria em construção permanente. Diferentemente da noção clássica de cidadania como declaração formal de direitos iguais, há que se considerar as condições objetivas, diferenciadas, dos indivíduos na sociedade onde estejam inseridos. A formalização jurídica dos direitos iguais não assegura a igualdade social. Críticas em relação a posturas clássicas colocam a cidadania no patamar de uma *“categoria estratégica nos processos de mobilização e organização da sociedade por mudanças sociais”* (Santos, 1999, p. 8). Este mesmo autor diz que devemos entender cidadania como *“...uma categoria histórica, socialmente variável e extremamente dinâmica, na medida em que a geração de direitos é uma constante na sociedade.”*

A associação de cidadania com infância é recente, ainda que cada uma dessas categorias apresentem longos percursos históricos quanto aos seus diversos significados. É arraigado o conceito de que a criança deve ser valorizada pelo seu vir-a-ser, pelo adulto que dela resultará, numa visão da *“maturidade como símbolo da perfeição e da capacidade.”* (Santos, 1999, p. 8) O movimento pelos direitos da criança nasce de uma ruptura com a tradição assistencialista (fundada na visão de que à criança lhe faltam atributos), quando afirma o princípio básico de que a criança tem o direito de ser criança.

⁴ BULGARELLI, Reinaldo S. - **Para onde foram os meninos de rua?** Brasília, 1995 (mimeo)

O Relatório de Estudo “Fundamentos e Políticas Contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes” (Faleiros, 1997), aponta os documentos que constituem-se na base internacional de toda legislação promotora dos direitos de crianças/ adolescentes:

- Declaração sobre os Direitos da Criança, ratificada em Genebra, em 1923;
- Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela ONU, em 1948;
- Segunda Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada em 1959;
- Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989;
- Declaração de Viena, de 1993.

No conjunto dessas normas legais firmadas pelas Nações Unidas observa-se um sucessivo incremento no status das crianças no mundo, ao menos no plano normativo. A Convenção de 1989 inaugura novas categorias do direito infantil estabelecendo “*os princípios da igualdade e da não-discriminação, do interesse superior da criança, da obrigação do Estado de proteção dos direitos da criança, incluindo os culturais, sociais e econômicos.*” (Santos, 1999, p. 14)

Por meio desses instrumentos legais formulou-se a chamada Doutrina da Proteção Integral, que pressupõe serem as crianças e adolescentes seres humanos em condição peculiar de desenvolvimento; sujeito e não objeto de direitos.

“A concepção moderna de infância como status separado e particular em relação aos adultos é consagrada universalmente por intermédio desses instrumentos: as crianças têm direitos equiparados aos dos adultos, e um plus, que é a proteção especial; é inclusive atribuído a elas um grau mais elevado de atenção, uma vez que devem ser consideradas ‘prioridade’ em casos de catástrofes, nas políticas sociais, etc.” (Santos, 1999, p. 17)

No Brasil essa evolução concretizou-se, no plano legal, através da promulgação em 1990 da Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que substituiu o

Código de Menores até então em vigor. O novo Direito assegurado pelo ECA traz normas exclusivas, não para alguns, mas para todas as crianças e adolescentes. Consagra na ordem jurídica a doutrina da proteção integral, sistematizando e normatizando a proteção preconizada pelas Nações Unidas (Amaral e Silva in Simonetti e col., 1994).

Para melhor compreensão desse avanço traduzido no ECA, apresentamos a seguir alguns aspectos de grande divergência entre as duas legislações, com base no Quadro Sinóptico (Costa, 1989, p. 29) produzido antes mesmo da aprovação do Estatuto, e que compara o Código de Menores com o então “Projeto ECA”. Esse quadro demonstra claramente as distintas concepções de infância e de responsabilidade social presentes na base ideológica de cada documento.

ASPECTO CONSIDERADO	CÓDIGO DE MENORES (6.697/79) E LEI 4.513/64	ECA Lei 8.069/90
1. Base doutrinária	Direito tutelar do menor. Os menores eram objeto de medidas judiciais quando se encontram em situação irregular, assim definida legalmente.	Proteção integral: a lei assegura os direitos de todas as crianças e adolescentes sem discriminação de qualquer tipo.
2. A concepção político-social implícita	Tratava-se de um instrumento de controle social da infância e adolescência vítimas das omissões e transgressões da família, da sociedade e do Estado em seus direitos básicos.	Trata-se de um instrumento de desenvolvimento social voltado para o conjunto da população e da juventude do País, garantindo PROTEÇÃO ESPECIAL àquele segmento considerado pessoal e socialmente mais sensível.

3. Visão da criança e do adolescente	Menor em situação irregular: objeto de medidas judiciais.	Sujeito de direitos. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
4. Objetivo	Disponha sobre a assistência a menores entre zero e dezoito anos, que se encontrassem em <i>situação irregular</i> , e entre 18 e 21 anos, nos casos previstos em lei, através da aplicação de medidas preventivas e terapêuticas.	Garantia dos direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades a fim de facilitar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.
5. Princípios estruturadores da política de atendimento	Políticas sociais compensatórias (assistencialismo) e centralizadas.	Municipalização das ações. Participação da comunidade organizada na formulação das políticas e no controle das ações.
6. Direito de defesa	Considerava que o menor acusado de infração penal já era “defendido” pelo curador de menores (promotor público).	Garante ao adolescente a quem se atribua autoria de infração penal defesa técnica por profissional habilitado (advogado).
7. Vulnerabilidade sócio-econômica	Os menores carentes, abandonados e infratores passavam todos pelas mãos do juiz.	Os casos de situação de risco pessoal e social são atendidos por uma instância sócio-educacional colegiada: o Conselho Tutelar.
8. Crimes e infrações cometidos contra crianças e adolescentes	Era omissa a esse respeito.	Pune o abuso do pátrio poder, das autoridades e responsáveis pelas crianças e jovens.
9. Fiscalização do cumprimento da lei	Não havia fiscalização do Judiciário por nenhuma instância governamental ou não-governamental.	Prevê participação ativa da comunidade e, através dos mecanismos de defesa e proteção dos interesses difusos e coletivos, pode levar as autoridades omissas ou transgressoras ao banco dos

		réus.
10. Elaboração	Elaborado por um seleto grupo de juristas.	Elaborado a milhares de mãos pelo movimento social em favor da criança e do adolescente, articulado pelo Fórum DCA (Fórum Nacional permanente de entidades não-governamentais de Defesa da Criança e do Adolescente), com apoio técnico judiciário de um competente grupo de juristas da magistratura, dos ministérios públicos e da Funabem.

A regra mais geral dos direitos da criança e do adolescente no Brasil se expressa através do artigo 227 da Constituição Federal (Sêda, 1991, p. 24):

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

No entanto, o fato de uma lei ser aprovada e sancionada, regulando determinado assunto, não garante automaticamente o Direito relativo a essa lei. Apesar de avançado e sintonizado com as modernas correntes internacionais, o ECA por si só não garante a cidadania das crianças e jovens de nosso país.

“Só há Direito quando as pessoas agem umas em relação às outras de tal forma que as normas declaradas na Lei estejam presentes nesse conjunto de relacionamentos interpessoais da sociedade.” (Sêda, 1991, p. 19)

Nas palavras desse mesmo autor, jurista participante do processo de formulação do Estatuto, a Constituição Federal é um *“pacto político que a sociedade faz consigo mesma”*, já que a realidade social *“não é formada de concordâncias, mas das divergências emanadas das diferenças entre indivíduos e grupos que a compõem”*. O texto constitucional seria a inscrição, feita por esse conjunto multiforme de indivíduos e grupos, do que é passível de ser exigido entre eles, reafirmando, portanto, o caráter da cidadania como uma categoria em construção permanente.

“A regra geral do Direito Brasileiro da Criança e do Adolescente é portanto o preceito político com que cada cidadão e suas entidades representativas podem fazer valer o que aí se pactuou ser exigível para com a população infanto-juvenil.” (Sêda, 1991, p. 25)

Há uma distância, portanto, entre a cidadania dada pela natureza do Estado de Direito, que pressupõe a igualdade, e a realidade objetiva, social, onde insere-se o indivíduo, em nosso país uma realidade social permeada pela desigualdade e pelo descaso do Estado quanto à garantia dos chamados mínimos sociais. É a não cidadania que define, negativamente, a condição de ser cidadão.

“A percepção de sua ausência e a luta pela sua presença é o que move o movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente, visando a efetividade desses direitos no cotidiano dos pequenos, a politização desse cotidiano.”
(Pereira, 1995, p. 19)⁵

A Doutrina da Proteção Integral deve ser encarada como a expressão jurídica de um projeto de sociedade, a ser colocado em prática pelo conjunto dessa mesma sociedade, na perspectiva de criar uma cultura de cidadania que de fato corresponda, na

⁵ PEREIRA, Irandi (1995) – **Cidadania: uma categoria estratégica na defesa dos direitos da criança e do adolescente**, SP. (mimeo)

realidade objetiva, à proteção especial de que necessitam as pessoas em fase de desenvolvimento — as crianças e adolescentes.

PROBLEMATIZAÇÃO DO TEMA A PARTIR DA PRÁTICA

Norteados pelo paradigma da proteção integral e pela compreensão da dimensão sócio-econômica da questão, o campo da atuação profissional dirigida à infância e juventude em situação de risco passa a exigir ações que enfrentem a complexidade da situação de exclusão a que está submetida essa importante parcela da população. Considerando a histórica destituição de valor social referida a esse grupo social, a meta consiste em promover a evolução de sua condição de objeto para a de sujeito de direitos. A ação educativa deve ser traduzida na criação de possibilidades e organização de meios, para que o educando possa empreender, ele próprio, a construção de seu ser em termos individuais e sociais.

Nesta prática substitui-se o modelo assistencialista de negação de direitos, onde busca-se essencialmente *preencher as lacunas* num movimento reparatório das *faltas e danos* do objeto assistido, por uma perspectiva dialética de elevação da auto-estima a partir do reconhecimento, valorização e expressão de subjetividade. Uma ação educativa que não busque reafirmar apenas o que não se sabe, o que não se tem, mas que procure apontar e traduzir ao próprio educando o que ele é, o que ele sabe, o que traz de bom consigo, o que se mostra capaz de fazer. Neste processo de tomada de consciência de si mesmo, quanto aos desejos e aos limites, as potencialidades e as possibilidades, caminhar na direção da construção de um projeto de vida torna-se uma meta possível, além de fundamental. Possibilita a ruptura com o imediatismo e a abertura para o futuro, implicando na ampliação de horizontes e percepção de si mesmo no mundo como sujeito histórico e dono do próprio destino (Costa, 1991).

Este modelo de atendimento pressupõe um profissional atento e disponível para olhar e ver a singularidade de cada educando, que se proponha a promover o protagonismo dessa criança e desse adolescente a partir da valorização das expressões

de subjetividade, sem o que torna-se impossível superar os padrões de massificação e despersonalização que têm sido preponderantes nessa área.

Minha experiência pessoal no atendimento direto a crianças e adolescentes, contextualizada nessa perspectiva da Proteção Integral, desde 1991, tem me proporcionado, além de enorme aprendizado e encantamento, inúmeras reflexões e questionamentos. Uma destas questões refere-se à exploração sexual vivida por crianças e adolescentes do sexo feminino, que ocupam ruas e praças à espera de clientes para realização de “programas” : atividade sexual mercantilizada, que revela uma das faces mais perversas da chamada situação de risco a que essas meninas estão submetidas.

Essa atividade, identificada prontamente como *prostituição* pelo olhar do cidadão comum, para elas assume diferentes contornos em suas vivências cotidianas. O assunto é delicado, evitam falar desse lugar, os sentimentos são mesclados pela sensação de independência, destemor e vergonha. Essa atividade sexual resulta em remuneração, mas quando questionadas se trabalham, respondem que não. Invariavelmente dizem que “querem sair dessa vida”, “não desejam isso pra ninguém”, ao mesmo tempo que muitas introduzem amigas, primas, irmãs mais novas “na avenida”. A grande maioria apresenta muita dificuldade na vinculação a serviços de atendimento, bem como muita dificuldade em enxergar possibilidades de superação dessa condição.

Enquanto profissional dedicada à área da infância e juventude, preocupada com a eficácia de metodologias de atenção psicossocial junto a essa demanda, busco aprofundar-me na compreensão de aspectos que favoreçam minha atuação. Parto do pressuposto de que, para o enfrentamento das questões relacionadas à infância e juventude em situação de risco, é necessária a elaboração de políticas de atendimento que de fato se aproximem do universo subjetivo dessas pessoas. A compreensão da subjetividade dos sujeitos acompanhados, portanto, é fator indispensável para uma política eficaz em seus propósitos, já que permite a formulação de um conjunto de ações que façam sentido aos sujeitos em questão e, por conseguinte, propiciem transformações em suas condições de existência.

Movida pelo compromisso profissional e social de favorecer a conquista de cidadania de crianças e jovens das camadas populares, especialmente de adolescentes em situação de risco, em 1997 envolvi-me ativamente na fundação de uma organização não-governamental em São Vicente, litoral do estado de São Paulo, que desde então desenvolve um trabalho significativo junto a esse grupo social. Trata-se do **Projeto Camará – Centro de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência**, cuja metodologia de trabalho descrevo, detalhadamente, em anexo. Como a presente pesquisa foi realizada tendo como sujeitos três adolescentes lá atendidas, importa destacar, neste momento, dois aspectos: qual a minha função e qual o público beneficiário desse Projeto.

O Projeto Camará organiza suas ações em três núcleos programáticos: Núcleo Psicossocial (atendimento psicológico e acompanhamento terapêutico), Núcleo Sócio-Cultural (atividades artístico-culturais e de protagonismo juvenil) e Núcleo de Pesquisa e Formação (estudos, formulação de projetos, supervisão, consultoria, seminários). Pessoalmente, exerço a coordenação deste último núcleo, o que significa que sempre acompanhei a trajetória dos jovens atendidos pelo Projeto Camará, sem no entanto atendê-los diretamente. Equivale a dizer que atuo, conjuntamente à coordenação geral, na formulação de nossa política de atendimento, na formação da equipe técnica e no aprofundamento teórico-metodológico do atendimento direto à população.

Quanto ao seu público alvo, recebemos encaminhamentos do Sistema de Garantia de Direitos (Vara da Infância e Juventude, Conselho Tutelar) e da própria comunidade, que nos procura espontaneamente. São jovens em situação de risco social, com dificuldades diversas, que encontram no Camará a oportunidade de refletir sobre seu lugar social e elaborar projetos individuais e coletivos para superação dessas dificuldades.

Desde 1999, com a aprovação do *Projeto As Meninas*⁶ pelo Programa Brasil Criança-Cidadã do Ministério da Previdência e Ação Social, temos focalizado a questão

⁶ Detalhamento desse projeto em anexo.

da exploração sexual de crianças e adolescentes em São Vicente. Em consonância com a metodologia de trabalho do Camará, baseada na ação/ reflexão/ ação, concomitante ao atendimento temos realizado também atividades de estudo e pesquisa, para maior embasamento da prática. Apresentamos no *Relatório Parcial dos Resultados do Projeto As Meninas*, produzido em 2000, o perfil das adolescentes então acompanhadas pelo projeto, bem como as impressões de seus familiares em relação à situação, além do pensamento das principais autoridades do município sobre a prostituição infanto-juvenil. Esta discussão inicial proporcionou-nos alguns avanços na compreensão do fenômeno, mas criou novas e diversas inquietações.

Interessada no permanente aprimoramento de nossas metodologias de intervenção, movida pelas inquietações provocadas pela prática do atendimento direto, a presente investigação surge como estratégia de aperfeiçoamento desse trabalho. A continuidade do Projeto As Meninas nos exige a produção de novos conhecimentos, especialmente no que se refere à constituição da subjetividade dessas meninas. No momento sentimos a necessidade de compreender, mais profundamente, qual o **sentido subjetivo da prostituição para as adolescentes que praticam relações sexuais comercializadas**, sendo este, portanto, o objetivo principal da presente pesquisa.

CAPÍTULO I

A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A COMPLEXIDADE DA QUESTÃO

A questão da violência, exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes manifesta-se de forma complexa, apresentando dimensões que podem ser analisadas separadamente, mas que, para uma verdadeira compreensão do fenômeno, devem ser entendidas articuladamente. São diversos os fatores determinantes do fenômeno, todos dialeticamente relacionados na composição da intrincada estrutura social.

Este é um problema mundial e está presente em todas as classes sociais. No entanto, por ser ilegal e clandestino, e muitas vezes ocorrer em ambiente doméstico, enfrenta-se a dificuldade de quantificação e a falta de visibilidade do fenômeno. Dados e estudos recentemente realizados, baseados em depoimentos, denúncias, acompanhamentos de casos, permitem certo aprofundamento na compreensão de sua dinâmica, mas admite-se que há muito ainda que investigar e compreender: produzir estudos que servirão como base para desencadear ações governamentais e não governamentais no sentido de transformar essa realidade. (Faleiros, 1997)

De acordo com os Anais do Seminário sobre a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas (Brasília, 1996), segundo nos conta uma de suas organizadoras, Maria Lúcia P. Leal:

“A idade das crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual oscila entre 10 a 19 anos e tanto podem ser do sexo feminino quanto do masculino, de todas as classes sociais e etnias. A grande incidência ocorre entre adolescentes mulheres, provenientes das classes populares de baixa renda que vivem na

periferia dos centros urbanos, nos garimpos e outros locais similares.” (Leal, 1999, pp. 17-18)

Para compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil deve-se considerar aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, políticos, jurídicos e éticos de nossa sociedade, bem como a diversidade cultural existente no país, em função de sua dimensão territorial, que determina diferenças na forma de manifestação do fenômeno em cada região.

Essa sociedade apresenta uma estrutura perversa de desigualdades, constituída não apenas pela dominação de classes, mas também pela de gênero e raça: a grande maioria das vítimas de exploração sexual é pobre, do sexo feminino, negra ou mulata. Kathelen Mahoney, em sua exposição no já citado Seminário das Américas, demonstra como as relações de gênero desfavorecem as mulheres:

“Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual masculino tradicional são o poder, a dominação, a força, a virilidade e a superioridade. Os valores e prerrogativas culturais que definem o papel sexual feminino são a submissão, a passividade, a fraqueza e a inferioridade. A tradição da supremacia masculina ensina rapazes e homens que os traços femininos são sem valor; são sem mérito; e as mulheres devem ser tratadas com inferioridade ou menos bem que os homens. Com o estereótipo da supremacia masculina os homens aprendem a ter expectativas sobre seu nível de necessidades sexuais e sobre a acessibilidade feminina. A dominação e a subordinação são sexualizadas, o que leva à idéia de que os homens têm o direito aos serviços sexuais da mulher. Implicitamente o abusador assume que é sua prerrogativa fazer sexo com qualquer mulher que ele escolha. Ele tem o direito de usar as mulheres como objeto para seu prazer. Uma vez que o uso das mulheres como objeto pelos homens esteja legitimado

ou enraizado na cultura, o terreno está preparado para todas as formas de tráfico, prostituição, sexo turismo e abuso sexual de crianças e adolescentes do sexo feminino e mulheres. A idéia que a criança ou a mulher tem o direito ao próprio corpo não cabe na ideologia supremacista masculina.” (Faleiros, 1997, pp. 10-11)

Quanto à desigualdade de raça/etnia, é sabido que apesar da população brasileira estar composta por uma maioria de negros e seus descendentes, a discriminação pela cor ainda é um fator social relevante, que destina negros e mulatos a condições de exclusão de bens e serviços, resultado da manutenção do status quo da supremacia branca. Dados estatísticos sobre a população brasileira (IBGE, 1996, citado por Leal, 1999) demonstram que a grande maioria dos negros vive em estado de pobreza, sofrendo as consequências dessa perversa organização social.

Indicadores sociais levantados pelo referido Instituto, no mesmo ano, revelam dados assombrosos: 41,5% dos brasileiros estão na categoria dos sem rendimentos mensais; 15,3% apresentam rendimentos de até um salário mínimo mensal; 12,9% ficam na faixa de um a dois salários mínimos pelo mesmo período. (Leal, 1999) Decorre daí que 69,7% das pessoas, praticamente 70% da população brasileira, recebem de zero a dois salários mínimos mensais. Um enorme e vergonhoso nível de pobreza e miserabilidade, que torna milhões de crianças e adolescentes vulneráveis às mais diversas formas de violência e exploração. No desenho dos fatores estruturais, a pobreza extrema vincula-se às relações sociais de concentração de riquezas e às relações culturais desiguais de gênero e raça.

Historicamente, a sociedade brasileira é marcada também pela relação de autoritarismo entre adultos e crianças, reflexo de uma compreensão autoritária do pátrio poder.

“A criança e o adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objeto da dominação dos adultos, tanto através da

exploração de seu corpo no trabalho, quanto de seu sexo e da sua submissão.” (Leal, 1999, p. 20)

A violência sexual, aqui em questão, manifesta-se como fruto de relações de poder, produto de relações sociais construídas de forma desigual. O poder do adulto (ou um não adulto, porém mais forte) sobre a criança e o adolescente, que se manifesta *“num processo de apropriação e dominação não só do destino, do discernimento e da decisão livre destes, mas de sua pessoa enquanto outro.”* (Faleiros, citado por Leal e César, 1998, p. 15) Este uso do poder, exercido pela força, é a antítese do exercício do poder legítimo. Este último é afirmado quando fundado na proteção e no respeito, cultivado em relações permeadas pelo diálogo e pelas trocas afetivas, consoante com o estado de direito.

Nas palavras de Vicente Faleiros:

“A desestruturação do poder legítimo é a expressão da repressão e do autoritarismo, é a escravidão do outro a si, manifestação da relação de domínio do outro, presente tanto na esfera familiar e doméstica como em diferentes contextos institucionais de poder (escola, polícia, comércio, mídia, igreja). É a desestruturação do poder simbólico da proteção do adulto e do adulto pai/parente, desestruturação dos referenciais culturais da família como formadora da identidade, da socialização e mesmo da ideologia da convivência familiar.”
(Faleiros, in Leal e César, 1998, p. 15)

Distingue-se, então, o poder violento do poder não violento: *“O poder é violento quando nega ao violentado seus direitos, quando é atentatório ou destruidor da identidade do dominado.”* (Faleiros, 2000, p. 18)

A implementação do paradigma da proteção integral, o reconhecimento e estímulo à autonomia e ao protagonismo de nossas crianças e adolescentes apresenta-se,

portanto, como uma luta ideológica, cultural e simbólica contra esses valores presentes em nossa sociedade. Uma contradição social que mostra uma de suas facetas mais perversas na violência sexual, na imposição de uma relação de dominação e subjugação do adulto contra a criança ou o adolescente, que despreza e aniquila seu lugar de sujeito desejante e de direitos. E que, apesar de contar com uma legislação avançada quanto à proteção e garantia dos direitos de suas crianças e adolescentes, mantém um sistema de justiça que via de regra tolera a impunidade de abusadores e violadores desses direitos.

VIOLÊNCIA SEXUAL

O enfrentamento da violência sexual, de forma mais articulada, criando novas demandas para estudos e pesquisas, é recente na sociedade brasileira. Data apenas da última década, período de tempo insuficiente para desvelamento da questão, dada sua complexidade intrínseca, bem como a diversidade de suas formas de manifestação. Estes fatores parecem explicar a confusão teórico-conceitual que se apresenta hoje, entre os diversos autores que se dedicam ao tema.

Pesquisa realizada por Eva Faleiros em 1998, sobre os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, apresenta-nos a diversidade dos termos utilizados para referência aos mesmos fenômenos.

“Por exemplo, o fenômeno do abuso sexual é designado por diferentes termos, como: violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, exploração sexual, maus tratos, sevícia sexual, ultraje sexual, injúria sexual, crime sexual. Para denominar a violência sexual intrafamiliar encontra-se os termos abuso sexual doméstico, violência sexual doméstica, incesto, abuso sexual incestuoso. O uso sexual de menores de idade com fins lucrativos é nomeado ora como prostituição infanto-juvenil, ora como abuso sexual, ora como exploração sexual comercial. (...) o termo exploração sexual é utilizado

pela OMS para designar situações de abuso sexual intra e extrafamiliar e prostituição, enquanto que muitos autores o utilizam referindo-se apenas à exploração sexual comercial.”

(Faleiros, 2000, p. 9)

Esta constatação aponta para uma questão epistemológica clara: a necessidade de melhor conceituar a problemática da violência sexual contra crianças e adolescentes, buscando uma compreensão mais uniforme dos fatores que estão aí imbricados. Uma conceituação coletivamente compartilhada possibilita melhor interlocução entre os diversos atores institucionais e facilita a produção de conhecimento que objetive embasar as ações desses atores.

Apresentamos aqui a contribuição de Eva Faleiros, entendendo que representa o resultado da reflexão dos principais pesquisadores do tema hoje no país. A metodologia utilizada em sua pesquisa constou de um vasto levantamento bibliográfico e a realização de Oficina (Brasília, fevereiro de 1999) para discussão dos conceitos com vários estudiosos dessa temática, vindos de diferentes estados do Brasil. O trabalho de sistematização desses dados resultou em uma conceituação bem delimitada de cada termo utilizado em referência ao fenômeno da violência sexual. Dado seu caráter de representatividade das discussões entre diversos e importantes pesquisadores brasileiros, dessa área específica, na presente investigação utilizaremos os conceitos propostos pela autora como referência para nossas reflexões e construções teóricas.

Confirmando o que também observamos, através do levantamento bibliográfico, Faleiros aponta o fato de que uma preocupação presente na literatura sobre a temática refere-se à tentativa de classificar a violência em suas várias formas de manifestação: física, psicológica, sexual, estrutural, institucional. Na intenção de analisar e distinguir estas manifestações da violência, muitas vezes acaba-se reduzindo a complexidade da questão. As aparentemente distintas formas de violência, na verdade, não ocorrem isoladamente. Não é possível conceber, por exemplo, violência física que não seja também psicológica; ou violência sexual que não compreenda formas de violência física, psicológica e estrutural.

A violência sexual deve ser considerada de extrema gravidade, dado seu caráter íntimo e relacional, que resulta na constituição de estruturas psíquicas e sociais permeadas pela fragilização da vítima e pelo desrespeito à sua condição de sujeito. Concordando com as palavras da autora (1999, pp. 19-20), identificamos as principais consequências provocadas por esse tipo de violência:

- *“Deturpa as relações sócio-afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;*
- *Confunde, nas crianças e adolescentes violentados, a representação social dos papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; o que implica a perda de legitimidade e da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;*
- *Inverte a natureza das relações adulto/ criança e adolescente definidas socialmente, tornando-as desumanas em lugar de humanas, desprotetoras em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas, dependentes em lugar de libertadoras, perversas em lugar de amorosas, desestruturadoras em lugar de socializadoras;*
- *Confunde os limites intergeracionais.”*

ABUSO SEXUAL

Este termo parece ser o mais popularizado, geralmente utilizado para tratar de violência sexual intrafamiliar, aquela que ocorre quando há relação de parentesco entre vítima e agressor. O significado etimológico da palavra *abuso*, segundo Gabel (citado por Faleiros, 2000, p. 13) refere-se ao afastamento do uso normal. *“O abuso é, ao mesmo tempo, mau uso e uso excessivo. Significa, pois, ultrapassar os limites e, portanto, transgredir.”*

Para Ravazzola (citado por Faleiros, 2000, p. 13):

“O abuso refere-se a um estilo, a um padrão, a uma forma de tratamento que uma pessoa exerce sobre outra, sobre si mesma ou sobre objetos, com a característica de que não percebe que produz danos. Quem exerce abuso não aprende a regular, a medir, a dizer, a escutar e respeitar mensagens de si mesmo e do outro; ou encontra-se em contextos nos quais estas aprendizagens foram esquecidas, se diluíram ou perderam força.”

Abuso sexual, portanto, deve ser compreendido como uma forma violenta de relacionamento com a criança/ adolescente, e que provoca danos às vítimas, infringindo maus tratos, físicos e psicológicos. Extrapola o locus da violência intrafamiliar, abarcando toda e qualquer situação onde ocorra relações permeadas pelo uso excessivo do poder, com fins sexuais, incluindo as de caráter comercial.

Acentuando a distinção epistemológica desses conceitos, apesar de imbricados, Eva Faleiros (2000, p. 20) define:

"VIOLÊNCIA é a categoria explicativa da vitimização sexual; refere-se ao processo, ou seja, à natureza da relação (de poder) estabelecida quando do abuso sexual.

ABUSO SEXUAL é a situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer.

MAUS TRATOS é a descrição empírica do abuso sexual; refere-se a danos, ao que é feito/ praticado/ infringido e sofrido pelo

vitimizado, ou seja, refere-se aos atos e consequências do abuso.”

A mesma autora conclui:

“Todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são ABUSIVAS e VIOLENTAS, incluindo as de caráter comercial, não se justificando e nem se explicando porque apenas a violência intra e extrafamiliar seja nomeada abuso sexual.” (p. 21)

Buscando conceituar a violência sexual intra e extrafamiliar, a autora reflete sobre a natureza da relação que se estabelece no cenário onde ocorre cada tipo de violência sexual contra crianças e adolescentes. Citaremos, apenas, as categorias propostos pela autora, sem nos aprofundarmos em seus significados, já que não compõem nosso foco principal de interesse na presente investigação.

Inicialmente distinguem-se as relações de caráter sexual entre as mediatizadas pelo comércio, com fins de lucro, dos relacionamentos interpessoais (existentes na violência familiar). Buscando precisar a natureza da relação interpessoal abusiva, considerada como crime sexual, descrito pelo DSM IV ⁷ (1995), encontra-se a definição dos comportamentos sexuais criminais como parafílicos. Compreende-se, então, que as situações denominadas popularmente por abuso sexual tratam-se de Relacionamentos Interpessoais Sexuais Parafílicos.

Avançando ainda mais na compreensão do fenômeno, propõe-se ainda, ao invés de referir-se ao locus do abuso, qual seja, a designação de intra ou extrafamiliar, distinguir o relacionamento interpessoal sexual parafílico quanto à natureza da relação que o abusador estabelece com sua vítima. Chega-se então à designação de Dominação Sexual Perversa como

“...a construção – deliberada, premeditada, paciente e ritualizada – de um relacionamento perverso, que se mantém através da dominação psicológica de longa duração. Começa por um processo de sedução, que consiste na conquista sutil, seguido de uma “lavagem cerebral” que anula a capacidade de decisão da vítima, e acaba em sua dominação e aprisionamento psicológico.” (Faleiros, 2000, p. 25)

E, ainda, à designação de *Agressão Sexual* ao relacionamento interpessoal sexual parafilico

“...no qual a vítima, submetida pela força física (com ou sem arma) e pelo terror, sofre graves danos, como estupro ou outros atos libidinosos, ferimentos, torturas, sevícias, roubo, trauma psicológico, gravidez ou morte, associados ou não.” (Faleiros, 2000, p. 27)

EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma forma de violência sexual que se caracteriza pela obtenção de vantagem ou proveito, por pessoas ou redes, a partir do uso (abuso) do corpo dessas crianças/ adolescentes, com base numa relação mercantilizada e de poder. Contextualiza-se em função da cultura, do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. Importante ressaltar que o fenômeno não ocorre somente nos setores mais empobrecidos da população, perpassando todas as classes sociais. O que difere, em função dos extratos sociais, *“é o controle social e a visibilidade dessas formas cotidianas de exploração.” (Leal, 1999, p. 22)*

Segundo a mesma autora,

⁷ Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, elaborado pela Associação Psiquiátrica Americana, reconhecido internacionalmente.

“implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais, através do comércio de seus corpos, por meios coercitivos ou persuasivos, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos e liberdades individuais da população infanto-juvenil.” (1999, p. 23)

A exploração sexual comercial de meninos, meninas e adolescentes é compreendida através de quatro modalidades: Prostituição Infantil, Pornografia, Turismo Sexual e Tráfico. Para o presente estudo, não nos deteremos nas modalidades além da Prostituição Infantil, por estar localizado, nesta última, o campo de nossa investigação.

O movimento social de defesa dos direitos da criança e do adolescente, a mídia e a sociedade em geral, têm utilizado a terminologia prostituição infanto-juvenil como sinônimo de exploração sexual, violência sexual e até mesmo abuso sexual. De acordo com os documentos da Campanha Nacional Pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual Contra Crianças e Adolescentes (1997)

“...a palavra PROSTITUIÇÃO oculta a natureza do comportamento sexualmente abusado, desviando o enfoque e dando uma idéia de consentimento informado; isto coloca os meninos, meninas e adolescentes em situação de infratores em lugar de vítimas” (citado por Leal, 1999, pp. 21-22)

Desde a CPI da Prostituição Infanto-Juvenil no Brasil, em 1993, buscou-se avançar na compreensão dessa temática, designando-se o fenômeno, a partir de então, como Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em consonância com o que estabelece o ECA em seu artigo 5º. Os setores da sociedade envolvidos com a questão passaram a utilizar a nova denominação, por considerar a prostituição um modo de vida que abrange determinado segmento social, e que apenas o adulto poderia optar, com consciência de seus atos, por esse modo de vida. *“Uma criança, com menos de 12 anos de idade, e um*

adolescente com menos de 18 anos, não optam por se prostituírem, mas são induzidos pela prática delituosa do adulto.” (Leal, 1999, p. 21) Avançou-se, também, na consideração das dimensões ética e política que envolvem o fenômeno, tratando-o enquanto uma questão de cidadania e direitos humanos, e sua violação como um crime contra a humanidade.

A violência intrafamiliar, ainda que não seja um determinante do ingresso da criança/ adolescente na rede de exploração sexual, revela-se como uma dos mais importantes fatores de vulnerabilização. Por sua vez, esta rede articula-se à situação de fragilidade da família, provocada seja pela pobreza, pela violência de suas relações, ou pelas diversas possibilidades de ruptura do grupo familiar. É uma rede organizada, formada por hotéis, motéis, agências de turismo, rede de tráfico, Internet, diversos estabelecimentos comerciais como casas de massagens e bares, policiais. Nelas operam grupos de pessoas afeccionadas, pedófilos, muitas vezes pertencentes a altas camadas sociais. (Faleiros, in Leal, 1998)

As crianças e adolescentes explorados sexualmente vivem uma situação de opressão que pode ser caracterizada mesmo como uma relação de escravidão, da qual é muito difícil, sozinhos, encontrar saídas.

“As pessoas vitimizadas pela exploração, mesmo obtendo algum dinheiro, perdem a autonomia, o direito sobre si, a decisão sobre seu corpo e seu destino, com consequências sobre seu equilíbrio psicossocial, sua saúde, sua educação.”

(Faleiros, in Leal e César, 1998, p. 19)

CAPÍTULO II

ADOLESCÊNCIA E PROSTITUIÇÃO

ADOLESCÊNCIA ENQUANTO CATEGORIA HISTÓRICA

Partimos da compreensão de que a adolescência não é um período *natural* do desenvolvimento, mas antes uma representação, enquanto fato social e psicológico, consoante à constituição sócio-histórica do psiquismo humano.

A adolescência adquiriu diferentes configurações no decorrer da história das civilizações. Ariès (1978) nos mostra como na sociedade tradicional, até o século XVIII, o indivíduo passava da condição de criança para adulto, sem passar pelas etapas consideradas, posteriormente, como adolescência. Este indivíduo crescia misturado aos adultos, aprendia sobre a vida e como comportar-se socialmente, através do contato direto com eles. Apenas a partir do século XIX a adolescência passou a ser definida com características específicas, que a diferenciasssem da infância e da idade adulta.

Nesta época a aprendizagem de um ofício passou a ocupar um período de tempo maior na vida do indivíduo e a expectativa de vida na população como um todo foi prolongada. Estes fatores tiveram como consequência uma separação gradativa entre a adolescência e o conjunto da sociedade, já que a escola de um lado (formação) e a família de outro (tutela prolongada) foram as instituições responsáveis pela acomodação do jovem às exigências da sociedade que se modernizava (Snyders, 1984, citado por Clímaco, 1991).

À medida em que essas sociedades foram se tornando mais complexas e diferenciadas, o conceito de adolescência também foi se modificando. Ultrapassando-se o modelo de produção econômica e social de natureza mais simples, que exigia apenas força física e aprendizagem calcada na observação e imitação, as sociedades modernas

passaram a requerer um tempo de formação mais prolongado, oferecido prioritariamente em instituições educativas, especializadas para esse fim. Clímaco (1991) observa que, dada a complexidade crescente da própria organização social, a exigência de maior formação e conhecimento “*não é uma exigência somente para o exercício do trabalho, mas para o próprio exercício de cidadania e para a participação social e cultural.*” (p. 19)

Esta mesma autora refere-se à concepção de Rama (1988), quando considera que

“... a juventude só começa a existir como fenômeno social nos grupos que, por disporem de tempo, passam a preparar-se para assumir papéis mais complexos. E é também em relação a esses grupos que se formulam as primeiras caracterizações de adolescência como fenômeno psicológico.” (p. 18)

Apresenta uma caracterização mais recente da juventude, do ponto de vista histórico (século XX), ainda segundo Rama, ao colocar que o adolescente, embora apto para a procriação, em função de sua maturação sexual, e apto para a produção social, em virtude de sua maturação física e mental para trabalhar, não se encontra reconhecido nem habilitado pela sociedade para desempenhar estes papéis. Vive então um período de latência social, caracterizado pela ambivalência entre a potencialidade e a possibilidade de fato, permeado por grandes contradições.

Importante ressaltar, para nosso estudo, sua análise quanto às diferenças de representação da juventude entre classes sociais de uma mesma sociedade. Sua reflexão parte da noção de que se a juventude implica num tempo de moratória, esse tempo apresenta um custo econômico que apenas setores mais favorecidos da sociedade podem sustentar. Essa limitação discriminatória resulta em desdobramentos sociais importantes, já que

“...cada fração de classe social — trabalhadores rurais, classe operária, classe média, média alta, extratos superiores — estará

afetada e parcialmente definida, pelos níveis culturais e educativos de suas famílias e pelo sistema institucionalizado de socialização de sua própria classe social; por outro lado, porém, cada um dos diferentes agrupamentos concretos de jovens se encontra condicionado e definido pelo padrão de juventude de maior relevância social.” (Clímaco, 1991, p.21)

A presente investigação focaliza a realidade social de adolescentes que logo cedo abandonam a escola para desenvolver estratégias mais imediatas de sobrevivência, sem qualificação nem possibilidade econômica para aquele tempo de espera. Suas famílias, na maioria, não podem ou não conseguem oferecer a tutela para consolidação de sua formação pessoal e profissional. Nosso recorte, portanto, revela um adolescente que, além de sofrer o impacto da fragilidade de sua formação, convive com o conflito adicional de não corresponder ao padrão de juventude representada como de maior relevância social. Sem dúvida estes fatores são determinantes na constituição de sua identidade, e revelam-se na expressão de sua subjetividade.

Entendemos que o social adquire sua dimensão histórica precisamente na configuração da subjetividade. Na busca da compreensão do que seja a adolescência, há que se perguntar sobre a constituição histórica deste período do desenvolvimento, porque *“para a teoria sócio-histórica⁸ só é possível compreender qualquer fato a partir de sua inserção na totalidade onde este fato foi produzido.”* (Aguiar, Bock e Ozella, 2001, p. 169)

Em seu trabalho sobre A Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência, Benedito Rodrigues dos Santos (1996) afirma que

“Também os conteúdos e significados sociais — papéis, funções e atributos — da infância e adolescência são singulares e dotados de características próprias em cada época, sociedade e cultura. [...] Concorrem para o estabelecimento de variações

⁸ Esta abordagem será apresentada no capítulo III.

intraculturais os cortes de gênero, etnia, contexto urbano/ rural e mesmo o porte das cidades. Cada sociedade e cultura constrói uma escala de valores que confere importâncias distintas a cada fase da vida e define as idades privilegiadas ou paradigmáticas.” (p. 151)

A concepção moderna de infância, fundada no pressuposto de que são pessoas em desenvolvimento, portanto objetos de proteção especial e sujeitos de direitos, alcançou um grau de universalidade bastante hegemônico nos países com sociedades industriais modernas de culturas ocidentais e economia ‘desenvolvida’. (Santos, 1996). Apesar de ter sido adotada como paradigma oficial na definição de normas legais em âmbito internacional, esta concepção não vem se efetivando no que se refere às populações de baixa renda. Nas palavras do autor:

“Assim, em várias sociedades do Terceiro Mundo, há um descompasso entre essa concepção moderna de infância e as condições objetivas de existência das crianças: a pretensa universalidade do conceito moderno de infância não foi acompanhada da universalização das condições objetivas que levaram à sua criação e propagação.” (p. 194)

No entanto, a dimensão da infância como tempo de brincar e estudar, de aprender a participar da sociedade e de se preparar profissionalmente, transformou-se, em nossa sociedade, em direito adquirido. Hoje, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, significa exatamente a expressão legal do ser criança. É neste cenário ambivalente, entre o conceito normatizado e o desrespeito institucionalizado, que insere-se o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes.

CONTRADIÇÕES NA RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM A PROSTITUIÇÃO

São várias as causas da prostituição. Não se deve incorrer em posturas reducionistas que atribuam à prostituição, por exemplo, apenas causas econômicas. Se assim fosse, como se explicaria o fato de tantas mulheres pobres não se tornarem prostitutas, e, ao mesmo tempo, existirem prostitutas de classe média e alta? A maneira mais fértil de buscar essa compreensão é, sem dúvida, considerar os fatores sócio-históricos da vida dessas mulheres, que se configuram em subjetividade através de processos psicológicos complexos. O sentido atribuído por elas às experiências vividas em determinado contexto espaço-temporal, nos fornece importantes elementos para análise do fenômeno. Em contrapartida, o lugar social que lhe é destinado, consolidado pelo olhar do cidadão comum, é produto e alimento do processo dialético constituinte de sua subjetividade. A maneira como a prostituta é vista, significada socialmente, compõe uma peça importante do intrincado movimento de construção subjetiva desse personagem social e nos ajuda a compreender aspectos da subjetividade de adolescentes prostituídas.

O fenômeno da prostituição é tratado de formas distintas pelos diversos países. Considerando sua relação com práticas delituosas, Saffioti (1989) nos aponta três sistemas jurídicos que regem esse fenômeno: proibicionismo, abolicionismo e regulamentarismo.

“O proibicionismo considera crime tanto a prostituição quanto a exploração comercial do sexo por parte de terceiros, ou seja, o lenocínio. [...] Desta sorte, tal regime pode ser considerado injusto, já que nada faz para abrir caminhos pelos quais a mulher possa livrar-se da vitimização sexual originária, nem da prostituição, e ainda lhe aplica penas.”

“O abolicionismo não considera crime a prostituição, mas somente o lenocínio. Isto é, é passível de processo judicial e condenação a pessoa que ‘induzir alguém a manifestar a lascívia de outrem’, ‘induzir ou atrair alguém à prostituição,

facilitá-la ou impedir que alguém a abandone’, ‘manter, por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente’, ‘tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça’, ‘promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro”

“O regulamentarismo acentua o estigma da prostituta, na medida em que a segrega, pois a confina, a ficha, a carimba. O sistema regulamentarista, como diz o próprio nome, regulamenta o exercício da prostituição, circunscrevendo-o a zonas delimitadas pelas autoridades. Constitui, na prática, a legalização do lenocínio. Nas zonas de prostituição estabelecem-se os bordéis, onde prostitutas têm seu trabalho explorado pelos proprietários destas casas de tolerância.” (pp. 68-69)

O que sustenta o regime *regulamentarista* é a atitude de delimitar uma área para a prostituição com a intenção de “limpar” as outras áreas, a serem então utilizadas pela “gente de bem”, acentuando uma postura extremamente discriminatória, favorecedora de ações criminosas, especialmente do tráfico de drogas e de mulheres. (Saffioti, 1989)

Segundo a mesma autora, o Brasil, ao lado da imensa maioria dos países do mundo, desde 1950 é signatário da *Convenção para a repressão do tráfico de seres humanos e da exploração da prostituição de outrem*, elaborada pela ONU. Apesar de oficialmente nenhum desses países adotar o regime regulamentarista, na prática muitos o seguem, a exemplo do Brasil, confinando suas prostitutas a determinadas áreas geográficas, dentro de cada cidade, eliminando qualquer possibilidade de transformação de seu status social.

Parece-nos que o *abolicionismo* se constitui no melhor sistema jurídico para lidar com a prostituição, no entanto, na prática, o suborno e outras formas de corrupção garantem a manutenção do lenocínio como meio de exploração de mulheres e obtenção de lucro financeiro. Importante ressaltar que o lenocínio adquire ainda formas disfarçadas de funcionar: casas noturnas, casas de massagens, saunas e outras atividades do gênero. Atribui certo requinte à prostituição, garantindo maior tolerância pela sociedade, que termina convivendo pacificamente com ela, sem exigir o confinamento dessas formas mais requintadas de manifestação. A prostituição popular, aquela que ocupa as ruas, é a que a sociedade estigmatiza e não tolera. Referindo-se a esta forma de manifestação, Saffioti (1989) afirma:

“Uma vez que esta é aberta, manifesta, escancarada, sua presença torna-se incômoda, na medida em que lembra aos ‘homens de bem’ que a família não corresponde à ideologia que a retrata como harmônica, integrada, coesa. [...] E, como já se verificou, a violência sexual, grande parte da qual tem lugar no interior da família, funciona como o princípio de um processo de prostituição ou, quando a púbere ou adolescente engravida, funciona como fator de exclusão do grupo familiar, como um preciso vetor em direção à zona.” (p. 70)

A ADOLESCENTE PROSTITUÍDA

A violência sexual assume lugar de destaque no contexto cultural das sociedades modernas industrializadas, onde tudo é transformado em objeto de compra e venda. Relações humanas também são mercantilizadas e envolvidas pela cultura da propriedade, submetendo especialmente crianças e adolescentes ao interesse dos adultos, detentores de poder e domínio sobre elas. Na medida em que se trata de abuso de poder do adulto, o problema se inscreve numa dimensão sócio-cultural da sociedade, e aí precisa ser enfrentado.

Saffioti (1997) refere-se à pesquisa realizada por Azevedo e Guerra, sobre 168 casos de abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes, que contraria a crença bastante difundida de que *“a cobiça sexual dos adultos recai sobre adolescentes”*, cujo corpo está sofrendo as visíveis transformações provocadas pela puberdade. *“A preferência por crianças aponta para o abuso sexual enquanto afirmação de poder, e não como resultado de uma pulsão sexual irreprimível”* (pp. 170-171). Os dados são estarrecedores: mais de 60% dos abusos atingiram crianças entre 7 e 13 anos de idade; em 20,2% dos casos as vítimas tinham menos de 6 anos, caindo para 18,5% na faixa dos 14 a 18 anos. Apesar desses dados referirem-se à vitimização sexual intrafamiliar, sabemos que também na exploração sexual comercial os adultos preferem as meninas mais novas.

Marlene Vaz (1997), socióloga que estuda há muitos anos o fenômeno da exploração sexual, especialmente em relação às meninas de Salvador/ Bahia, refere-se à responsabilidade da mídia *“pela venda do produto mais caro, vendido hoje no Brasil — o corpo da criança e do adolescente, semi-vestido com grife da moda.”* (p. 24) E acrescenta que *“o erotismo das danças ‘tchan’ e ‘na boquinha da garrafa’ não refletem movimentos espontâneos das crianças e dos adolescentes, mas as representações do imaginário pedófilo desta sociedade.”*

Apesar de apresentar diferenças significativas em suas formas de manifestação, em função da região do país, segundo Vaz (1997) as causas da exploração sexual de crianças e adolescentes estão associadas, hoje, *“à pobreza, ao abuso sexual, ao gênero, à raça/etnia, ao turismo-sexual, à mídia e à hierarquia etária.”* (p. 19) São fatores de ordem estrutural, que sustentam a condição de violação de direitos à qual estão submetidas. Em suas palavras:

[...] *“portanto elas não se afastam nem divergem da norma; são afastadas, são divergidas. Assim, não são prostitutas, foram prostituídas. Aparentemente, uma pequena diferença, mas que*

faz uma grande diferença dizer-se menina prostituída em lugar de menina prostituta.” (p. 19)

No que se refere especialmente à adolescente explorada sexualmente, a resistência ao estabelecimento da ‘voz passiva’ na expressão *prostituída* é ainda muito grande em nossa sociedade. Considera-se a adolescência, enquanto tal, uma fonte potencial de perigos para a ordem familiar ou social.

“Os adolescentes, essas crianças com corpo sexuado de adulto, evocam menos ingenuidade e inocência que as crianças. Não só inspiram menos compaixão, mas muitas vezes lhes são emprestadas intenções ou uma maturidade que não possuem, particularmente nas situações em que a sexualidade está em jogo.” (Alvin, 1997)

Aprofundando-nos nessa discussão, apresentamos considerações de Sonia Maria Gomes Sousa (2001a), que faz uma análise psicossocial do discurso dos depoentes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Prostituição Infantil e Juvenil realizada em 1993. Os 41 depoimentos analisados, entre outras questões, apresentaram diferenciações entre categorias de meninas prostituídas, os determinantes dessa prática, a diversidade nos significados atribuídos à prostituição e à sexualidade infanto-juvenil. Citarei de maneira breve alguns desses elementos, de maneira a ilustrar diferentes olhares dedicados à questão, estabelecendo um diálogo com a autora no que se refere à denominação dessa prática junto a adolescentes de classes populares.

Referindo-se às formas de envolvimento com a exploração sexual, naquele estudo denominada por PIJ (prostituição infantil e juvenil), foram delineadas três modalidades, a partir da análise dos depoimentos: *“a prostituição de crianças/adolescentes de rua, de crianças/adolescentes pobres que moram com a família e de adolescentes de classe média”* (p. 99). Na primeira categoria, a vivência de rua estaria imbricada com a prática da prostituição, caracterizando um grupo cujo cotidiano é permeado pela miséria e pela violência e apresentam difícil vinculação aos

programas de assistência social. No segundo caso, haveria indícios de que os próprios grupos sociais aos quais essa criança ou adolescente pertença, numa alusão explícita aos familiares, poderiam ser responsáveis pela sua inserção na PIJ. Em relação às de classe média, a primeira diferenciação estaria na maior capacidade dessa classe social em proteger suas crianças, resultando na presença apenas de adolescentes na prática da prostituição. Estas seriam as que estudam, moram com os pais, e se envolvem com o comércio sexual geralmente divulgado através de classificados em jornais ou agenciado junto a executivos, empresários e outras figuras do poder político.

Comparando com a presente investigação, podemos dizer a priori que os sujeitos de nossa pesquisa pertencem, todos, à classe social menos favorecida, e que a categorização por nós utilizada baseou-se em outros critérios, a serem explicitados no capítulo III, por ocasião da apresentação das adolescentes entrevistadas.

Os quatro determinantes da PIJ que aparecem nos discursos da CPI coincidem com fatores já apontados por nós no capítulo I. São eles: problemas estruturais da sociedade brasileira, condição de pobreza da família, o fracasso das políticas públicas e fatores culturais. No entanto, muitos depoimentos deixam transparecer posições bastante preconceituosas, ideologizadas, especialmente no que se refere à culpabilização da família pobre pelas decorrências da condição de exclusão social a que estão submetidas.

“Não se pode negar que a família tem sido — historicamente — um espaço onde crianças, adolescentes e mulheres sofrem cotidianamente as mais diversas formas de violência. Mas o que chama a atenção aqui é o fato de se apontar, de uma forma ideologicamente marcada, a família pobre como o locus da promiscuidade sexual e, portanto, da prostituição.” (Sousa, 2001a, p. 110)

E a ênfase maior, quanto aos fatores determinantes do fenômeno, recaem sobre esse aspecto.

“...conclui-se que há uma tendência dos depoentes de estabelecer uma única causa para a PIJ, ou seja, a família ‘desestruturada’. Ao centrar o discurso na ‘falta de responsabilidade’ familiar os depoentes expressam um significado de família pobre que é estereotipado e culpabilizador, ou seja, realçam apenas os aspectos negativos e perversos sem ao menos questionar por que as crianças/adolescentes [...] desejam conviver ou reatar os laços com as famílias de origem.” (p. 112)

A autora alerta para a necessidade de vencer os preconceitos, teóricos ou metodológicos, de maneira a se realizar estudos que de fato contribuam para a compreensão da dinâmica familiar nas classes populares. Esta posição é reiterada por nós, baseada em nossa prática de atendimento a essa população, e nos permite afirmar que, mediante uma postura de acolhimento e escuta respeitosa, torna-se possível a aproximação a esse universo familiar singular e o desvelar de seu jogo intersubjetivo.

Em artigo publicado no mesmo ano, onde comenta os pontos principais de sua pesquisa, a autora destaca que o tema da sexualidade infantil e juvenil foi praticamente ignorado na CPI. Os depoentes, em sua grande maioria, tratam do corpo da adolescente apenas enquanto objeto de prazer para o outro, negando-lhe a própria sexualidade. *“Quando aparece, é pela ótica da negatividade sanitária e moral: doenças sexualmente transmissíveis, Aids, gravidez e morte.”* (2001b,p.199) Ao se contrapor a essa postura a autora busca positivar a sexualidade da adolescente, atribuindo-lhe um lugar de não-passividade nesse jogo social, resultando em crítica à designação de *prostituída* à condição vivida por essa menina.

“Se, por um lado, o termo prostituta parece inadequado para caracterizar a totalidade das situações vividas pelas crianças e adolescentes que estão vivendo situações sexuais que envolvam a comercialização — seja em dinheiro, seja em espécie —,

também a designação adotada, principalmente pelas ONGs — prostituída —, é inadequada, pois coloca a criança e adolescente numa situação de passividade, de não-ser que a impede de ser vista em suas ambigüidades e positivities.”
(p.200)

O que define, para nós, o lugar social dessa menina, é a situação de violação de direitos traduzida em diversas formas de violência, em particular a violência sexual impetrada por um adulto abusador, da qual essa menina — criança ou adolescente — é vítima. Não se trata de considerar apenas fatores sociais em detrimento dos individuais, exatamente porque é um fenômeno psicossocial. Diferentes meninas, em contextos sociais semelhantes, desenvolvem diferentes estratégias de sobrevivência. Algumas praticam o sexo comercial, outras não, evidenciando a singularidade de cada uma como determinante nesse processo de construção da identidade. Nesse âmbito podemos e devemos considerar suas ambigüidades e positivities, suas expressões de sexualidade, sem com isso descaracterizar o vazio de cidadania que a sociedade lhe impõe como pano de fundo para suas “escolhas”. Entre aspas, porque uma verdadeira escolha é realizada quando se tem várias opções, liberdade de ação e consciência do ato e de suas consequências, o que sabemos ser questionável quando se trata das condições de vida a que adolescentes em situação de risco estão submetidas. Desse ponto de vista, buscando compreender o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes em sua complexidade psicossocial, defendemos a designação *prostituída* como expressão de um lugar social marcado pela desigualdade e pela violação de direitos.

No presente trabalho, portanto, trataremos de focar o fenômeno da adolescente prostituída do ponto de vista psicossocial, tendo como marco fundamental a relação ambivalente colocada hoje em nossa sociedade, entre a cidadania garantida pela lei e a não-cidadania de fato. Olharemos para essas adolescentes não como prostitutas, mas como prostituídas por esse sistema perverso, sem no entanto, negar-lhe a singularidade ou a expressão da própria sexualidade.

A bibliografia disponível sobre aspectos da subjetividade de adolescentes prostituídas é rara. Os autores que se dedicam ao tema geralmente o fazem numa perspectiva sociológica, política ou pedagógica, aprofundando-se especialmente nos fatores sociais que permeiam o fenômeno. Gomes (1996), em sua pesquisa sobre a prostituição infantil feminina, analisou o discurso de educadores e de meninas envolvidas com a exploração sexual, apontando algumas características subjetivas que aparecem nas falas destas últimas. É oportuno relacionarmos aqui as principais delas, com o objetivo de estabelecermos alguma comparação posterior com os dados coletados por nós.

A primeira questão apontada refere-se à imprecisão do tempo cronológico. Em suas falas as meninas demonstraram fazer um *“uso pessoal do marco da história, com significados próprios”* (p.165), além de uma relação estreita entre tempo e espaço. Diz ter sido comum *“utilizar primeiramente um fato importante ou um lugar significativo para iniciar ou marcar períodos de sua história na rua, independentemente do posicionamento que este fato ou este espaço ocupam na cronologia do tempo.”* (p. 167)

A vivência na rua é marcada por sentimentos diversos. Percebida como espaço de liberdade, ao mesmo tempo identificam-na como lugar perigoso. A polícia é tida como um dos perigos da rua e percebida de forma ambivalente: tem a função de proteger, mas frequentemente agride com violência. Também relatam violências sofridas pelos transeuntes e o fato de *“suas denúncias de maus-tratos não merecerem credibilidade por parte das autoridades competentes.”* (p.169) Revelam alguns códigos que regem o cotidiano de vida nas ruas, ainda que algumas vezes de forma implícita, o que reforça a noção de que se deve, ao trabalhar com essa população, *“ver, perguntar, ouvir e interpretar como se caracterizam os problemas, que são atravessados por diferentes dimensões, nestas se destacando a de ordem sociocultural.”* (p. 170) Quanto aos motivos da saída para as ruas, resumem-se à fuga da violência ou busca de aventuras. Demonstram também, em muitos casos, a solidão como um aspecto fortemente presente no cotidiano, algumas vezes associado ao sentimento de abandono.

A reprodução do modelo familiar tradicional *“como disciplinador das relações também aparece nos depoimentos de seus parceiros sexuais, fazendo com que estes sejam denominados de “maridos” e a prática de sexo desejada seja a do tipo “papai e mamãe”*. (p.171) Segundo o autor, em várias falas *“o lar é mencionado como um espaço, simultaneamente, rejeitado e desejado.”* (p.172) Referem-se a várias instituições em que estiveram internadas, acentuando experiências de sofrimento físico e psicológico, revelando a violência que permeia as instituições que deveriam, por definição, protegê-las daquela.

Relatos de fracasso na educação formal refletem rebaixamento da auto-estima, *“como se o fracasso só a elas pertencesse”* (p. 174) O autor acentua, no entanto, os relatos de educadores sobre o sucesso escolar de algumas meninas, alertando que não se deve associar diretamente pobreza à incapacidade mental. *“O fato de as meninas viverem na rua não implica em deficiência de inteligência operatória.”* (p.174) O trabalho aparece como um ideal a ser alcançado, apesar de ser encarado a partir de um forte viés de gênero. As opções oferecidas a elas são *“tradicionalmente associadas ao trabalho feminino subalterno e ao trabalho não-formal”* (p.176) Outro viés importante é o de classe, na medida em que tanto as meninas quanto os educadores revelam uma *“idéia subjacente de que estas meninas devem trabalhar e não estudar, apesar de serem crianças.”* (p.175)

A temática do roubo aparece em alguns depoimentos, seja como prática assumida ou evitada. O uso de drogas surge como um fato comum, bastante imbricado com a prática da exploração sexual. *“A droga produz, de um lado, a iniciação e manutenção dessa prática e, de outro, colabora com o próprio tráfico de drogas.”* (p. 177) O autor faz referência a depoimentos da CPI, que apontariam o consumo de bebidas e drogas *“como forma de agüentar as péssimas condições de vida.”* (p.177)

Em relação ao processo saúde-doença ligado à sexualidade, alguns fatores foram destacados. Gravidez e maternidade, em geral, são encaradas de forma positiva. O desejo de ser mãe revelou-se *“sinônimo de cuidar de alguém e proporcionar-lhe algo que não tiveram.”* (p.179) Segundo o autor, *“talvez este desejo de ser mãe remeta à*

busca de um papel social definido, através de um vínculo saudável com a vida.” O aborto é justificável apenas quando não houver condições de se criar o filho, reiterando, portanto, a visão da maternidade como algo positivo. No que se refere às doenças sexualmente transmissíveis, verificou-se que apesar de demonstrarem conhecimento sobre formas de contágio e prevenção, agem como se desconhecessem essas informações. O autor nos alerta:

“Pode ser que um dos mitos a ser repensado, em relação ao cuidado com a sexualidade, seja o do poder do processo educativo em si, quase que dissociado de transformações mais amplas, de âmbito social, como ofertas de trabalho digno, ou mesmo propostas de escolarização regular que contemplem o saber constituído ao qual têm acesso a classe média e alta, e também informação ligadas à sexualidade e à prevenção da saúde como um todo.” (pp.181-182)

Compartilhamos deste posicionamento, que aponta para a necessidade de mudanças estruturais em nossa sociedade, de maneira a democratizar o processo de aquisição do conhecimento e promover seu engajamento político-ideológico, operando transformações reais dos perversos patamares de exclusão social da maioria de nossas crianças e adolescentes. O enfrentamento da exploração sexual, enquanto fenômeno psicossocial a ser vigorosamente combatido, insere-se nesse contexto.

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O SUJEITO NA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Sócio-Histórica fundamenta-se nas idéias de Vigotski, enfatizando a complexidade das transformações que constituem o desenvolvimento humano. Vigotski rejeita o conceito de desenvolvimento linear, superando a noção de que este se dá a partir de uma lenta acumulação de mudanças unitárias. Incorporando a dialética marxista como base de sua teoria, parte do materialismo histórico para compreender o homem como sujeito. Amplia a concepção estática e unilateral do determinismo social, concebendo o movimento permanente da relação do homem com o mundo material pela mediação dos significados construídos nessa relação. Em suas próprias palavras, o desenvolvimento humano seria:

“um complexo processo dialético, caracterizado pela periodicidade, irregularidade no desenvolvimento das diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, entrelaçamento de fatores externos e internos e processos adaptativos” (Vigotski, 1999, pp. 161-162)

O homem é concebido como a síntese de múltiplas determinações, cuja subjetividade é construída material e historicamente. Trata-se de ir além da noção de mera influência dos aspectos sociais no processo psicológico de cada ser humano, mas de conceber a constituição do sujeito sempre sob determinadas condições sociais, portanto materiais, e sempre como resultado da atividade de gerações anteriores, portanto histórico.

A configuração de subjetividade

Para expressar a apreensão subjetiva das diversas relações e atividades que compõem a vida social do indivíduo, González Rey (1997) parte de Vigotski e propõe a categoria *configuração* para representar a unidade dinâmica sobre a qual se definem os diferentes sentidos subjetivos dos eventos sociais experienciados por cada pessoa. Uma construção teórica que busca explicar o movimento de apropriação do social no âmbito psicológico, concebida como uma unidade funcional do afetivo e cognitivo. Nas palavras do autor:

“Hemos definido las configuraciones como la interrelación entre estados dinámicos diversos y contradictorios entre sí, la que se produce en el curso de las actividades y relaciones sociales del sujeto a través de las diferentes emociones producidas en dichas actividades.” (González Rey, 1997, p. 118)

O processo de *configuração subjetiva* não é uma expressão direta do mundo material que se impõe de fora, definindo o subjetivo apenas pelo reflexo do que acontece externamente.

“En la constitución de una configuración, lo externo aparece definido dentro del propio proceso de externalización del mundo subjetivo del sujeto, quien al actuar sobre el medio, produce nuevos hechos y situaciones que, en su novedad, aparecen como externos al proceso que los engendró, y devienen internos en el proceso de formación de su sentido subjetivo.” (González Rey, 1997, p. 119)

O social representa permanentemente uma combinação dialética entre o externo e o interno:

“...es externo, pues lo social como forma de la realidad no se agota en aquellos aspectos que tienen una significación para el sujeto individual; y es interno, porque su significación siempre va a depender de un proceso de constitución de sentido, en el cual lo interno y lo externo pierden su condición como antinomia y se integran en una compleja relación dialéctica dentro de su definición subjetiva.” (González Rey, 1997, p. 119)

O homem, imerso em sua cultura e nas suas mais diversas relações sociais, segue permanentemente produzindo novas configurações subjetivas, a partir das experiências materiais, de suas atividades interativas. Este é o curso do desenvolvimento humano, que converte experiências em sistemas de signos que mediatizam e organizam o funcionamento integral de todas as suas funções psicológicas.

O mais recorrente desses sistemas de signos é a linguagem, que no decorrer do processo de vida dá suporte para o desenvolvimento de operações intelectuais cada vez mais complexas, as funções psicológicas superiores. Diferentemente das funções psicológicas elementares, apoiadas nos processos sensoriais e motores, as funções psicológicas superiores são mediadas pelos significados, os nexos estabelecidos pelo sujeito a partir de sua experiência, na relação dialética com o mundo. A atribuição de sentido subjetivo aos objetos da experiência material, a cada nova configuração de subjetividade, alimenta o processo de desenvolvimento dessas funções. Trata-se de um processo em que as alterações nas conexões cerebrais, provocadas pela atribuição de novos sentidos, são traduzidas pelo aparecimento de *“novas sínteses, novas funções cruciais, novas formas de conexões”*. (Vigotski, 1996, p. 135) Referindo-se ao estudo da evolução do pensamento e da linguagem na idade infantil, o mesmo autor afirma:

“A idéia principal (extraordinariamente simples) consiste em que durante o processo de desenvolvimento do comportamento, especialmente no processo de seu desenvolvimento histórico, o que muda não são tanto as funções, tal como tínhamos

considerado anteriormente (era esse nosso erro), nem sua estrutura, nem sua parte de desenvolvimento, mas que o que muda e se modifica são precisamente as relações, ou seja, o nexos das funções entre si, de maneira que surgem novos agrupamentos desconhecidos no nível anterior.” (Vigotski, 1996, p. 105)

Processo de significação e produção de sentido

Ao compreendermos a relação dialética entre o sujeito e seu meio social, na constituição de sua subjetividade, podemos afirmar que tudo que acontece no plano interpsicológico, no âmbito da intersubjetividade, realiza-se no plano intrapsicológico. Nas palavras de Vigotski:

“Toda a função aparece duas vezes, em dois níveis, ao longo do desenvolvimento cultural da criança; primeiramente entre pessoas, como categoria interpsicológica e depois dentro da criança, como categoria intrapsicológica. Isso pode ser igualmente aplicado à atenção voluntária, memória lógica e formação de conceitos. As relações reais entre os indivíduos estão na base de todas as funções superiores.” (1999, p. 171)

Essa transição, aqui considerada como configuração de subjetividade, acontece pelos mecanismos semióticos.

“Todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação de conceitos, esse signo é a palavra, que em princípio tem o papel de meio na formação de

um conceito e, posteriormente, torna-se o seu símbolo.”
(Vigotski, 1998, p. 70)

A linguagem enquanto mediadora das relações sociais, torna-se, portanto, o principal instrumento desse processo. É através da significação e da produção de sentido que ocorre a hominização do homem, ou seja, a apreensão e recriação de significações que acontecem no processo social e histórico.

Em seu estudo sobre a “Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky”, Molon (1999) nos fala:

“Neste universo de discussão centralizado na concepção da constituição semiótica do sujeito, ele constitui-se pelo outro e pela linguagem por meio dos processos de significação e dos processos dialógicos, rompendo com a dicotomia entre sujeito e social, entre o eu e o outro. A alteridade aparece como fundamento do sujeito, e o sujeito como a questão molecular na obra de Vygotsky.” (p. 69)

“A concepção da constituição do sujeito em uma dimensão semiótica não ignora a individualidade nem a singularidade, mas atribui novos significados, quais sejam, a individualidade como um processo e socialmente construída, a singularidade como uma conjugação que envolve elementos de convergência e divergência, semelhanças e diferenças, aproximação e afastamento, em relação ao outro, e o sujeito como uma composição não harmônica dessas tensões e sínteses.” (p. 70)

Compreendemos o processo semiótico como o processo humano de atribuir significado aos signos, palavras, e portanto em permanente transformação dado seu caráter social e histórico. Cabe, no entanto, assinalar a diferença entre significado e

sentido, já que buscamos pela análise da linguagem reconhecer a singularidade do sujeito.

Vigotski (1998, p. 181) nos fala sobre as idéias de Paulhan, segundo o qual “*o sentido de uma palavra é a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência*”, é dinâmico, complexo, absolutamente peculiar ao próprio sujeito e ao contexto em questão. “*Uma palavra adquire o seu sentido no contexto em que surge; em contextos diferentes, altera o seu sentido*”. Já o significado refere-se à mais estável e precisa das zonas do sentido, ou seja, “*o significado permanece estável ao longo de todas as alterações do sentido. O significado dicionarizado de uma palavra nada mais é que uma pedra no edifício do sentido*”.

O autor coloca ainda que apesar das palavras e os sentidos serem relativamente independentes entre si, o “*enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras*” (p. 181). Dessa maneira, a produção de sentido elaborada pelo sujeito revela sua própria subjetividade, apresenta-se como síntese cognitivo-afetiva do pensamento em questão, manifesto em determinado contexto. As falas ditas na vida real possuem sempre um sentido oculto, um subtexto, que quando apreendido revela subjetividade.

O pensamento e a linguagem, apesar de imbricados, apresentam estruturas diferentes. A fala se constitui em unidades separadas (signos), enquanto que o pensamento apresenta-se na totalidade. O fluxo do pensamento não tem um correspondente imediato em palavras, essa transição passa pelo significado. Por isso em nossa fala há sempre o pensamento oculto, o subtexto.

Tratando da comunicação entre pessoas, Vigotski conclui que

“Para compreender a fala de outrem não basta entender as suas palavras — temos que compreender o seu pensamento. Mas nem mesmo isso é suficiente — também é preciso que conheçamos a sua motivação.” (1998, p. 188)

O pensamento é gerado pela motivação, ou seja, pelos desejos e necessidades, interesses, emoções. Na base de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva a ser considerada, quando se deseja compreender plena e verdadeiramente o pensamento de alguém. Esta tarefa implica no desvelamento da história desse sujeito e das circunstâncias que produzem suas configurações subjetivas, a partir de uma postura não reducionista que reafirme, reiteradamente, a dinâmica do materialismo histórico e dialético.

FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo da subjetividade é acompanhado por exigências epistemológicas que encontram suporte na metodologia qualitativa. Esta tem sido o resultado de um esforço na direção da produção de conhecimento em psicologia, que permita a elaboração teórica partindo da concepção de subjetividade humana como uma realidade multideterminada, interativa e histórica.

Na Psicologia Sócio-Histórica, o método de investigação deve ser capaz de substituir a análise de um objeto, pela análise do processo de sua constituição, de sua gênese. (Aguar, 2001) Torna-se inevitável, nesta perspectiva, o rompimento com o paradigma positivista baseado no instrumentalismo, verificacionismo, leituras lineares e reducionistas da complexidade inerente ao objeto.

Segundo nos fala González Rey (1999), a epistemologia qualitativa está apoiada em três princípios que acarretam profundas consequências em termos metodológicos. O primeiro refere-se ao fato do conhecimento ser uma produção construtiva-interpretativa, ou seja, o conhecimento não pode ser reduzido a uma mera somatória de fatos constatados empiricamente.

“El carácter interpretativo del conocimiento aparece por la necesidad de dar sentido a expresiones del sujeto estudiado

cuya significación para el problema estudiado es sólo indirecta e implícita. La interpretación es un proceso en cual el investigador integra, reconstruye y presenta en construcciones interpretativas diversos indicadores producidos durante la investigación, los cuales no tendrían ningún sentido si fueran tomados de forma aislada como constataciones empíricas.” (p. 37)

O segundo princípio alude ao caráter interativo do processo de produção do conhecimento. O autor enfatiza que as relações entre investigador e investigado constituem-se no principal cenário da investigação. No processo de estudo dos fenômenos humanos esta relação é condição necessária para o desenvolvimento de pesquisas, além de ser uma dimensão essencial do próprio processo de produção do conhecimento.

O terceiro ponto remete à singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento, já que, historicamente, tem sido desconsiderada como fonte de conhecimento científico. Segundo o autor:

“Así, cuando trabajamos com el sujeto como singularidad, lo identificamos como una forma única y diferenciada de constitución subjetiva, lo que marca una diferencia esencial com la investigación experimental comportamental, la cual trabaja com individuos a partir de la premisa de que no existen entre ellos diferencias que influyan sobre el comportamiento estudiado. En este sentido, la investigación comportamental usa al individuo como entidad objetivada, mientras que nosotros utilizamos la singularidad como momento diferenciado y subjetivado, el cual aparece como individualidad en condición de sujeto.” (p. 40)

Na perspectiva qualitativa, portanto, o conhecimento científico não alcança legitimidade a partir do número de sujeitos estudados, mas através da qualidade de sua expressão. E ainda: a tarefa não consiste em controlar variáveis na busca da neutralidade do pesquisador em relação ao sujeito/objeto de sua pesquisa, mas sim de *interpretar* (até porque entendemos não ser factível acontecer de outra maneira) o produto da relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado, considerando os determinantes sócio-históricos da situação em foco. (Minayo, 1994; Haguette, 2000)

Na pesquisa que aqui apresentamos, o objeto a ser investigado trata-se da subjetividade de adolescentes prostituídas, o que significa dizer que pretendemos compreender o próprio processo de constituição dessa subjetividade. Consideramos a palavra enquanto unidade básica do discurso, portanto, nosso ponto de partida para chegar à compreensão do pensamento do sujeito. Indo além do significado dicionarizado, buscaremos o sentido pessoal que é dado à palavra, e por conseguinte, o sentido do discurso singular — a fala do sujeito, portanto, significada.

“Assim, a fala, construída na relação com a história e a cultura, e expressa pelo sujeito, corresponde à maneira como este é capaz de expressar/codificar, neste momento específico, as vivências que se processam em sua subjetividade; cabe ao pesquisador o esforço analítico de ultrapassar essa aparência (essas formas de significação) e ir em busca das determinações (históricas e sociais), que se configuram no plano do sujeito como motivações, necessidades, interesses (que são portanto individuais e históricos), para chegar ao sentido atribuído/constituído pelo sujeito.” (Aguiar, 2001, p. 131)

PROCEDIMENTOS

A escolha dos sujeitos

Nossa experiência no desenvolvimento do “Projeto As Meninas” tem demonstrado, junto a meninas pertencentes às classes populares, a ocorrência de três formas diferentes de envolvimento com a exploração sexual. Uma mesma menina pode passar por todas estas experiências em diferentes etapas de sua vida, ou pode viver a exploração sexual em uma destas formas apenas, de acordo com as circunstâncias em que tal experiência ocorra.

Em uma dessas formas de envolvimento, a vivência da exploração sexual é cotidiana. Esta menina geralmente usa drogas, mas não de forma abusiva, o que a permite fazer uso do dinheiro também para outras necessidades. Presa de valores consumistas, alimenta a vaidade pela manutenção da beleza e da boa aparência. Apresenta frequência regular “na avenida”, é mais assumida no que se refere à prática do comércio sexual. Apesar de não tocar no assunto espontaneamente, quando questionada não nega seu envolvimento. Geralmente não mora com a família, mas “se vira”, ora em moradias coletivas, ora em casas de amigas.

No segundo caso a prática da exploração sexual é menos freqüente, acontece de vez em quando, quando a menina quer um dinheiro para comprar determinada coisa e tem no comércio sexual o canal mais imediato para consegui-lo. Convive intensamente com as meninas que fazem avenida regularmente, mas se oferece menos. Não se auto-referê como prostituída, encara essa atividade como algo normal, aceitável nas amigas, mas não se inclui. A maioria ainda mora com a família, mas de maneira um tanto frouxa. Passam dias sem aparecer em casa, e a escola também já deixou de ser referência para a maioria delas.

A terceira forma de envolvimento com a exploração sexual é aquela que está imbricada com a vivência de rua e o uso abusivo de drogas. Estas experiências se confundem, são elementos indissociáveis de uma vida cuja dinâmica expressa-se na luta

pela sobrevivência nas ruas, de forma desordenada e desprotegida, à mercê de toda sorte de violências e agravos à saúde. O uso abusivo de drogas exige a obtenção de dinheiro para sua manutenção, e “fazer programa”, além do próprio tráfico, torna-se a maneira mais imediata de conseguir esse recurso financeiro. Esta menina, ou a menina que esteja vivendo essa fase, apresenta uma dificuldade muito grande em vincular-se aos Programas de Atendimento, apresentando sérios problemas de saúde que decorrem do movimento auto-destrutivo a que está sujeitada.

Ao definirmos os sujeitos para a presente pesquisa optamos por escolher uma menina de cada “categoria”, para que pudéssemos traçar alguns paralelos e algumas diferenciações entre esses lugares diversos que a exploração sexual, aparentemente, assume para cada uma delas. Respectivamente às descrições apresentadas, selecionamos Liliana, Celina e Fabíola, cujos nomes verdadeiros foram aqui omitidos para evitar a identificação.

A realização das entrevistas

Uma característica marcante desse grupo social é a permanente circulação pelas instituições, pelos bairros, por vezes até pelas cidades. As relações que estabelecem geralmente são fugazes referências, que não se sustentam mediante o volume de acontecimentos cotidianos, muitos dos quais violentadores e violadores de sua integridade enquanto pessoas demandárias de proteção e cuidado.

O “Projeto As Meninas”, por motivos totalmente alheios à nossa vontade, sofreu interrupção durante todo o primeiro semestre de 2001, época planejada para que as entrevistas fossem realizadas. As meninas que eu havia definido como sujeitos “sumiram” por um bom tempo, duas delas inclusive viajando por outras cidades. Uma ainda permanece morando em outro município; temos notícia de que está grávida, vivendo com companheiro, razão pela qual a substituí por outra adolescente. Dadas essas dificuldades de ordem prática, associadas ao inexorável passar dos meses e dos prazos para a coleta de dados, decidi aproveitar duas das entrevistas realizadas por

ocasião do estudo empreendido em 2000. Entrevistas abertas, gravadas, realizadas por componentes da equipe do Projeto em sua primeira fase, que focalizavam exatamente o assunto em questão: história de vida, motivos da saída de casa, experiências na exploração sexual.

Uma destas entrevistas é a da Fabíola. A outra é da Liliana, que na ocasião nos forneceu um panorama bastante elucidativo sobre a exploração sexual em São Vicente, com dados muito concretos sobre sua ocorrência. Realizei nova entrevista com ela, especificamente para fins da presente investigação, obtendo dados que faltavam para nosso objeto de estudo. As duas entrevistas de Liliana, portanto, foram realizadas com diferença de um ano, e foram por mim editadas de maneira a compor um material único. Quanto à entrevista com Celina, foi por mim realizada este ano, entre algumas de suas viagens.

Devem aqui serem ressaltados dois aspectos. O primeiro refere-se ainda à dificuldade em realizar as entrevistas com essas meninas. Em decorrência dessa circulação desordenada, de poucos compromissos, marcar horário com elas não é tarefa fácil. Mesmo durante o Projeto, várias das atividades aconteciam de forma espontânea, como as conversas em grupo, porque dependiam do momento em que elas de fato se reunissem, “por acaso”, já que marcar dia e hora não resultava em garantia de comparecimento. Todas as entrevistas, as realizadas em 2000 e as realizadas por mim em 2001, foram marcadas tendo em vista a hora do almoço. O convite para a entrevista foi acompanhado de convite para lanche ou almoço, buscando êxito no relógio biológico e no interesse direto delas em garantir uma boa refeição, já que não contam com rotina estabelecida para tal. As duas entrevistas que realizei foram feitas após termos almoçado em restaurante perto do Camará, mas, ainda assim, com Celina só foi possível na terceira tentativa. Ela se confundia com os dias ou aparecia em momentos desencontrados.

O segundo aspecto ainda a ser apontado sobre as entrevistas diz respeito ao “estilo” da fala dessas meninas, um discurso bastante truncado, permeado por “idas e vindas” sobre os mesmos assuntos, que dificulta bastante a compreensão e análise de

seus conteúdos, sem uma prévia organização desse material. Optamos por realizar uma edição das entrevistas, após a transcrição das fitas, de maneira a organizar o discurso por assunto, facilitando a leitura e posterior análise. Ressaltamos que as falas das meninas em nada foram alteradas, apenas reordenadas por assunto, de maneira a dar maior visibilidade às questões pertinentes a esta investigação. Em anexo apresentamos este material editado na íntegra, com destaque (sublinhado) aos trechos citados na análise dos resultados.

O instrumento utilizado para coleta de dados foi a *entrevista aberta*, por oferecer possibilidades mais amplas de expressão verbal do sujeito, o que atende aos nossos pressupostos metodológicos. Tendo como objetivo da presente investigação, a apreensão da subjetividade configurada pelos sujeitos, a entrevista aberta nos possibilitou identificar os diversos núcleos de significado para cada menina, de forma que os sentidos subjetivos pudessem ser analisados a partir da fala de cada uma. A liberdade de expressão característica do instrumento nos permitiu desvelar os processos de constituição dos sentidos subjetivos, elementos necessários para compreensão de sua gênese.

Um roteiro básico foi elaborado, para garantia de abordagem dos pontos julgados importantes para compreensão do sentido que a adolescente confere à exploração sexual. Numa perspectiva de levantamento da *história de vida tópica* (Minayo, 1994), que privilegiasse o envolvimento dos sujeitos com a exploração sexual, buscou-se obter dados referentes à história familiar, iniciação da vida sexual, motivos que a levaram a sair de casa para a rua e sentimentos relacionados à prática da exploração sexual.

Cabe aqui esclarecer a natureza de minha relação com as entrevistadas. Como já mencionado, minha função no Projeto Camará não é de psicoterapeuta. Durante o desenvolvimento do "Projeto As Meninas" sempre estive voltada aos estudos e coordenação dos trabalhos, apesar de acompanhar o processo de cada menina através dos relatos da equipe, além de conviver no cotidiano institucional duas ou três vezes na semana. Com algumas meninas houve maior proximidade, conversas esparsas, outras

permaneceram distanciadas. Na escolha dos sujeitos para a presente investigação optei por meninas com as quais sentia certa proximidade, buscando facilitar a exposição sobre o tema, já que se apresenta como um assunto de difícil abordagem. Elas evitam falar sobre a realidade da exploração sexual, mesmo quando indagadas respondem com evasivas, a não ser que tenham estabelecido com o entrevistador um vínculo de confiança tal, que lhes possibilite segurança naquela situação. Foi nisto que apostei e parece que obtive êxito. Ambas, Celina e Liliana, sentiram-se muito à vontade durante as entrevistas, falaram livremente sobre o assunto, demonstrando insegurança e hesitação em circunstâncias provocadas mais pelo próprio desenvolvimento do tema, não tanto pelo fato de minha presença. Ao menos essa foi minha avaliação.

Gostaria de explicitar ainda meu entendimento de que o fato das meninas já estarem participando do Projeto há algum tempo poderia conferir às entrevistas um maior grau de elaboração de suas impressões e sentimentos, causado pela sistemática de conversarem com profissionais da equipe sobre a própria vida. Apesar de interpretar esse fato como um facilitador, sem dúvida é mais um fator de contexto a ser considerado na discussão dos resultados.

Análise dos resultados

O procedimento utilizado foi o de *análise de conteúdo*, a partir da fala dos sujeitos. Esta análise se baseia, primeiramente, na organização dos *núcleos de significado* de cada discurso, a serem detalhados no capítulo V.

“Cabe ao pesquisador ir em busca dos temas/conteúdos/questões centrais apresentados pelo sujeito, entendidos assim menos pela frequência e mais por serem aqueles que motivam, geram emoções e envolvimento. [...] Cada um dos núcleos deve, portanto, agregar questões intimamente relacionadas que, de modo geral, devem expressar questões relevantes para a compreensão dos aspectos pesquisados;

portanto, os objetivos da pesquisa orientam esta organização dos núcleos. *Tais núcleos são, pois, os organizadores das falas expressas pelos sujeitos.*” (Aguilar, 2001, pp. 135-136)

Esses núcleos, após identificados e analisados, foram articulados ao processo histórico que os constituiu. Não se pode compreender a configuração da subjetividade somente a partir de uma análise intradiscurso. Para se chegar às determinações constitutivas e explicar a produção do sentido temos que considerar, dialeticamente, a base material, sócio-histórica, presente no processo de transformação do social em psicológico, e portanto, na constituição do sentido atribuído pelo sujeito.

A história de vida da adolescente, bem como a representação na sociedade da prostituição e da adolescente prostituída, constituíram-se no contexto sócio-histórico a ser articulado aos núcleos de significado identificados na fala dos sujeitos.

Introduzindo a análise das entrevistas, no Capítulo IV apresento a história de cada uma das meninas, individualmente, até o momento da saída de casa para a rua. Ainda neste capítulo procuro mostrar alguns aspectos de seus processos de socialização, incluindo aí escola, trabalho e amizades. Relacionamentos afetivos, com namorados ou companheiros, são comentados no capítulo seguinte.

A análise da subjetividade das meninas, propriamente dita, está apresentada no Capítulo V. Início com a caracterização da exploração sexual em São Vicente, sempre a partir de suas falas, a apresento o sentido subjetivo da prostituição para cada uma delas. Procuro destacar as bases afetivo-volitivas presentes no subtexto: os motivos que as levaram à exploração sexual, os sentimentos que experimentam em relação a essa prática e os significados e sentidos pessoais que atribuem a ela. Discuto ainda alguns aspectos referentes aos clientes e à polícia — os personagens masculinos da avenida — e por fim enfatizo semelhanças e diferenças entre as expressões de subjetividade de cada sujeito.

CAPÍTULO IV

AS TRÊS MENINAS

LILIANA – 17 anos

Nosso primeiro contato com Liliana foi em 1999, na época em que conheceu o rapaz a quem atribui a paternidade de seu filho. Logo ela “sumiu”, reaparecendo com 7 para 8 meses de gravidez, sem que tivesse realizado uma única consulta médica até então. Havia se desentendido com a madrinha, com quem estava morando na ocasião, e estava na rua. Não cogitava, de forma alguma, a voltar para casa de sua mãe, iria para casa de colegas, ficar aqui e ali. Providenciamos pré-natal, ultra-som, e chá de bebê em conjunto com outras duas adolescentes grávidas. Das três, Liliana era a mais distanciada da condição de maternidade que se avizinhava. Não demonstrava nenhum afeto pela criança, aliás, fazia questão de referir-se a ela com desdém. Durante o chá de bebê, foi a única que não participou das tradicionais brincadeiras, nem desembrolhou os presentes. Era clara a dificuldade que enfrentava nesse novo papel. Nos atendimentos psicológicos com outro terapeuta da equipe ela conseguia, aos poucos e com muita resistência, fazer ligações entre o abandono que sofreu enquanto filha e a repetição que já começava a imprimir em sua relação com aquele filhinho.

Nesta fase, sua frequência ao Projeto Camará era quase diária. Após o nascimento do bebê, tornou-se menos freqüente. Morou uns dias com a mãe, outros com uma tia, outros ainda com grupo de amigas, num barraco que também serve como ponto de venda de drogas e organização de assaltos. Foi duramente criticada por estas amigas, que também fazem programa, por estar abandonando seu filhinho lá no barraco, sem a devida atenção: muitas vezes saía, virava noite e dia, sem ao menos dar notícias ou procurar saber dele, contando com que ele estaria sendo cuidado pelas amigas.

Sua dificuldade em entrar em contato com os próprios sentimentos sempre foi uma característica marcante de seu processo. Inúmeras vezes descumpriu combinados, faltou aos atendimentos, num movimento que resultava, invariavelmente, em dar um passo atrás em relação a alguma conquista obtida. Entre seus pares, muitas vezes presenciamos situações de intensa descarga emocional, motivada por algo aparentemente de pouca importância, mas que era sentida por ela como desconsideração ou rejeição à sua pessoa. Esses momentos de raiva e violência direcionadas a alguém ou a um grupo resultavam, sempre, em ruptura nas relações: momento da criação de inimigos, que se desdobrava em períodos de afastamentos, ameaças, repetição de padrões que realimentavam o sentimento de rejeição e abandono.

Sua experiência na exploração sexual é grande. Ela pertence ao grupo das meninas mais assíduas na atividade da “avenida”. Assume claramente que faz programa, ainda que no início se envergonhasse um pouco ao tocar no assunto. À época da entrevista estava novamente morando com sua mãe, juntamente com seu filho, e considerava estar namorando um rapaz italiano que esteve aqui no carnaval e ficou com ela, com quem estava trocando correspondências. Estava tentando tirar passaporte, para ir à Itália, confiando nas intenções do rapaz que dizia querer levá-la e ficar com ela.

Em meados de julho deste ano apareceu no Camará oferecendo convites para um desfile de modas, no qual estaria participando como modelo. Disse ter desistido do italiano, porque descobriu que ele teria ficado com uma amiga dela e estar planejando, possivelmente, explorá-la sexualmente na Itália. Já não estava mais na casa da mãe, mas dividindo um quarto com uma amiga, mais o filhinho. Disse estar, outro dia, na casa de alguém, quando um homem ofereceu a ela oportunidade em um curso para modelo, por achá-la muito bonita e elegante. É o que está fazendo no momento, ainda sem ganhar cachê algum, mas orgulhosa com a atividade. Aquele seria seu primeiro desfile, e gostaria que estivéssemos lá.

Quanto às circunstâncias da entrevista, o convite foi feito cinco dias antes, para uma segunda-feira. O encontro foi marcado para as 12:30 hs, para almoçarmos juntas e realizarmos a entrevista logo após. No dia marcado, às 12:45 ela telefona, perguntando

se poderia levar seu filhinho de um ano e poucos meses, já que não teria com quem deixá-lo. E assim foi feito. Dali meia hora chegaram, ele dormia em seus braços. Como estava muito calor, esperamos um pouco para que se refrescasse e fomos a pé ao restaurante. O menino permaneceu dormindo o tempo todo, deitadinho em uma cadeira; trouxemos uma refeição para ele, para quando acordasse. Conversamos na sala de atendimento psicológico do Camará, onde a criança permaneceu dormindo, durante toda a entrevista, no sofá.

Liliana apresenta uma mãe pouco afetiva, nervosa, que trabalha até hoje como vendedora ambulante numa praça da cidade. Nunca teria conversado com ela (nem com suas irmãs) sobre assuntos como sexo, tampouco sobre menstruação. Quando ficou menstruada, chorou muito, assustada, e a mãe não deu importância. Aprendeu sobre sexualidade com amigas.

“Ah, foi através das minhas amigas... elas falavam para mim... conforme o tempo eu fui entendendo... [...] ...minha mãe nunca falou dessas coisas com a gente...”

Refere ter saído de casa pela primeira vez aos 10 anos, porque não suportava ‘apanhar por qualquer coisa’, diz ter apanhado muito.

“Eu mesmo saí de casa por causa da minha mãe e por causa do meu irmão. Porque minha mãe batia muito e meu irmão também me batia, e eu, peguei e saí de casa. Também uma vez o meu irmão também quis abusar de mim, quando eu morava com a minha mãe. [...] Meu próprio irmão mais velho. Daí eu peguei e saí de casa. Eu falei pra minha mãe, minha mãe não acreditou. Minha mãe falou que eu era mentirosa. Que ele nunca ia fazer isso.”

É bastante significativa a relação que estabelece entre o fato da mãe não ter acreditado em sua denúncia de abuso sexual do irmão e a saída de casa. Além dos maus

tratos de que já era vítima, parece que o descrédito da mãe foi decisivo para a ruptura dessa relação familiar. Ficou um tempo na casa de uma tia, logo em casa de colegas, sem parada certa. Durante os anos, várias vezes voltou para casa e outras tantas tornou a sair. Diz que continuava sempre apanhando muito e isso era o limite do insuportável.

Sobre o tempo em que vivia com a mãe e os irmãos, a marca que predomina refere-se ao trabalho infantil e aos maus tratos.

“...desde os 11 anos a gente ajudamos ela, eu e meus irmãos mais velhos. ...vendia cocada, ia ajudar a montar a barraca...e apanhava!...”

“Apanhava, ué... quando a gente não limpava a casa direito... ela ficava nervosa... batia! “

“ah, às vezes porque ela ia pra barraca domingo, e não queria que eu ficasse na rua. E antigamente eu era “maria moleca” [risinho] ...vivia com os moleque, jogava bolinha, corria atrás de pipa, e ela me chamava de maria moleca.”

A tentativa da mãe em preservá-la da rua era em vão. A mãe saía para trabalhar, determinando que ela permanecesse cuidando da casa, mas ela ia brincar com os meninos. Importante observar sua identificação com brincadeiras típicas de menino, que concedem outro grau de liberdade e domínio de território. Aos homens, desde pequenos, lhes é dada maior possibilidade de experimentar o espaço externo à casa como território legítimo para sua socialização. A mãe esperava dela que realizasse o trabalho doméstico, tarefa tipicamente feminina em nosso contexto cultural. No entanto, ao identificar-se com brincadeiras de menino, outros horizontes se apresentaram, aproximando-a, tão precocemente, da possibilidade de sair de casa para a vida nas ruas.

Ainda sobre a mãe:

“minha mãe não fazia nada.... até hoje. Agora é que ela está começando a arrumar a casa porque minha irmã foi embora.”

“Minha irmã mais nova fugiu, minha mãe bateu nela e ela fugiu...”

Mantém uma imagem negativa da mãe, como aquela que não garante o funcionamento do espaço doméstico e que impinge maus tratos aos filhos, expulsando-os, num ciclo que se repete. Sobre o pai, refere que não o conheceu.

“nós somos em quatro ou três do mesmo pai... nem todos são do mesmo pai.”

“Ela fala que hoje em dia ele tá com outra família, tem outros filhos... de outra mulher. E ela fala que ele não quis saber da gente.”

“...ah, isso aí... pra mim é normal, eu já não morava com a minha mãe mesmo... já não sabia o que era mãe, então... ter pai eu também já sabia que não ia ter, mesmo...”

Demonstra pouco conhecimento sobre a história da família, tampouco quantos irmãos são do mesmo pai. Talvez busque defender-se da angústia de ter um pai abandonico para si, mas que cuida de outra família, dizendo ser ‘normal’ que seja assim. No lugar de sentir o sofrimento decorrente desse abandono, que poderia ser insuportável, racionaliza a questão e convence-se de que isto é apenas um fato normal da vida, e que nem pai nem mãe lhe fazem falta.

Aos 14 anos viveu com o pai de seu filho. Conta que foi um rapaz, traficante da favela México 70, que ao fazer programa com ela pagou para ficar a noite toda, pedindo na manhã seguinte que ela se tornasse sua namorada. Ela topou, mas para isso teria que ‘deixar a avenida’. Foi morar com ele e dali a poucas semanas resolveu ‘visitar as

colegas' na avenida. Ele teria passado por lá, a viu e não acreditou em sua versão de que não estaria se oferecendo. Rompeu definitivamente, ela foi para a casa da madrinha em Itariri, já grávida, fato que ele não chegou a saber. Meses depois chegou a notícia, de conhecidos, que ele teria sido morto num acerto entre traficantes. Nunca mais soube de nada e na verdade não tem certeza sobre sua morte.

Liliana, a exemplo de outras meninas, apresenta uma cronologia de vida imprecisa, que não corresponde à linha do tempo. Ela confunde-se ao tentar estimar datas, períodos, idades. Por exemplo em relação à sua saída de casa, há divergências de uma entrevista para outra.

“...eu tinha 11 anos, quando eu comecei a fugir de casa. Daí quando eu sai de casa de vez, foi com 12 anos.” (2000)

“...depois eu fui morar na casa de algumas amigas... 8 anos, 9 anos eu ainda ajudava a minha mãe.... aí, com 10 anos eu saí e fui morar com umas amigas... aí, morei em tudo que é lugar.” (2001)

Questionada sobre planos no futuro, demonstra incapacidade de sentir-se sujeito do próprio destino:

“Pensar em quê? Não tem que pensar não. Tem que deixar o mundo... ver o que vai acontecer.”

CELINA – 17 anos

Nos foi encaminhada ao Camará em 1999, pelo Conselho Tutelar, após intensa procura da mãe por serviços que pudessem acompanhar sua filha.

A mãe é portadora do HIV e apresenta um quadro neurótico importante. O Camará indicou-lhe tratamento psiquiátrico, que segue até hoje. Vários serviços da cidade a conhecem, devido ao seu estilo prolixo e invasivo, que se “esparrama” na busca de soluções para seus dramas pessoais e familiares. Sua relação com os filhos é muito ambígua, uma história de rupturas e busca incessante de mantê-los a seu lado. Dominadora, descontrola-se emocionalmente cada vez que se depara com a incapacidade de manter os filhos sob seu comando.

Celina passa a maior parte do tempo “fugindo” dessa mãe. Sai de casa, passa dias sem dar notícia, viaja de carona, “se descola” de maneira a ganhar alguma autonomia e prescindir da família. Alterna períodos em casa e fora dela. Muito vaidosa, preocupa-se muito com os cabelos, que a cada época estão de uma cor. Nunca frequentou o Camará com regularidade, apesar de ter estabelecido bons vínculos de confiança conosco. Em meados de junho deste ano viajou para o Rio de Janeiro (foi de carona, com outra menina que também frequenta o Camará, “para descolar algum dinheiro”) e de lá nos telefonava, a cobrar, dando notícias. Mantém conosco uma ligação que lhe permite enxergar alguns referenciais, que a fazem refletir sobre seu movimento incessante na busca de algum lugar para estar consigo mesma.

Sua relação com a exploração sexual não é assumida. É evidente que circunstancialmente faz programa sexual por dinheiro, mas esse assunto é abordado, durante a entrevista, na terceira pessoa. Relaciona-se com tranquilidade com as meninas que “fazem avenida”, são amigas, não hesita em afirmar que pertencem a um mesmo grupo, mas não se sente à vontade em assumir a sua própria prática.

No dia da entrevista compareceu bastante atrasada. Na volta do restaurante conversávamos sobre seu pai, que há muito tempo não vê, nem tem notícias. Ele mora em Santos, mas não tem paradeiro certo. Ela evita falar nele, apesar de referir-se a ele com afeto. Lembra-se de que era artesão e a ensinava fazer coisas, talento que preza e que resulta, no Camará, em belas bijuterias que ela cria quando participa desta oficina. Sabemos, por outras conversas que teve com a equipe, que a mãe infectou-se com o HIV através do pai, e que ele atualmente vive na rua.

O tema da família aparece pouco em seu discurso. Refere-se à mãe apenas em dois momentos, ambos relacionados à desaprovação de namorados. Apesar das enormes divergências entre ambas, Celina faz prevalecer na imagem dessa mãe algum referencial de confiabilidade que a faz sentir-se, apesar das fugas incessantes, referida a essa família. Em outras conversas realizadas com a equipe do Camará observou-se que ela atribui, à excessiva preocupação da mãe com seu bem estar, um sentimento verdadeiro de proteção e cuidado daquela para consigo, ainda que permeado pela possessividade extrema.

Assim justifica sua saída de casa aos 13 anos:

“eu comecei a andar com umas meninas, conhecer outros lugares, tipo assim, sair de casa, pra ver como é que é ficar sozinha...”

“em parte foi muito legal... mas em outras não é, não ... na parte de ficar precisando... da casa... pra se sentir à vontade... e a casa dos outros não é.”

Reafirma em seu discurso o quanto se referencia à própria família e à própria casa. Começou a sair para experimentar ‘ficar sozinha’, significando afastar-se da influência da mãe, mas contando sempre com a volta. Revela que é em casa, afinal, onde sente-se ‘à vontade’.

FABÍOLA – 16 anos

Nos conhecemos desde 1996, quando eu prestava serviço na Casa do Menor, abrigo para crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos, em São Vicente.

Fabíola tinha um irmão lá abrigado, e comparecia às visitas e convocações com a mãe. Era visível seu comprometimento com uso de drogas, o descuido com a saúde em geral, e a impossibilidade daquela mãe em oferecer o cuidado necessário para um desenvolvimento saudável dos filhos. Já naquela época a mãe era portadora de HIV, sofria maus tratos do companheiro, morava em condições bastante precárias (em barraco de frente para o lixão da cidade), e fazia “bico” tomando conta de carros na orla marítima. Também fazia uso de drogas, e seu estado de saúde em geral era péssimo. Seu lugar de mãe era muito frágil, havia perdido a guarda dos três filhos menores (dois deles encontravam-se abrigados em outra instituição, para menores de 7 anos), e vivia ameaçada pela possibilidade de perder também a guarda de Fabíola, em razão das más condições de vida oferecidas à menina.

Tentávamos intervir nessa situação, propondo o espaço do abrigo como lugar para que Fabíola passasse o dia, fizesse as refeições, tivesse acompanhamento escolar e pudesse cuidar da saúde, voltando para a casa da mãe à noite. No entanto ambas, mãe e filha, não conseguiam manter o combinado, não se vinculavam a nenhuma instituição, apenas seguiam vivendo precária e desorganizadamente, num movimento autodestrutivo claramente demonstrado pelos agravos à saúde sofridos por elas.

Cerca de dois anos depois, quando já atuávamos no Projeto Camará, Fabíola nos é encaminhada por assistente social da prefeitura, pela vivência de rua e o envolvimento que teria com a exploração sexual. A partir de então comparece com certa regularidade para conversar conosco, desenvolvendo uma relação de confiança que até hoje permanece. No final de 1999 propusemos sua participação no Projeto “As Meninas”, ocasião em que foi realizada a entrevista utilizada como fonte de dados no presente trabalho. Sua experiência na exploração sexual sempre esteve muito ligada à vivência nas ruas e à manutenção do consumo de drogas. Hoje em dia tem aparecido pouco, de vez em quando “dá uma passadinha” para nos ver e dar notícias. Saiu da rua, parou de usar drogas, está vivendo com um rapaz.

Sua história de vida é permeada pela violência e pelo uso de drogas. Pai traficante, foi assassinado quando ela tinha quatro anos, à sua frente. A mãe, usuária de

drogas contumaz, nunca conseguiu oferecer proteção à família. Quando perdeu a modesta casa que tinha (ela havia vendido a casa, e o dinheiro foi roubado por um companheiro que fugiu), ela e Fabíola ficaram sem moradia.

“...nós duas na rua, ela foi pro lado dela e eu fui pro meu, né, que não dava eu e minha mãe ficar junto no meio da rua. Então eu segui o meu caminho.”

Nesta época, aos 13 anos, Fabíola já tinha grande vivência de rua e uso de drogas, mas até então vivia com a mãe ou passava tempos com a madrinha, noutro bairro. Este momento significa uma ruptura, porque ambas ficam sem moradia e “cada uma vai para o seu lado”. Na relação com a mãe demonstra ambigüidade em seus sentimentos.

*“Eu não me dou muito com a minha mãe.
Ah, assim.... eu... outro dia eu falei isso pra ela, e ela ficou magoada comigo. Eu não vejo ela como uma mãe pra mim, entendeu? Eu vejo ela como uma pessoa normal, como uma colega... uma irmã... Não vejo minha mãe como mãe.”*

*“Sei lá! Por tudo o que eu passei e ela passou junto comigo...
[...] Minha mãe mandou uma pessoa me matar por causa de droga.”*

“Nós duas discutimo. Só nunca bati nela, mas nós discutia bastante por causa de droga. Que ela queria a minha e eu não queria dar..., e acabava a dela e ela queria a minha... Nós quase saía no tapa, junto.”

“Então eu não vejo a minha mãe como uma mãe. Mas ela é legal comigo! Nós... vive junto. Mas sei lá! Como uma mãe, mãe mesmo, eu não vejo.”

“...mesmo assim se minha mãe não tivesse vendido a casa eu ia pra rua do mesmo jeito.”

Não identifica em sua mãe um papel diferenciado, mas a vê como uma igual. Talvez isso explique a contradição de seus sentimentos: não se dá bem com a mãe, quando tenta enxergar nela esse lugar; admite que ela é legal com ela, quando a identifica com outro personagem (colega, irmã). Uma relação que não garantiria sua permanência em casa, ainda que esta houvesse sido mantida. Repete-se, nessa relação, os padrões ‘normais’ de interação vividos em seu contexto social: violência, competição, desrespeito, falta de confiança. A sensação de ‘normalidade’ referida a este modelo deve ser responsável pela atribuição de ‘ser legal’ à mãe, a despeito de sua postura ameaçadora e competitiva.

Fabíola demonstra sua imagem ideal de mãe:

“Uma mãe... que nem... as mãe das minhas colega... Sei lá! São amiga, conversa com a gente... é... precisa de uma coisa, vai lá e compra. Precisa de outra, vai lá e compra. É... precisa de ir na escola, vai na escola junto com a filha... Eu não vejo ela conversar não.”

Aquela que provê, é confiável, é presença e referência. Imagem muito distante da que nos apresenta sobre a própria mãe. Talvez isso explique o fato das duas, Fabíola e mãe, não terem permanecido juntas na rua, como acontece com outras famílias.

Conta detalhadamente sobre as circunstâncias da morte do pai, assassinado friamente, e fala de seus sentimentos em relação a ele:

“Sentia muita, muita falta do meu pai. Eu não acreditava que aquilo tinha acontecido.”

“Quando eu nasci, eu não andava e não falava, que eu tinha problema. Minha mãe fez promessa. Eu tinha problema nas pernas e não falava direito. Falava enrolado... Aí a mãe fez promessa, me levou até Nossa Senhora da Aparecida, fizemo viagem... E tudo isso o meu pai, entendeu? O meu pai é que me levou pra tudo quanto é lugar. Então eu era muito, muito apegada a ele, entendeu? Por isso que se eu tivesse que escolher entre ele e minha mãe, ficaria com o meu pai.”

“Tudo, tudo o que eu queria ele me dava. Tudo, tudo...! Se ele não pudesse, ele ia lá e roubava..., se ele não tivesse dinheiro pra comprar ele ia lá e pegava...”

A imagem que permaneceu do pai aproxima-se daquela que reconhece como ideal. Dada a prematuridade de sua morte podemos inferir que tenha idealizado a imagem desse pai, de maneira a garantir, para si, alguma possibilidade de ter vivenciado, não fossa a fatalidade de sua morte, um lugar confortável e valorizado de filha.

Refere-se ao uso de drogas e à ‘prostituição’ como elementos indissociados, inerentes à vida na rua, apresentados a ela por amiga mais experiente:

“Aí eu comecei a usar droga, a me prostituir, a... a... me envolver com traficante... com pessoas de rua... com 13 anos. “

“...através da V. que a gente começamo... que ela conhecia bastante gente e eu não conhecia ninguém... que ela já usava droga. Ela tinha do... treze anos e eu tinha doze. Através dela que eu comecei a usar droga. Ela que me ofereceu, tudo...”

Atrapalha-se com as referências sobre a idade, reafirmando o que já tem sido apontado por outras pesquisas (Gomes, 1996) sobre a dificuldade, de meninas em situação de risco, no estabelecimento de referências cronológicas.

Refere-se ao primeiro namorado nesta época, com quem passa a praticar delitos. Com a prisão desse namorado sente-se novamente desamparada, voltando à exploração sexual e à vida nas ruas. Tempos depois sofre episódio de grave agressão física, em decorrência do furto de uma bicicleta por amiga, do qual teria sido acusada injustamente. Resolve então pedir ajuda à madrinha, no sentido de conseguir vaga para internação em casa de recuperação para dependentes químicos. Permaneceu internada por seis meses, em São José dos Campos. Quando saiu voltou para a casa da madrinha, que tentou impor-lhe alguns limites, e ela não aguentou.

“...a minha madrinha tava pegando muito no meu pé, aí eu peguei e falei: “vou pra rua”. E fui pra rua. Aí eu voltei a usar droga de novo.”

Em seguida (não fica claro, pela entrevista, dali a quanto tempo), a madrinha consegue nova internação, em outro lugar, onde Fabíola permanece por oito meses. Desde então, havia um ano, não tivera recaída. No momento da entrevista, quando pode fazer uma reflexão sobre seu uso de drogas como um fato do passado, demonstra sentimento de culpa em relação ao fato.

*“Porque eu queria, fui eu que me joguei nas drogas! Ninguém enfiou na minha boca. Eu usei porque quis [silêncio] ...eu que procurei, né? Não adianta eu querer por culpa nos outros. [...]
...minha colega me ofereceu, e eu usei porque fui trouxa.”*

Na ocasião fala em projetos para o futuro que incluem resistir à abstenção da droga, conseguir algum trabalho e ter moradia garantida.

“Ah! Pretendo parar com tudo. Não voltar a isso mais, né, não voltar a usar mais, arrumar um emprego, trabalhar, ter a minha casa própria... né.”

“Quando eu passo dificuldades, assim, aí dá aquela vontade de usar droga de novo. Se não ter cabeça firme, volta a usar sim.”

No entanto, aponta para o perigo da recaída a cada vez que ‘passa necessidade’, depositando na própria força de vontade a chave para manter-se abstinência.

ALGUNS ASPECTOS DE SOCIALIZAÇÃO

Escola e trabalho

Nossa prática no atendimento a esse grupo etário e social tem nos permitido observar algumas características gerais de relacionamento social (família, amigos, escola, trabalho) e afetivo (namorados, companheiros), que nos oferecem importantes elementos para compreensão de seu universo simbólico. A relação com a escola, por exemplo. Invariavelmente essas meninas já passaram pela escola, mas não permaneceram. Liliana e Celina sequer fazem referência ao tema, enquanto Fabíola, que toca no assunto apenas por ter sido questionada sobre isso, fala de sua vontade de estudar acentuando as dificuldades que encontra para satisfazer, hoje, essa necessidade.

A exclusão do universo escolar, cujas causas encontramos principalmente na inadequação do próprio sistema de ensino às necessidades dos grupos sociais de risco, redonda na limitação do universo cultural e na baixa qualificação profissional dessas adolescentes. Num país onde a taxa de desemprego é da ordem de 20% e a política salarial é perversa e exploradora, permanecer fora da escola significa realimentar um estado de pobreza que se perpetua pela impossibilidade de obtenção de emprego que garanta ao menos as necessidades básicas de uma vida digna. No que se refere às possibilidades reais de auferição de renda, o que a sociedade apresenta às adolescentes

que compõem esse grupo social de risco são formas de trabalho informal, os chamados “bicos”, além, é claro, das práticas delituosas e do comércio sexual. Ressalte-se ainda o fato de que esse trabalho informal muitas vezes teve início na infância, caracterizando a exploração da mão de obra infantil, que apesar de ilegal, é prática comum em nosso país.

“Ah... eu trabalhava muito! Trabalhava na barraca da minha mãe. [...] Mas desde os 11 anos a gente ajudamos ela, eu e meus irmãos mais velhos.vendia cocada, ia ajudar a montar a barraca...” (L.)

“...eu tava trabalhando na Zona Azul... vendendo cartão...” (L)

“...eu vendia doce aqui na praça do correio.” (F.)

“Eu tô trabalhando num carrinho de lanche, né?” (C.)

É verdade que muitas delas tentam, e várias vezes, “arrumar emprego”. Mas a dura realidade da pouca oferta de postos de trabalho, aliada à baixa escolaridade, torna essa tentativa fadada ao fracasso, salvo algumas exceções delegadas à sorte. Referindo-se às possibilidades de trabalho, no planejamento de uma nova fase na vida, Fabíola explicita suas expectativas, demonstrando a contradição entre a disposição de conseguir um trabalho e a falta de qualificação:

“Ah, qualquer coisa! [silêncio]

Sei lá! Qualquer trabalho eu trabalho.” (F.)

Amizades

Nas amizades a relação é intensa, mas acima de tudo transitória e muitas vezes permeada pela traição.

“nunca dá certo, assim... duram uns anos, assim, mas sempre tem uma que vai lá fazer fofoca... ou fazer alguma coisa... andar com outras meninas, as menina fazer fofoca dela, aí sempre tem uma briga...” (C.)

“...uma colega minha, ela sabia que eu gostava dele, ela foi lá e ficou com ele...” (C.)

“Quando a gente tá assim [na avenida], a gente se conversa. Fala muito.” (L.)

“Mas sempre quando a gente se tromba na rua assim, daí a gente se vê, daí a gente fica junto. Daí nós não quer se desgrudar mais.” (L.)

“A gente saía muito pra roubar. Daí a gente roubava e depois ia embora.” (L.)

A grande amiga de hoje, confidente, companheira de programa ou de práticas delituosas, é a grande inimiga de amanhã. Uma fofoca, um “olhar atravessado”, podem resultar numa drástica ruptura da relação traduzida em ofensas, agressões físicas, ameaças de morte. Fazendo eco às histórias familiares, marcadas pela desagregação, essas relações estão sempre por um fio. Um estilo que, alimentado pela violência cotidiana que permeia a vida dessas meninas, ganha um contorno quase padronizado de relacionamento descartável, cujos conflitos tornam-se questões de vida ou morte, antes de serem tratados como matéria para diálogo.

Nossa prática nos mostra que apesar da potência desses encontros, quando se encontram e não querem ‘se desgrudar’ mais, a maioria dessas relações não encontra sustentabilidade no decorrer do tempo.

“E aí ficou nós duas andando junto no meio da rua, andando prá cima e prá baixo. Até ela completar 16 anos e eu 15. Aí depois disso nunca mais vi ela.” (F.)

“eu trabalhava na barraca da minha mãe, aí tinha um menino, ele vendia cinto... o nome dele era... eu não lembro o nome dele... acho que falaram pra mim que ele morreu, não sei...” (L.)

[referindo-se ao pai de seu filho] “...também não sei se ele tá vivo ou morto...” (L.)

A premência da morte é fator corriqueiro em suas vidas, a ponto de não se ter clareza, e muitas vezes nem causar incômodo, se o desaparecimento da pessoa deve-se ao fato dela ter morrido concreta ou simbolicamente. Este estado permanente de transitoriedade nas relações só pode ser suportado criando-se defesas emocionais à angústia provocada pelas reiteradas situações de abandono e solidão. Desenvolvem certa anestesia emocional, endurecem os sentimentos de maneira a não demonstrar sofrimento perante às mortes, concretas ou simbólicas, e seguem a vida repetindo essas rupturas. O que aparentemente sugere uma atitude destemida perante a morte, encobre um movimento furtivo de evitação desse sofrimento, que é realimentado a cada nova ruptura, a cada situação de violência banalizada, cotidianamente atualizado em suas vidas.

CAPÍTULO V

SENTIDOS SUBJETIVOS DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SÃO VICENTE: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Uma das principais avenidas da cidade, que liga o centro à praia do Itararé, é a Av. Presidente Wilson. Via larga, de mão dupla, com palmeiras em seu canteiro central, é uma vitrine da cidade: contam belos prédios de apartamentos, grandes supermercados, restaurantes, escolas, diversos comércios, vários hotéis e muita prostituição. A imprensa volta e meia retoma o antigo tema: durante a noite a avenida fica “tomada” por prostitutas e travestis, que dividem o território ocupando calçadas diferentes. Para quem vai da praia para o centro, a calçada é dos travestis, e do centro para a cidade a oferta é de mulheres adultas, prostitutas, nas esquinas. Neste cenário, meninas concentram-se em alguns pontos de ônibus, estratégia que busca disfarçar o verdadeiro motivo que as leva a estarem ali, e também se expõem ao mercado do sexo. Durante a noite, até altas horas da madrugada, a principal avenida da cidade é palco para as mais variadas modalidades de comércio sexual.

“Só depois da meia noite é que as menina se juntam todas. Umas vêm até cedo. Umas fazem programa cedo. Assim, umas dez horas elas chegam, quando é meia noite vão embora. Outras ficam até mais tarde. Até às cinco, até às quatro da manhã.” (L)

“ah, por aqui tudo eu andava, isso daqui tudo! Depois da meia noite, meia noite e meia.” (F.)

A abordagem do explorador é corriqueira e obedece um certo padrão. Ele para seu carro, trata o programa, a menina entra no veículo e dirigem-se ao motel, ali na própria avenida.

“Parava o carro...! Aí conversava com a gente. Aí perguntava se a gente tava fazendo programa...! Aí a gente falava que tava. Aí perguntava quanto é que era e saía com a gente.” (F.)

“Alguns assim, para assim o carro, daí começa a falar assim: - Ah, você é mó bonitinha, você num quer sair comigo? Que não sei o quê... Alguns começa a falar assim. Aí depois eles falam: - Ah, eu te dou um dinheiro. Quanto tu quer pra sair comigo? Que não sei o quê... Daí eles oferece dinheiro. Daí as menina sai.” (L.)

Liliana conta como foi seu primeiro programa:

“Daí uma vez eu tava andando na praia com ela [amiga que já fazia programa], daí um cara, um dono de uma padaria daqui, de São Vicente, que mora ali, que é perto da Biquinha, ele ofereceu 50 real pra eu sair com ele e eu saí. [...] ...acho que eu tinha uns 12 anos. [...] Daí depois eu comecei a fazer programa com ela. Todo dia eu ia pra avenida, daí os cara saia, daí já tinha cliente pra caramba, já.” (L.)

Importante observar que o aliciamento ocorre em outros espaços urbanos além da avenida, que funciona, na verdade, como vitrine. Parece não existir constrangimento algum do explorador, na abordagem e iniciação dessas meninas no comércio sexual. Uma atitude que encontra respaldo em certos setores da sociedade, cuja cumplicidade é patente. A dos motéis, por exemplo, cuja convivência, tão “natural” nesse cenário urbano, torna-se inquestionável e facilmente compreensível inclusive pelas próprias

meninas. Trata-se de uma omissão sustentada por interesses econômicos, alheia a qualquer reflexão ética.

*“...em todos os hotel da Presidente Wilson entra.
[...] Todos entram. Eles nem ligam. Querem saber de ganhar
dinheiro, né?” (L)*

No que se refere à organização da atividade na avenida, não temos notícia de que haja rufiões, o vulgo cafetão. O ganho financeiro obtido por elas através dos programas não é compartilhado por mais ninguém.

*“Eu trabalhava só pra mim mesma.
...Era só pra mim. O dinheiro era só meu.” (L)*

A média de preço é de R\$ 50,00 por uma hora de programa, mas há situações em que cobram menos, se o movimento está fraco ou se há alguma necessidade específica, ou cobram mais, se por exemplo o explorador for “gringo” (estrangeiro). Temos conhecimento, através de conversas com outras meninas do Projeto, que as mais assíduas tentam manter uma “tabela”, de maneira a uniformizar a oferta. No entanto, nas falas aqui apresentadas podemos observar como esse valor de fato varia, seja em função da necessidade ou da circunstância.

“Se o movimento tava bom, eu saia de lá com 100, 150. Se o movimento tivesse bom. Agora, se o movimento tivesse ruim, mais ou menos assim, era 50, 60 reais que você conseguia na noite.” (L)

“20, 15... [silêncio] “ (F.)

“pra te falar a verdade, num dia, numa noite só, tem menina que tira mais de 200 reais... e por aí tem mulher que tira até 600 reais por noite... ou mais!...” (C.)

“ah, tem gente que cobra 50 reais com brasileiro, né? tipo meia hora... agora essas meninas que anda aqui mesmo na Presidente [Wilson]... elas não, elas já cobra bem baratinho. Cobra 30 reais.” (C.)

“...cobrei 50 dólares. [...] é, porque foi com um gringo...” [...] num mês pode tirar até, se for ver, mais de 5.000 reais, num mês, 10.000 reais se juntar o dinheiro todo...” (C.)

Liliana fala do lugar de quem é mais assídua, revela a cotidianidade da prática, referindo-se às variações do “mercado”. Fabíola já demonstra a desvalorização da menina enquanto objeto sexual, quando a urgência financeira desta é extrema. Para garantir o consumo de drogas, qualquer valor torna-se aceitável para um programa. Celina superestima o ganho financeiro e idealiza a prática da exploração sexual. Faz referência à procedência do cliente, indicando que o estrangeiro paga melhor. Sugere que outros palcos da prostituição, além da avenida, valorizam mais a mulher que faz programa, parecendo fazer referência à “profissionalização” da prostituta como caminho para melhor remuneração.

Estimar o número de meninas que hoje são vítimas da exploração sexual em São Vicente é tarefa difícil. As próprias características do fenômeno não nos permitem obter números conclusivos, já que não se deve considerar prostituída apenas aquela menina que mantém uma prática assídua. Os depoimentos fazem-nos crer que a quantidade de meninas hoje nessa condição é muito superior ao número das que frequentam a avenida regularmente.

“Ó, antigamente tinha 120 menina. Antigamente. Agora, por agora tem mais menina nova na avenida, deve ter uns 150 por aí, ou mais.” (L.)

“É que não é todo dia que elas vêm pra avenida, entendeu? É assim, quando dá na telha, quando elas brigam com alguém dentro de casa.” (L.)

“Todo dia, todo dia acho que umas, umas trinta ou mais...” (L.)

“Conhecia várias! ...umas oito...!” (F.)

As estimativas apresentadas por Liliana e Fabíola são muito diferentes. Devido à regularidade com que Liliana frequenta a avenida e à quantidade de meninas exploradas que conhece, acreditamos que sua estimativa se aproxime mais da realidade. Quando o assunto vem à tona na mídia, e alguma autoridade do município é chamada a prestar esclarecimentos, os dados oficiais apresentados baseiam-se em 40 meninas prostituídas. Os programas municipais, na área da Assistência Social, consideram apenas aquele grupo mais assíduo, o que não corresponde ao universo da exploração sexual tal qual ele se apresenta. Infelizmente o número de meninas envolvidas é bem maior.

Há um aspecto que não pode ser deixado de lado, apesar de não constituir-se no objeto da presente pesquisa: a exploração sexual de meninos. Sua ocorrência é menos significativa, do ponto de vista numérico, mas igualmente preocupante enquanto fenômeno. Pouco se aborda esse tema, seja em estudos acadêmicos ou em dados de caracterização sócio-cultural. No entanto Liliana fala do assunto com propriedade, indicando que sua ocorrência é, no mínimo, regular.

“Todo mundo sabe dos menino de menor que também faz programa. [...] Menino também, faz programa na avenida. E é muito difícil uma pessoa não ver, ... entendeu?” (L.)

Em relação à introdução de crianças na prática da exploração sexual os depoimentos nos revelam que o aliciamento é feito pelas meninas mais velhas, para atender ao desejo dos exploradores, que as remuneram pela “intermediação”.

“...e eu não sabia nada. Ela [amiga] que começou a me ensinar tudo.” (F.)

“Eles chegam na gente e pergunta se a gente não conhece menina mais nova do que a gente, assim de 11, 10 anos ...até menos. Até menos de 10 anos, pra sair com eles. Eles falam que pagam a gente, né. Cada menina que a gente trazer, eles pagam, pra sair com ele, entendeu? E, também ele paga a menina também que sair com ele. Daí, as menina arranja as menina nova pra sair com os cara na avenida. Daí as menina começam a fazer programa assim.” (L)

Mas a exploração sexual de crianças e adolescentes não acontece apenas na avenida principal, também tem lugar nos bairros, na vizinhança onde moram. São convidadas por donos de bares, pequenos comerciantes, traficantes, para programas sexuais que acontecem nos mais diversos locais: nas casas dos exploradores, nos próprios estabelecimentos comerciais, em lugares ermos.

“Não é só na avenida. É em casa mesmo, assim. Por exemplo, se você tá dentro de casa assim uma pessoa sabe que você tá fazendo programa e você sai na rua, os vizinho mesmo pede pra fazer programa com a gente. Dono de bar, assim. Os cara assim, mesmo de lá, de onde a gente mora, pede muito.” (L)

“Às vezes eles [referindo-se aos traficantes] param, de dia assim, a gente tá passando assim, lá na rua de casa mesmo assim, eles vê a gente, daí eles param. Pergunta se a gente quer fazer programa com eles. Daí muitas vão aí, na casa deles mesmos.” (L)

“...não tinha lugar adequado. Qualquer lugar é lugar. De noite ninguém ia vê nada. Ia na construção, qualquer coisa...” (F.)

A violência a que estão expostas, que resulta muitas vezes em agressões e mesmo na morte — elas têm algumas histórias para contar sobre meninas assassinadas — provoca a criação de estratégias de segurança entre elas. Especialmente quando o explorador é desconhecido, é comum irem em duplas ao motel: enquanto uma faz o programa, a outra espera no estacionamento. Este procedimento é o mais comum, mas há também as situações em que as duas (ou mais) participam juntas do mesmo programa.

“Nóis só andava junto. [...] Sempre ficava uma por perto, e só saía nós duas, e nenhuma das duas saía sozinha.” (F.)

“A minha colega quase morreu, essa Vivian. O cara ia enforcando ela. Se eu não chegasse...! Eu tava pro lado de fora. Eu tava do lado de fora e escutei ela gritando, aí eu entrei. Tinha uma garrafa assim, e eu dei uma garrafada na cabeça dele.” (F.)

“...quando a gente se juntava, todo mundo assim, sempre saiam em duas. Daí os cara saíam com as duas.” (L)

O índice de gravidez entre as meninas prostituídas é grande. Talvez não seja diferente das adolescentes em situação de risco social, em geral. Fato é que a todo momento surgem notícias, entre elas, de uma ou outra que está grávida. Normalmente a gravidez é encarada com naturalidade, no sentido de ser um fato natural da vida, o que não significa que se sintam preparadas para a maternidade. Na maioria das vezes experimentam um sentimento de orgulho, que relaciona-se com a capacidade de geração de algo em seu próprio corpo, a ocupação de um novo status perante o grupo que resulta em maior respeitabilidade e a perspectiva de um projeto duradouro, ainda que não planejado. Tudo isso mesclado com enormes dificuldades de cuidado com a própria saúde, com o bebê e com o lugar de mãe. Poucos são os casos em que os pais permanecem como figuras presentes.

Paralelamente, sabemos que o aborto é prática presente, das formas mais acessíveis e arriscadas. Nas palavras de Liliana, em relação às meninas exploradas sexualmente, quando engravidam de cliente:

“Abortam... Usam remédio, usam droga. Aí acaba matando o nenê.” (L.)

“Faz chá de maconha. Compra aqueles remédio pra abortar, que os cara na farmácia vende.” (L.)

E complementa esclarecendo que a gravidez não é impedimento para menina fazer programa, tampouco para o explorador, que muitas vezes até aprecia.

“Às vezes uns falam que é até bom... Que quando a mulher fica grávida, laceia, pra ganhar neném, uma coisa assim... é bem legal!” (L.)

“Ela mesmo grávida, ela ia pra avenida. Ela ia pra avenida, fazia programa.” (L.) [referindo-se a uma amiga]

Quanto aos hábitos de sexo seguro, dado o grande índice de gravidez entre as meninas entendemos que o uso da camisinha não é uma atitude padrão. Perguntada sobre a capacidade de recusa das meninas a um programa onde o explorador não quisesse usar o preservativo, Celina deixa transparecer a contradição.

“São... umas sim... umas são capazes, outras não, outras... tudo elas faz com camisinha, tudo!...” (C.)

Mesmo apontando que algumas não recusariam o programa, parece querer afirmar para si mesma que praticam o sexo seguro. Demonstra que há uma distância

importante entre a informação sobre métodos contraceptivos e de prevenção de DST/AIDS a que têm acesso e a prática sexual que de fato desenvolvem.

EXPRESSÕES DE SUBJETIVIDADE

Liliana

Entre as meninas entrevistadas, Liliana é quem nos oferece maior volume de informações. Lembramos que além de terem sido realizadas com ela duas entrevistas, ela é de fato nosso sujeito mais típico: à época das entrevistas mantinha assiduidade na avenida e sempre assumiu que “fazia programa”. Devido a seu grande envolvimento com a prática da exploração sexual, aborda diversos fatores relacionados à essa prática, fornecendo-nos um riquíssimo material para análise, que apresentamos a seguir.

Identificamos em seu discurso cinco *núcleos de significado*, que buscamos analisar a partir de seu contexto sócio-histórico. São eles:

Relação sexual dissociada da relação afetiva;

Família ausente como principal motivo da exploração sexual;

O incontrolável apelo do consumo;

Duplo desprazer na relação sexual comercial;

A moral como garantia de um lugar social valorizado.

- **RELAÇÃO SEXUAL DISSOCIADA DA RELAÇÃO AFETIVA**

Quando refere-se a namoro, Liliana demonstra grande desapontamento sobre o que idealizava de uma relação a dois.

“Ah, antigamente [...] eu achava que namorar era só dar beijinho e abraço... aí eu pensava que um dia eu ia arranjar um

namorado e ia ser daquele jeito... mas não é desse jeito não... eles só querem usar a menina... uma noite e nada mais... “

“... pensei que o mundo era diferente... Bem melhor do que hoje em dia. Hoje em dia só tem violência... os moleques de hoje em dia... não existe nem mais namorar...”

Conserva a imagem de um relacionamento “puro”, permeado pelo romantismo e pelo respeito, determinada pelas lembranças, quando criança pequena, de sua irmã que namorava no portão de casa. ‘Só beijinho e abraço’ exclui a relação sexual, esta parece adquirir aqui um sentido oposto ao que ela idealiza como relação afetiva respeitosa. O sexo estaria identificado à forma abusiva de relação, onde a menina sente-se meramente ‘usada’ pelo rapaz, sem retribuição de valor nem afeto. Descreve a realidade como um cenário violento que não comporta outro tipo de relação que não a abusiva, em oposição a um outro tempo, constituído em seu imaginário de criança, onde existia e se praticava o ‘namorar’.

Ainda sobre a desvantagem de transar com os rapazes:

“Não, transar, não. [...] Eles saem contigo e depois ficam falando pra todo mundo, que saíram contigo, que fez, que aconteceu...”

“Dá uma raiva, né, porque você pensa que o cara tá afim de você, e não é nada disso!... Daí eu fico com raiva, não quero nem mais olhar pra cara dele.”

Revela preferir não transar com os rapazes para não passar pela experiência deles ‘falarem pra todo mundo’, contarem vantagem às custas de sua privacidade, o que parece definir o caráter abusivo da relação e lhe provocar muita raiva. Esse padrão nada tem a ver com seu sonho de namoro ingênuo, do qual não abre mão. Se a relação se apresenta do tipo abusiva, ela prefere romper, ‘nem mais olhar para a cara dele’. Atribui

ao namoro um sentido, acima de tudo, de respeito aos sentimentos e valorização da privacidade, não se aplicando às relações travadas sem compromisso, sem afeto. Este tipo de transa ela diz não tolerar por sentir-se desrespeitada. Creio que ela esteja movida por esse sentimento quando, questionada sobre a diferença entre transar com namorado e fazer programa, ela diz que é “*nenhuma, os dois são iguais...*”. Em sua construção subjetiva, o caráter abusivo da relação independe do fato do parceiro ser namorado ou cliente, mas da postura que ele adota nessa relação.

Podemos estabelecer relações entre este seu posicionamento a as circunstâncias de sua primeira relação sexual. Liliana revela uma situação onde o rapaz com quem transou pela primeira vez era o irmão de quem ela estava, efetivamente, enamorada.

“aí eu fui dar uns beijinhos nele, ele já queria passar a mão em mim, eu saí correndo... aí fui embora! No outro dia ele perguntou: porque você saiu correndo? Eu falei: porque eu não quero! E fui embora!... aí, depois... conheci o irmão dele... saí com o irmão dele e aconteceu!...”

“...porque ele quis sair com a minha irmã, aí eu não quis mais sair com ele... porque eu tava com raiva dele, então fiquei com o irmão...”

Primeiramente fala do pudor que foi desrespeitado pelo rapaz, ao que ela precisou estabelecer limites. Na tentativa de estabelecer seu padrão de namoro ingênuo, viu-se substituída pela irmã no interesse do rapaz, o que lhe provocou indignação e raiva. Deve ter experimentado o sentimento de que o interesse do rapaz era meramente, ou acima de tudo sexual, não era afeto o fator privilegiado. Transar com o irmão foi um mero “troco” pelo ocorrido, atuação de sua raiva e amor-próprio ferido, resultando num relacionamento sem envolvimento afetivo nem continuidade. Ao referir-se à transa, em si, denota desapontamento.

“ah, não sei... foi estranho!”

ah, sei lá, todo mundo falava que era bom... bom... que não doía...”

Os acontecimentos que permearam sua primeira relação sexual parecem ter sido muito marcantes para Liliana. Considerando o descompasso havido entre sua idealização de transa baseada no respeito e no afeto com a vivência subjetiva de desrespeito e rejeição, talvez possamos concluir que essa grande decepção tenha deixado marcas profundas em sua maneira de encarar os rapazes e as relações afetivas. Se em sua imaturidade emocional Liliana ainda não integrava afeto e sexo, o desenrolar da situação apenas acentuou essa dissociação. Parece ser quase impossível, desde seu ponto de vista, experimentar essas duas dimensões do relacionamento humano de forma integrada.

Quando fala sobre a relação que poderíamos considerar como seu “primeiro casamento”, nos mostra uma relação assimétrica.

“Ah, ele me tratava bem... às vezes ele ia no baile e me deixava em casa... [...] pra aquela que não queria voltar pra casa da mãe, tava bom, né?”

“ele sempre comprava alguma coisa, né.. pra mim... com o dinheiro, né, que ele vendia maconha... todo dia ele comprava alguma coisa. [...] ...meio dia vinha em casa, almoçava, aí sumia de novo. Aí só aparecia 8 horas da noite, 6 horas tomava banho e quando era 10 horas ele sumia de novo; aí voltava só de madrugada... aí foi na hora que eu cansei e fui morar na casa da minha tia...”

Apresenta uma postura crítica em relação à atitude de abandono que o companheiro lhe impunha, tem clareza de que não era isso que a satisfaria numa relação a dois, mas demonstra certa ambigüidade ao ocupar uma posição de dependência. Sua justificativa para permanecer ou sair desta relação refere-se à possibilidade de contar ou não com uma casa para morar. Não se trata de qualquer casa, antes remete à presença de

família: não havendo ‘casa da mãe’ para voltar, haveria que submeter-se a qualquer situação que a vida lhe oferecesse, a qualquer tipo de relação. A despeito do companheiro lhe garantir a subsistência, lhe ofertar presentes, parece que quando enxerga a possibilidade de morar com a tia reconhece seu limite de não tolerar tamanho abandono e só então rompe a relação.

Referindo-se ao momento em que passam a viver juntos, relaciona o evento a uma de suas saídas de casa e conseqüente procura de acolhimento e proteção.

“...quando eu tinha 14 anos, a gente se amigamo, aí que eu fui morar com ele! [...] eu falei pra ele que minha mãe tinha me batido, aí ele falou: fica aqui, aí eu fiquei... acho que foi 1 ano e meio...”

Esta é uma prática muito comum entre adolescentes em situação de risco social. As uniões acontecem de repente, em circunstâncias que geralmente favorecem situações concretas da vida. A partir de então o companheiro é chamado de “marido”, marcando, entre seus pares, um novo lugar social para ambos. Apesar da grande maioria dessas relações serem de curta duração, é na família tradicional, nuclear e patriarcal, que buscam referências quando se enxergam criando suas próprias famílias. Repetem a mesma denominação de papéis e tentam legitimar os mesmos valores.

“Aí voltei pra casa da minha mãe, tava namorando com ele, aí foi lá e pediu pra minha mãe que queria namorar comigo... minha mãe aceitou! Ela falou: pelo menos arranjou um namorado decente, pela primeira vez... Só por causa do carro, olha bem!! [risos] [...] Aí eu tinha moral...”

Liliana exemplifica aqui o conservadorismo de seus valores no que se refere a namoro e família. Trata-se de um outro rapaz, traficante, que conheceu na avenida e que após o programa a quis como namorada. Em sua fala destaca o fato dele ter pedido aprovação à sua mãe e o consentimento desta, demonstrando grande satisfação na realização desse “ritual”. Apesar de ser apontada como uma mãe ausente,

descompromissada do cuidado e proteção dos filhos, seu lugar de autoridade aqui está valorizado. Na falta do pai, está sendo chamada a representar o papel de quem abençoa ou não o namoro da filha, reproduzindo um padrão cultural bastante tradicional de nossa sociedade.

Além disso, parece sentir-se satisfeita também por demonstrar à mãe sua capacidade de conseguir um namorado ‘decente’, o que parece ser traduzido por ela pela sensação de ‘ter moral’. Ressaltemos aqui o valor social do status adquirido pela posse material, representado pelo carro do rapaz, reconhecido imediatamente pela mãe como ‘decência’. Não importam os meios de obtenção dos bens materiais, o valor se reconhece pela mera posse desse bem, num reflexo imediato da lógica capitalista de nossa sociedade. A reflexão ética que poderia ter lugar pelo fato do carro ser produto de práticas ilícitas é suplantada pela possibilidade de ascensão social que esta relação poderia significar.

Cabe explicitar, no entanto, que a valorização desse namoro como ‘decente’ carrega um duplo sentido, a depender de quem o define enquanto tal, segundo Liliana. O sentido de ascensão social é atribuído a uma interpretação da mãe, que não coincide com a visão realçada por Liliana ao referir-se à felicidade que esse namoro lhe proporcionava. Ela descreve um namoro muito próximo de seu ideal de relação a dois, longe do padrão abusivo, onde o rapaz era carinhoso, respeitador, a levava para sair e a supria de todas as necessidades. Me parece que, para ela, estes sim são os principais definidores do caráter de ‘decência’ para um namoro, elementos de uma configuração subjetiva que estabelece a distinção entre uma relação abusiva ou não.

- **FAMÍLIA AUSENTE COMO PRINCIPAL MOTIVO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL**

No discurso de Liliana, apesar do fator econômico ser apontado como o motivo que legitima as meninas à prática da exploração sexual, o que aparece com bastante ênfase é a referência aos problemas de relacionamento intrafamiliar como responsáveis

pela saída da menina para a rua, e a exploração sexual como uma consequência natural dessa situação. Independentemente, inclusive, da classe social.

[as meninas] “Vêm assim, quando brigam com alguém, com o pai ou com a mãe dentro de casa, elas vêm pra rua, pra não ficar dentro de casa elas vêm pra rua, vêm pra avenida e ganham dinheiro. Daí elas pegam o dinheiro, usam droga, depois voltam pra casa.”

“... as menina que têm, que são riquinha, que não precisam de tá na vida, [...] é por causa da família. Muita gente vai pra essa vida porque, por causa da família mesmo. Só. “

“Umas não obedece a mãe, discute com a mãe, vem pra rua. Daí começa a andar pela rua, daí os cara mesmo para o carro e pergunta, vamo dá uma volta, vamo fazer programa.”

A questão é abordada como se fosse esta uma ordem natural dos fatos: brigam com a família, vão para rua, fazem programa, ganham dinheiro, usam droga, depois voltam para casa. Parece não haver outro roteiro possível para as meninas que vivem problemas de relacionamento com a família. Além do fator meramente econômico, ela traz à tona os fatores de ordem afetiva, intersubjetiva, colocando na família a responsabilidade pela saída desordenada de seus filhos à rua, e as consequências advindas daí. A perda de referência na família como lugar de aceitação e acolhimento aparece como o grande fator de vulnerabilidade para a exploração sexual dessas crianças e adolescentes. Estando na rua, sem disposição de voltar para casa, o aliciamento torna-se estímulo poderoso, principalmente porque propicia dinheiro para drogas e outros divertimentos.

Ela faz menção às meninas ‘riquinhas’, como sendo as que não precisam ‘estar na vida’. Depreende-se daí que as não-riquinhas (portanto as pobres, como ela) são as que de fato precisam estar nessa vida. Reproduz-se aqui a noção corrente em nossa

sociedade, de que a necessidade financeira é o fator que torna a prática da exploração sexual justificada e passível de aceitação. No entanto, ao acentuar o papel da dinâmica familiar nesse contexto, ela termina invertendo a ordem de importância, e atribui às relações familiares o lugar número um nessa hierarquia. Mesmo quando a menina ‘não precisa’, quando a questão financeira não é fundamental, se a família for expulsiva essa menina é presa fácil da exploração sexual. Basta sair à rua que o aliciamento a introduz naquele círculo vicioso, onde sexo e drogas se mesclam enquanto produtores de prazer. Prazer-para-si (drogas) e prazer-para-o-outro (sexo comercializado).

“... todo mundo fala que a gente é ruim, que a gente é isso, que é aquilo, que vem pra avenida porque quer. Não é porque quer, porque precisa. Se não precisasse, ninguém taria na avenida. [...] Todo mundo fala, se não precisasse a gente não taria na avenida, taria em casa.”

“Eu acho que por causa que... umas tentam voltar pra casa, não dá certo, daí tem que voltar pra rua de novo. [...] ...não tem casa pra ela dormir, ela faz programa, dorme no hotel ou dorme numa pensão por aí ou vai pra casa das menina, mesmo dormir. Daí ela compra roupa com o dinheiro que ela faz programa, compra sapato, compra comida.”

Liliana julga partir de um senso comum ao afirmar, identificada com ‘todo mundo’, que se não precisasse não estaria na avenida, mas em casa. O sentido subjetivo apoia-se na oposição estabelecida entre avenida X casa, ou seja, reforça o cuidado e o acolhimento familiar como fatores de proteção contra a exploração sexual. Demonstra como a desorganização que tem lugar na vida da menina a partir da desestabilização das relações familiares a deixa vulnerável ao comércio sexual, já que este lhe propicia a satisfação de necessidades de subsistência e de consumo. Claro está que, se a menina não conta com familiares como parceiros para enfrentar os desafios da dura realidade social no qual está inserida, terá que fazê-lo de algum modo, de forma independente. E a

estratégia de mais fácil acesso, pelos diversos fatores já citados, é a comercialização do próprio corpo.

- O INCONTROLÁVEL APELO DO CONSUMO

“A gente vê uma roupa na loja, a gente quer, né? Um sapato, qualquer coisa, assim. A gente vê, a gente compra. Quando a gente tem dinheiro, quando a gente faz programa assim na avenida, no outro dia de manhã a gente vem pras loja comprar roupa.”

“A gente fica louca... a gente fica parece que louca, quer aquela roupa. Daí a gente vai pra... tenta ver algum cara. Chama os cara, às vezes.”

O apelo do consumo atinge todas as classes sociais, independente do fato de se ter ou não o suporte financeiro para sustentá-lo. A lógica da sociedade de consumo é perversa: cria necessidades sem distinção quanto ao poder aquisitivo do consumidor, estabelecendo a contradição entre o que é sentido como necessário para garantia da própria identidade social e a possibilidade real de se atingir tal padrão.

Os adolescentes em especial, pela sua própria característica, em nossa cultura, de buscar identidade no reconhecimento pelo grupo de iguais, são alvo privilegiado de marketing no que se refere à apresentação pessoal. Através da mídia, grifes de roupas destinadas exclusivamente para jovens tornam-se marcas definidoras de pertencimento a esse grupo social, ou seja, para sentir-se parte daquele grupo é exigida certa indumentária que o caracteriza como tal. No entanto, essas grifes pressupõem um poder aquisitivo muito além do apresentado pelas classes populares, o que leva estes jovens a lançar mão de outras estratégias para obtenção daqueles elementos definidores de um status socialmente valorizado. Os rapazes lançam mão do furto, assalto e tráfico de drogas, enquanto as meninas, apesar de também praticarem esses delitos, encontram na

exploração sexual a principal estratégia de acesso a tais bens de consumo, apresentados como essenciais para sua identidade.

Em seus discursos as meninas apontam, claramente, a necessidade de consumo como motivo importante da prática da exploração sexual. E parecem indicar, a despeito da situação de pobreza ser um dos reconhecidos determinante dessa prática, que o principal uso do dinheiro não refere-se à garantia dos mínimos de sobrevivência, mas sim ao acesso àqueles bens de consumo.

Liliana explicita a sensação de ‘loucura’ experimentada quando passa a desejar uma roupa ou sapato que vê na loja. Parece referir-se aqui a uma dimensão do incontrolável, de algo que surge mais forte que sua própria racionalidade, e que a impulsiona, cegamente, na direção de obter aquele objeto. O programa sexual apresenta-se então como solução imediata para resolver a tensão criada entre a necessidade de consumo e a impossibilidade financeira determinada pela sua condição social.

Se cogitam abandonar essa prática, portanto, o sentimento é de impotência.

“Uma hora assim, a gente para assim, daí a gente fica pensando: - Vamo sair da avenida... daí, depois, volta de novo. Daí volta na cabeça de novo e depois a gente volta pra avenida, não dá. Às vezes assim, muitas assim tentam sair, mas não conseguem.”

“Foi bem difícil, porque quando eu saí assim, eu saí pra ir trabalhar de fiscalização de Zona Azul, né. Só que o dinheiro que eu tava ganhando era muito pouco. Não dava pra comprar tudo que eu queria, entendeu? Então a gente... eu sentia falta do dinheiro. Daí não dava, às vezes eu pegava e tinha que ir pra avenida. Por causa que eu tinha que... eu queria comprar uma coisa e não podia, né?”

A remuneração obtida por trabalhos informais não sustenta o mesmo patamar de ganho financeiro através da exploração sexual, ainda que este seja bastante modesto. O apelo do consumo, força quase irrefreável, impõe-se às suas vítimas e determina muitas de suas atitudes. ‘Querer comprar alguma coisa e não poder’ parece significar, para Liliana, uma sensação insuportável que a mantém condenada a voltar sempre, reiteradamente, para a avenida.

- DUPLO DESPRAZER NA RELAÇÃO SEXUAL COMERCIAL

Ao referir-se aos sentimentos experimentados no ato sexual comercial, Liliana nos fala basicamente de desprazer.

“...é muito difícil... tem cada cara ignorante... [...] ele quer colocar a gente de perna pro ar, ao contrário, né, aí muda pra cá, e muda pra lá, e vai pra lá, e vem pra cá, aí isso é horrível!”

Ela fala de um lugar que é o de puro objeto, à mercê do cliente, que teria o direito de dispor dela a seu bel prazer, como uma coisa desprovida de vontade própria, absolutamente sujeitada em sua condição de corpo-para-uso-do-outro. Parece indicar que essa forma de relação, calcada na coisificação total da menina, apesar de ser padrão não é exclusiva. É o modelo adotado pelo ‘cara ignorante’, o que sugere haver um cliente que não o seja, e a trate, portanto, de forma diferente. O que é ‘difícil’ e ‘horrível’ é ser tratada como coisa, desrespeitada como sujeito.

Repete-se aqui o sentimento identificado como abuso nas relações com rapazes não clientes, que lhe remete a considerar-se desrespeitada, nesse jogo intersubjetivo, enquanto pessoa que apresenta necessidades e sentimentos próprios. Podemos concluir que, para Liliana, a exploração sexual não é uma prática abusiva em si mesma, mas adquire esse sentido a depender do tipo de relação estabelecida pelo cliente. Quem abusa está identificado pela expressão ‘ignorante’, e na relação com esse personagem a marca do desprazer é indiscutível.

Apesar de sua fala nos levar a crer que então haveria outro tipo de cliente, não-ignorante, que poderia lhe proporcionar prazer sexual na relação, parece que não é isso o que ocorre. Devemos aqui tentar diferenciar, a partir do seu discurso, o prazer sexual propriamente dito do prazer subjetivo oriundo de uma relação respeitosa, não-abusiva. Questionada sobre o ‘tesão’, assim se refere à questão:

“ah, não sei... pra mim... pra mim é normal, porque eu não ligo pra essas coisas [...] aí é que eu não sei explicar...” [risinho constrangido]

“ah, sei lá, né... a maioria dos cara é safado, hoje em dia...”

O tom evasivo e negativista sugere ser um tema, no mínimo, pouco elaborado. Mais do que isso, eu diria que ela desconhece o prazer sexual. ‘Não ligar para essas coisas’ me parece ser uma maneira de afirmar que não sabe do que se trata, de maneira dissimulada, na busca de minimizar o impacto supostamente inferiorizador desse fato na situação da entrevista. Sendo a entrevistadora uma mulher madura, supostamente conhecedora de tal prazer em função da idade e experiência que isso pode significar, e, dada a propagada experiência sexual de Liliana, configura-se uma situação não facilitadora para exposição de fragilidades nesse campo do prazer sexual.

Cabe lembrarmos aqui da hipervalorização do sexo e do prazer a ele associado, promovida pelos meios de comunicação em nossa sociedade, que não dá lugar a inseguranças e não-saberes nesse campo. Para os jovens, é antes um fator de identificação e pertencimento ao grupo dos “liberados” sexualmente, como um salvo conduto para o mundo dos adultos, que não lhes possibilita significar o sexo de outra maneira que não a veiculada pelos órgãos reprodutores/ formadores de opinião e atitudes. Aí o sexo é puro prazer, e como tal deve ser experimentado. As inseguranças próprias do início de uma vida sexual passam a ser negadas e a ausência de prazer no sexo torna-se sentimento inconfessável. Na situação específica vivida aqui por Liliana

isso parece ter lugar e justificar suas evasivas em relação ao assunto. Ela prefere ‘não saber explicar’.

Um ponto importante para nossa análise refere-se à indicação que ela faz sobre a relação entre seu desprazer e o fato dos ‘caras serem safados’. Me parece estar reforçando aqui um elemento já abordado: a importância do estilo do parceiro, ou seja, a determinação produzida na relação pelo fato do parceiro ser do tipo abusivo ou não e o conseqüente atrelamento de seu próprio prazer ao tratamento recebido por ele. Ela nos diz que seu prazer depende do outro, está colocado na relação, e se o outro é ‘safado’, entendido aqui como capaz de comportamento abusivo, o prazer não é possível. Cabe ainda observar que esse prazer aqui colocado refere-se menos a tesão, prazer sexual em si, mas a prazer subjetivo, proveniente de respeito e afeto retribuído.

Parece-nos que Liliana, quando atribui o sentido de desprazer à relação sexual comercial, refere-se antes ao sentimento experimentado pela relação não ser respeitosa, mas abusiva, do que à ausência do prazer sexual propriamente dito. Já que, apesar de não tê-lo experimentado ainda, o prazer sexual só seria possível no âmbito de uma relação afetiva, não abusiva. Podemos concluir, portanto, que a prática da exploração sexual para Liliana adquire um duplo sentido de desprazer, o que se torna numa situação difícil de ser suportada, permeada por um sofrimento que tenta não sentir.

“Ah, a gente fica pensando noutra coisa, né, eu mesma... fico pensando... em coisas... namorado... alguma amiga... tem que esquecer... que tá ali...”

“...você fica imaginando outra coisa... liga o som, fica ouvindo o som... inventa alguma coisa na hora...”

A maneira encontrada para suportar o sofrimento é remeter-se a lembranças agradáveis, buscar algum prazer fora daquela situação concreta, tentando ‘esquecer que está ali’. Pensa em pessoas — namorado, amiga — que a princípio representam relações não abusivas, buscando um contraponto ao que está vivendo concretamente na situação.

Sente-se obrigada a usar a imaginação, distrair-se com a música, lançar mão de qualquer artifício que a auxilie a superar tamanho desprazer.

- A MORAL COMO GARANTIA DE UM LUGAR SOCIAL VALORIZADO

Os aspectos morais presentes no discurso de Liliana são bastante reveladores de sua subjetividade. Ela diferencia a situação de ‘transar no primeiro dia’ com um rapaz, em comparação ao ‘fazer programa’, estabelecendo relações com o sentido subjetivo de ser ‘puta’ ou ‘vadia’. Sobre a transa com rapazes ela nos diz:

“Hoje em dia, elas vão pro baile, e já dão pro cara... Já no final do baile elas pega e sai... Vão namorar e já é aquele agarra, e puxa...”

“ah, toda mulher tem direito de ter prazer, mas não é assim... com qualquer um... logo assim, no primeiro dia que conheci um cara... não é assim... se eu conheci um cara hoje, não vou sair com ele hoje, não vou dar pra ele hoje... vai demorar!...”

“...antigamente a gente saía mais... não tinha essa coisa de já no primeiro dia, já logo transar...”

O primeiro aspecto que nos chama atenção é o fato dela se diferenciar das meninas que ‘transam no primeiro dia’. Ela está dizendo que é uma prática corriqueira, mas não compartilhada por ela. Mantém a referência de um outro tempo, ‘antigamente’, onde haveria um maior compasso de espera para a iniciação sexual numa relação. Demonstra uma posição moralista, identificada com os valores prevalentes em nossa sociedade, onde transar no primeiro dia é significado como atitude condenável, a priori. Mantém coerência com seu modelo de namoro não abusivo, tipo ‘beijinho e abraço’, depositando no sexo prematuro a desmoralização da menina na relação.

O direito ao prazer estaria assegurado, em tese, para todas as mulheres. No entanto, negado enquanto possibilidade imediata da relação, à custa de um julgamento moral que definiria aí quem é digna de respeito ou não. A perda do lugar social de quem é respeitado pelo outro aparece como uma questão muito significativa para ela. Fica claro o quanto se referencia a esse temor, de maneira a desenvolver atitudes contrárias a essa direção.

“é, porque, sei lá, eu já tenho amizade com os moleque, os moleque já sabia coisas da minha vida... eles comentam, eles moram tudo perto da minha casa, eles falam: pô, antigamente você trabalhava pra caramba, ajudava sua mãe, vendia rosquinha de côco, cocada, sofreu pra caramba, que não sei quê... aí eles falam... eles ficam revoltado, né, com a vida, né... porque, pra tá nessa vida, né, só deus sabe o que você fez... o que você passou...”

“ah, eles me respeitam... todos me respeitam... [...] Hoje em dia eles me respeitam mais, não tem um na rua, ali, que não me respeita...”

Se entendemos o respeito como o reconhecimento da identidade social do outro, a pessoa que reclama respeito geralmente está a renegar um atributo que lhe está sendo conferido. Ao sentir-se respeitada, Liliana assegura para si um lugar ao qual se atribui algum valor social, conseguindo evitar a identificação com a imagem da ‘puta’, personagem alvo de desrespeito social. Justifica o respeito que recebe dos ‘moleques’ ao fato deles conhecerem sua história e, portanto, saberem que está ‘nessa vida’ por necessidade. Em sua construção subjetiva são seus amigos, compreendem sua condição e portanto a respeitam.

A exploração sexual está atrelada, em sua fala, ao sofrimento (‘só deus sabe o que você passou’) e à falta de alternativas, o que justificaria a situação e a deixaria a salvo de um julgamento moral. A remuneração atua como elemento atenuador de

condenação, na medida em que ofereceria uma justificativa legítima para a conduta sexual. O outro fator, o sofrimento, adquire importância crucial nessa justificativa moral por ser o contraponto do prazer. Este sim parece adquirir o sentido, para ela, de um grande divisor de águas quanto ao que deve ser considerado moralmente aceitável ou não. Culturalmente, o prazer e a autonomia no domínio sexual são atributos masculinos, reserva-se à mulher a passividade que não pressupõe o prazer. Liliana parte desses significados sociais e constrói um sentido subjetivo onde a relação sexual comercial, justificada pela necessidade econômica, se não implica em prazer, não resulta em condenação moral. Garante-se, dessa maneira, uma identidade social passível de respeito, que conserva os atributos do feminino significado pela sociedade machista, a saber, o sofrimento e o desprazer.

“...os moleque não culpa as menina porque elas são... porque elas faz programa, entendeu?... eles falam que antes você fazer programa do que dar de graça pra todo mundo na favela, e depois ser mal falada por todo mundo...”

“...Quando você faz um programa com um cara, você só vai fazer naquele dia, naquele momento, você nunca mais... é uma vez só, e tudo bem... você não vai mais ver aquele cara... Agora, a menina, não. A menina mora ali, ela vai ver o moleque todo dia, e o moleque além de ver ela ainda vai falar pra todo mundo que comeu ela... além de sair com ela e comer ela ainda vai espalhar pra todo mundo... pra rua inteira, entendeu?”

“...e a vantagem de você fazer programa é que você sai com o cara, faz o programa, e no outro dia, você não conhece, nunca viu, se você vê ele, ele fala logo: você não me viu, você não me conhece... entendeu? ...ele fica guardando aquilo pra ele... só pra ele... não sai espalhando pra todo mundo... Aí os moleque entende, né... que o nosso lado... a gente dá porque a gente precisa, porque senão.... a gente não estaria nessa vida.”

‘Fazer programa’ ou ‘dar de graça’ são situações ao mesmo tempo identificadas e diferenciadas na fala de Liliana. Identificadas enquanto relações abusivas, que não deixam lugar para o afeto ou respeito mútuo, nenhuma das duas comportando prazer. São diferenciadas, no entanto, em relação às consequências que provocam, o que deixa o programa em situação de vantagem, já que este resultaria em remuneração sem condenação moral. ‘Dar de graça’ implica em ficar ‘mal falada’, identificada com a figura da mulher promíscua que se coloca nas relações movida sobretudo pelo prazer, sem compromisso, divergente da norma social. O sentido de condenação moral, para Liliana, está intrinsecamente relacionado à relação descompromissada e à possibilidade do prazer.

O sentido construído sobre o programa é o da relação que começa e termina na mesma situação, não existe um “depois” ; não proporciona prazer, não há envolvimento afetivo, tampouco provoca desdobramentos negativos. Ao parceiro também não interessa nenhum tipo de publicidade, afinal, ele também estaria sob julgamento moral da sociedade. A experiência vivida não é veiculada, ali mesmo se esgota, na relação a dois, sendo esta a característica traduzida por Liliana, além do aspecto financeiro, como a principal vantagem desse tipo de envolvimento sexual.

O envolvimento com ‘moleques’, ao contrário do programa, passa a fazer parte da história da menina, especialmente quando levada a público pelo rapaz, o que resultaria acima de tudo em desmoralização para ela. Sendo a preservação moral um importante núcleo de significado para Liliana, esta forma de relação é absolutamente condenada, já que representaria a pior condição social para si.

Assim se coloca quando tenta definir o que é ser ‘puta’ ou ‘vadia’:

“é aquela menina que, como é que se fala?... que não pode ver um cara que já fica louca pra dar pro cara, ali naquela hora...”

“ah, é horrível!... uma menina ser... porque aí ela não tem moral, ela não tem classe, ela não tem nada... praquilo... por onde ela passar vão xingar ela, é horrível!... aí ela vai se sentir mal, vai chorar, às vezes vai xingar o cara, que xingou ela... e vai ficar por isso, que se ela xingar o cara, ele vai pra cima dela, ainda bate nela!...”

“eles comentam, falam, aquela menina, não sei quê, é a maior vaca... falam assim, que é puta, vadia...”

Explicita sua postura fortemente moralista, condenando a atitude da menina que deixa-se levar pelo mero desejo, em busca de uma relação descompromissada. Remete essa atitude ao domínio do descontrole, ao dizer que ‘a menina fica louca pra dar pro cara’, reafirmando a ligação entre sexo descontrolado e prostituição que está presente no imaginário social. Esta menina, incapaz de controlar seu impulso sexual, portanto movida pela ânsia de prazer, é identificada como ‘puta’, como ‘vadia’, e moralmente condenada perante a sociedade. Sem moral e sem ‘classe’, numa referência explícita à perda de um lugar socialmente valorizado, ‘ela não tem nada’. Liliana descreve aqui um sofrimento intenso, resultado da vivência desse “vazio” de valor social, onde a pessoa seria absolutamente negada e subjugada. A esta vivência ‘horrível’ ela atribui o sentido subjetivo de lugar do “nada”, do desprezível, do desvalor social, que ela evita a todo custo ocupar.

“ah, eu não acho certo... [...] todos falavam pra mim que antigamente, quando ainda não existia pedra, moleque de 12 anos, aí, não ficava com pedra na boca, menina de 12, 15 anos não vivia na rua, não dava pra qualquer um, antigamente elas tinha mais moral, namorava dentro de casa, então... hoje em dia [...] dar pra todo mundo que vê, [...] depois quer que a gente fale o quê? fazendo essas coisas não tem moral! É uma puta, uma vagabunda... aí falou tudo! hoje em dia o mundo tá bem, bem... pior!!...”

Ela apresenta, mais uma vez, referência a um tempo onde os hábitos eram outros, quando meninos não usavam ‘pedra’ (crack), meninas não ficavam na rua, enfim, um tempo em que ‘havia mais moral’. Estabelece uma ligação entre a perda da moral e outros fenômenos sociais, como o uso de drogas e a saída das crianças às ruas, retratando uma sociedade prejudicada por tais características, que comprometem um desenvolvimento psicossocial saudável.

No entanto, ainda que enxergue a simultaneidade desses fenômenos, fala da ‘vagabunda’ apenas como resultado de uma opção pessoal, não merecedora de respeito pela sociedade, já que ela é significada subjetivamente como a própria encarnação da imoralidade. Identifica-se totalmente com o discurso dessa sociedade, quando inclui-se ao grupo que julga e condena (‘a gente’), transferindo para aquela menina o peso da identidade social do comportamento sexual promíscuo. Essa configuração subjetiva assegura-lhe um lugar de respeito, que a isenta completamente de culpa pela prática da exploração sexual.

Celina

Celina apresenta-se como uma adolescente que busca transgredir normas e valores sociais muito arraigados em nossa sociedade, por meio de atitudes permeadas de contradição. Identificamos três *núcleos de significado* a partir de sua fala, que nos fornecem boas imagens da expressão contraditória de sua subjetividade:

Significação ambígua: negação e valorização da exploração sexual;

O desprazer presente no ato sexual comercial;

Exploração sexual como meio para obtenção de ‘dinheiro fácil’.

Disso resulta sua postura ambígua em relação à exploração sexual, pautada pela demonstração de considerável experiência pessoal no tocante ao tema, ao mesmo tempo

em que, durante a entrevista, se refere às adolescentes prostituídas quase sempre na terceira pessoa.

Ao contar-nos sobre suas relações afetivas nos fornece alguns elementos reveladores de sua moral e sua auto-imagem, que contribuem bastante para nossa tarefa de compreender a constituição de sua subjetividade. Em relação ao namorado ela demonstra que a fidelidade e a obediência são valores sempre muito prezados, repetindo um padrão cultural arraigado de submissão da mulher a seu homem.

Celina refere-se aqui a um namorado que ficou com sua amiga enquanto ela própria viajava, e pouco tempo depois pôs fim ao relacionamento.

“ eu tava namorando, né? [...] aí eu pedi pra ele se eu podia ir pro Rio de Janeiro.”

“Tentava não usar roupa curta, que ele não gostava, não andar muito no meio de moleque, aí, quando vê, eu fiz tudo isso aí à toa.”

Demonstra que a obediência é o preço a pagar pelo namoro, ainda que no caso parece não ter sido suficiente.

“ele terminou comigo ontem... [...] não sei, acho que é porque eu fiquei muito tempo fora e não deveria ter demorado muito.”

“eu só sei que acho que eu é que devia ter terminado, e quem terminou foi ele. Porque eu que tava na razão pra terminar. Eu nunca tinha ficado com nenhum moleque, tava há três meses com ele e nunca tinha ficado com outro moleque.”

Apesar de ter agido “corretamente” com o namorado e saber da sua traição com a amiga, o que a deixaria na ‘razão para terminar’, ainda tenta buscar em seu próprio comportamento justificativas para a iniciativa tomada pelo rapaz. Sente certa indignação pelo caráter injusto da situação, mas explicita o conflito entre a “consciência limpa” e a

culpa pelo rompimento, por haver demorado muito na viagem, revelando atitudes calcadas na subserviência de gênero, reprodutoras do padrão cultural machista de nossa sociedade.

Sobre as circunstâncias da sua primeira relação sexual, Celina revela uma situação onde o rapaz, na ocasião, não era seu namorado.

“no natal... pra tu ver, ele namorando, eu gostava dele pra caramba. Aí ele deixou a namorada dele em casa e foi lá pro campinho, eu ainda tentei ficar com ele, aí a gente foi pra praia, depois voltamos e eu fui dormir na casa dele.... aí que aconteceu...”

“...acho que por isso que ele quis ficar comigo... que eu perdi a virgindade com ele...”

“...mas eu tinha o maior medo de fazer isso...”

Conta uma história em que gostava do rapaz, ‘ficavam’, mas a namorada era outra. Justifica o interesse do rapaz na transa apenas pelo fato dela ser virgem, dando a entender que, apesar da insegurança em viver a experiência da primeira relação sexual, seu afeto por ele configurou-se na motivação para o ato. Uma postura auto-depreciativa que comporta o sentimento de ser preterida e de transar pela primeira vez sem retribuição de afeto. Novamente reafirma o padrão cultural da desigualdade entre os gêneros, que estabelece a virgindade da mulher como um prêmio e uma prova de amor ao homem e o desobriga de retribuir afeto nessa situação.

- SIGNIFICAÇÃO AMBÍGUA: NEGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL

A primeira reação de Celina, quando questionada sobre a prática da exploração sexual, foi a demonstração de constrangimento e pouca disponibilidade de falar sobre o assunto.

“ah, disso eu não gosto de falar... [...] sei não... sei lá... eu acho que é um negócio que é até difícil...”

“porque tem muita gente que tira sarro da cara!... ”

“...eu mesma só fui uma vez que eu fiz isso... só uma... mas eu já fui junto com as outras meninas, mas eu não fiz nada. Só uma vez porque eu tava precisando mesmo de dinheiro. ”

Baixa o tom de voz, mostra-se mais pensativa, fazendo-me perceber o quanto é difícil para ela identificar-se com esse papel social. Dizer que ‘foi só uma vez’, numa situação em que estava ‘precisando mesmo’ de dinheiro, provavelmente é uma tentativa de amenizar sua culpa pela suposta transgressão moral e manter sua imagem de não-prostituída perante a mim que a entrevistava. Ela pode estar com as meninas que fazem programa, participar do mesmo cotidiano, ‘ir junto’ com elas, e ‘não fazer nada’. Esta formulação permite que sinta-se a salvo, absolvida de uma possível condenação social. Configura sua subjetividade incorporando o significado social da prostituição enquanto atividade moralmente condenável. Sendo muitas as pessoas que ‘tiram sarro da cara’, sente-se forçada a agir de maneira a amenizar esse olhar condenatório, buscando diferenciar sua identidade em relação às outras meninas, para não sofrer as consequências de tal discriminação. Se nos remetemos ainda à obediência que dedica aos namorados, podemos concluir que no campo afetivo a aprovação do outro, para Celina, parece imprescindível.

“porque condenam? tipo uma coisa antiga, tipo assim... quando Deus... fala assim, quem não comete um pecado... como é que ele falou!? Não jogue pedra naquela mulher... que os outros tavam jogando pedra nela, “quem não tiver pecado jogue a primeira pedra” né, ele falou. Tipo, alguém jogou a primeira pedra? Ninguém... faz tempo, desde o tempo do Deus, que existe menina que faz programa, sei lá...”

Quando tenta explicar o porquê da condenação social à prostituição apresenta valores religiosos que remetem a prática da exploração sexual ao pecado. Reproduz um padrão cultural calcado na imagem de pureza que a mulher deve conservar para ser valorizada, apresentando as contradições internas dessa colocação. Ainda que de forma mal elaborada, faz uma ligação entre a antigüidade do fenômeno e o fato de não haver aquele que, sem pecado, possa atirar a primeira pedra. Parece revelar aqui um elemento central do sentido contraditório que a prostituição adquire para si mesma. Não entende direito como, mas percebe a ambigüidade da própria sociedade no trato à questão: na prostituta deposita-se o lugar do pecado, mas não há aquele que não seja pecador. E, ainda, a prostituta representa a não-pureza para garantir à mulher não prostituta seu lugar santificado à imagem cristã. Celina parece sentir que à prostituta reserva-se, portanto, um lugar social legitimado e atacado, ao mesmo tempo.

Ela parece ser movida por essa contradição. A depender do contexto ou do foco dado ao tema, coloca-se a partir de um ou outro lugar.

[as meninas] *“têm vergonha, não gosta nem que os outros falem... elas não gosta, ninguém tipo gosta, porque isso é uma coisa muito ruim!...”*

“é... umas, umas assim, umas já gostam, não têm preconceito de falar, porque elas fala: nós não tem vergonha!... Elas já tão nisso há muito tempo!”

Aborda a questão da vergonha primeiramente como um sentimento compartilhado por todas as meninas, já que a prática da exploração sexual ‘é uma coisa muito ruim’. Fala aqui desde o lugar atacado pela sociedade. Em seguida faz considerações sobre o grupo das que ‘estão nisso há muito tempo’, portanto numa posição legitimada, onde a culpa é amenizada e a vergonha deixa de ser um sentimento presente. O significado social da prostituição é apropriado por ela, mas enquanto sentido subjetivo transforma-se em ambigüidade e contradição.

Nos parece fácil compreender por que Celina fala das adolescentes prostituídas na terceira pessoa, já que ela também faz programa. Apesar de ter dito que o fez apenas uma vez, demonstra um conhecimento e uma prática que nos leva a concluir que esse número foi subestimado. Como não pertence ao grupo das que ‘estão nisso há muito tempo’, identifica-se com as que se envergonham, que não assumem essa prática como tal. O peso da condenação social é forte o bastante para que ela não assuma essa identidade para si, delegando-a, portanto, às outras meninas.

Acentuando o sentido de ambigüidade, Celina estabelece, ainda, uma relação muito estreita entre a exploração sexual das meninas com práticas delituosas, defendendo-a como um direito legítimo da menina quanto ao uso do próprio corpo.

“não tá cometendo nenhum crime, não tá matando, não tá roubando nada, tá vendendo o corpo delas pra ganhar um dinheiro, não é assim? Não tá errado, não!....”

“tem cara aí que fala: ah, vou traficar pra arrumar dinheiro, vou matar um aí pra arrumar dinheiro! Então ganha dinheiro fácil, mas ganha o quê? cadeia... uns a morte!... E essas meninas, não! elas ganham dinheiro fácil, mas também não ganha cadeia, a morte, já tem um dinheiro pra se levantar na vida, pra poder usar...”

Faz uma distinção clara do que é ilegal nesse contexto, colocando-se a exploração sexual em situação de vantagem quanto às outras formas, identificadas por ela, de se conseguir ‘dinheiro fácil’. O sentido construído refere-se a um raciocínio simples: se não é crime, não está errado. Observemos que a ligação feita entre esses dois tipos de práticas (exploração sexual e delito) é explicitada em sua fala por se tratarem, ambas, de formas de obtenção de ‘dinheiro fácil’. Esta marca parece estar implicada com outro fator de identificação entre tais práticas, qual seja a de condenação da sociedade à prostituição e ao crime. Isto os aproxima enquanto categoria de atos de transgressão a normas sociais, conferindo-lhes certa similitude, explicitada na fala de Celina. No entanto, ao diferenciá-las em relação à legalidade, a exploração sexual é apresentada como vantajosa, porque não dá cadeia. Tal significado é incorporado por ela, alimentando ainda mais suas contradições.

Esta análise realizada por Celina considera a exploração sexual apenas no aspecto do ato praticado pela própria menina, qual seja o comércio do próprio corpo, não estabelecendo relação alguma com o fato de ser menor de idade, e portanto numa situação de fragilidade no que se refere a ser alvo de exploração por adultos, estes sim agentes de atos delituosos por violarem a lei que prevê a proteção dessas meninas. Ainda que não conflitue com a lei, identifica-se é com o lugar do transgressor, não como vítima de direitos violados. E faz uso desse sentido de transgressão como bandeira de um movimento por independência.

“eu não sou contra, não sou mesmo, de nenhuma menina! eu não sou contra, ao contrário! eu apoio elas; elas sai de casa, e eu acho é MUITO BOM⁹ que elas fazem isso! Tipo, eu acho legal, tipo, eu queria que todas as pessoas achassem isso, porque uma: elas estão fazendo com o corpo delas! ”

Nesta fala demonstra o sentido subjetivo presente sobre a prática da exploração sexual. Foi colocada num momento em que ela mostrou-se muito à vontade e foi absolutamente enfática. Diz claramente o quanto essa prática significa a possibilidade

⁹ Ênfase da própria menina.

de independência em relação à família, em primeiro lugar. O fato de comercializarem nada além do que o próprio corpo, o que de mais pessoal e intransferível alguém pode possuir, parece conferir uma certa sensação de onipotência, de poder, tamanha a sensação de independência e liberdade que lhe proporciona. No entanto, ela se trai e nos remete à sua permanente ambigüidade no trato dessa questão. Ao declarar seu desejo de que ‘todas as pessoas achassem isso’, ela demonstra aí sua insegurança, sua necessidade de aprovação, seu limite nesse intrincado jogo social, o outro lado de sua postura aparentemente independente e transgressora.

- O DESPRAZER PRESENTE NO ATO SEXUAL COMERCIAL

Ao referir-se ao ato sexual em si, no contexto da exploração sexual, Celina acentua aspectos negativos.

“ah, eu não consigo explicar... não consigo, sei lá... na hora eu não me sinto bem, dá nojo!... dá nojo... tipo dá vontade de você entrar debaixo dum chuveiro e não sair nunca mais... até sair tudo. ”

“...ficar fazendo programa, esses negócios, sofre muito, entendeu? e eu acho que isso não é pra mim... ”

Apresenta um sentimento muito forte de rejeição ao sexo comercializado, dando a entender que sexo sem afeto ultrapassa o limite do suportável numa relação. Uma postura em acordo com normas sociais classicamente valorizadas, ancoradas na moral cristã que pressupõe o sexo apenas com amor. Nojo é sensação de extrema repulsa, de algo que não se quer, absolutamente, para si. Desprazer extremo, que Celina não consegue explicar, mas que opera como fator invisível de preservação da sua identidade enquanto adolescente não-prostituída. Reconhece o sofrimento inerente a essa prática e não se enxerga como praticante. De fato, parece não desejar essa vivência para si, tamanho o desprazer que lhe causa.

Importante observar que essas duas falas estão na primeira pessoa, o que lhes imprime um caráter ainda mais próprio de sentido subjetivo. A repulsa e o sofrimento são apresentados por ela como sentimentos autênticos, resultantes do processo dialético de “interiorização” do olhar externo, condenatório, cujos reflexos aparecem na vivência concreta da menina prostituída. O nojo que sente quando transa com um cliente reflete os valores culturais assimilados no jogo da intersubjetividade, que são atualizados e reproduzidos a cada situação em que ela se depara com seus sentimentos. A condenação da sociedade já não se realiza apenas a partir do olhar do outro, mas no dela própria, traduzida na sensação de que a exploração sexual, sexo sem afeto, significa desprazer e deve ser negada. O significado social é incorporado na forma de sentido subjetivo, estabelecendo novas e mais complexas configurações, que revelam-se exatamente no jogo intersubjetivo onde tiveram sua gênese.

Refere ainda à expectativa do dinheiro e à teatralização como características importantes da relação com os clientes.

“sensação?! sensação nenhuma... e só não ver a hora de ir embora e pegar o dinheiro na mão... somente... o que as meninas pensa também é isso...”

“na hora que tá lá.... eu acho que... tipo, na hora que tá lá, eu acho que... gosta é do dinheiro mesmo e na hora que o cara tá pensando que ela tá lá, que tá gostando, tudo... ...é mentira! Finge!... ela finge só. Finge que dá risada... tem que fingir! elas fala que tem que fingir...”

“é, tem que fingir que tá tudo bem, se não eles perde o pique e elas perde o dinheiro...”

Reforça o caráter do desprazer quando fala que não há ‘sensação nenhuma’ durante o ato sexual. Com esta negação da sensação, demonstra ser um ato mecânico,

onde o ir embora com o ‘dinheiro na mão’ é que representa o momento do gozo. No entanto, para garantia do pagamento, o papel a desempenhar é justamente o de objeto de prazer para o outro e, se o que sentem no ato é desprazer, resta ‘fingir’ e suportar a situação. Está presente um sentimento que é negado, o ato sexual comercial adquire portanto um sentido de atividade sem afeto. Segundo Celina, a expectativa do pagamento em dinheiro é o que as mantêm suportando tamanho desprazer; este seria o preço que elas próprias teriam que pagar pelo ‘dinheiro fácil’.

- EXPLORAÇÃO SEXUAL COMO MEIO PARA OBTENÇÃO DE ‘DINHEIRO FÁCIL’

Quando refere-se aos motivos que levam uma menina à prática da exploração sexual, Celina destaca o ganho financeiro, demonstrando uma grande idealização quanto ao alcance desse ganho.

“Faz por obrigação... faz pra falar a verdade, por ganância... de dinheiro. De ver dinheiro na mão... pra comprar alguma coisa.”

“Tem umas que tem filho, não trabalham, aí não tem outro jeito de sustentar o filho. Tem umas que é pra comprar roupa, esses negócio de mulher... tem umas que é pra pagar a conta... é mais também por falta de emprego. Porque se tivesse emprego, eu garanto que não tinha nenhuma pessoa fazendo isso... mas emprego bom mesmo!...”

“Agora, tem mulher que não, tem mulher que faz porque gosta de MUITO¹⁰ dinheiro...”

¹⁰ Ênfase da própria menina.

“...e o gringo falou que... ele me dava isso se eu fosse... aí tipo eu tava precisando de dinheiro pra pagar a pensão... aí não tinha, aí eu queria comprar mais umas coisas... aí de repente ele falou que era muito dinheiro... aí o dinheiro fala mais alto!”

Primeiramente aparece a noção de que a exploração sexual é a única maneira de se conseguir dinheiro suficiente para dar conta das necessidades. ‘Fazer por obrigação’ pode significar a idéia de que a menina se vê ‘obrigada’ a isso por não enxergar outras opções. Considera como dado de realidade a falta de emprego, referindo-se ao ‘emprego bom’ como sendo aquele que corresponderia às necessidades, provavelmente comparando com os empregos que por vezes estão disponíveis para esse grupo social: trabalho doméstico e trabalhos não qualificados (“bicos”), que não garantem a mesma remuneração que alcançam através dos programas sexuais.

Celina acentua a questão do volume de dinheiro, apresentando uma visão da exploração sexual como fonte abundante de ganho financeiro. Mediante a falta de opções oferecidas pela sociedade, traduzida na ausência de bons empregos, se há necessidade de ganhar muito dinheiro, essa aparece, portanto, como a melhor via.

Adotando um clichê da sociedade capitalista, reafirma o caráter do ganho financeiro como um valor acima de qualquer outro, quando justifica o programa sexual realizado porque ‘o dinheiro fala mais alto’. Demonstra com essa postura a apropriação de um significado social enquanto sentido subjetivo, que justificaria a prática do sexo comercializado.

“porque isso é um dinheiro fácil, você não faz quase nada e ganha aquele tanto de dinheiro, rápido assim... faz nada, quase nada... e de repente vem aquele dinheiro na tua mão, do nada...”

“uma que eu conheço que fala que quando crescer, quer casar, quanto mais rápido possível, quer casar com um homem

milionário e ir pra fora do Brasil, todas falam isso, a maioria, e que... com 50 ou 60 anos já tá numa idade pra não fazer nada, então teria que ter muito dinheiro.”

Para Celina, a sensação de ‘dinheiro fácil’ associada à prática da exploração sexual parece relacionar-se a dois fatores. O primeiro, o fato de ‘não fazer quase nada’, necessariamente nos remete a refletir sobre o desprazer que ela sente como a tônica do ato sexual comercial, e que nessa fala fica totalmente desconsiderado. O nojo, o mal estar que experimenta no ato, novamente parece representar um elemento intrínseco desse jogo social, onde o sentimento que vivencia é minimizado ao limite extremo da negação. Uma atitude auto-depreciativa, que relega o sentimento de incômodo profundo a um lugar desprovido de importância, revelando o sentido de esvaziamento de sentimentos à atividade sexual em si. O que sente é absolutamente secundário, o ‘fazer quase nada’ desse ato sexual adquire um sentido subjetivo de oferecimento do próprio corpo, apenas enquanto objeto de prazer alheio, numa formulação que exclui a si mesma enquanto sujeito.

Podemos supor que a teatralização, considerada nesse contexto como o ‘fingimento’ do prazer no ato sexual comercial, pode contribuir enquanto estratégia de sustentação emocional para a negação do desprazer experimentado. Um mecanismo psicológico complexo, onde a menina, ao representar o sentimento oposto (prazer) ao que termina por negar (desprazer), pode vivenciar essa situação (ato sexual comercial) como um momento de despersonalização, onde, de fato, ela ‘quase não está lá’. Quem está lá, negando o que sente verdadeiramente, não é ela, mas a personagem/objeto que atua para a satisfação do cliente. Ela se retoma enquanto sujeito no momento posterior, o do ‘dinheiro na mão’, que parece vir ‘do nada’, sendo que o nada refletiria, aqui, sua própria sensação dissociada de ter estado ausente naquele ato. O que a traz de volta ao mundo concreto é o dinheiro, que significa poder de troca por bens materiais, e poder de escolha, ainda que transitório, na aquisição de objetos para seu próprio prazer.

O segundo fator apontado na fala de Celina como característica do ‘dinheiro fácil’ advindo da prostituição relaciona-se à impressão de se ganhar ‘muito dinheiro’ em

pouco tempo. Na entrevista ela revela quais são seus referenciais de proporcionalidade entre tempo de trabalho e salário. Remete-se ao trabalhador de sua classe social, determinado por relações econômicas de exploração perversa do trabalho assalariado, que concretamente recebe muito pouco por um período muito extenso de trabalho, além de receber o pagamento apenas a cada período mensal. Ao estabelecer essa comparação, o ganho financeiro da menina prostituída parece bem superior ao que obteria se fosse trabalhadora assalariada, além de proporcionar ‘dinheiro na mão’ a cada programa, portanto, a cada dia ou período muito curto de tempo.

Fica patente, ainda, o sentido da prostituição como atividade que assegura ascensão social, seja pela auferição de boa renda ou pela possibilidade de casamento com homem de outra classe social. Esta configuração subjetiva parte de um potente significado social, abordado seguidas vezes pelo cinema e pela mídia, que apresenta histórias de cinderela onde a prostituta apaixona-se e casa-se com lindo milionário, ou personagem charmosa de novela que trabalha como garota de programa e é amada pelo galã principal. Movida por esse mito, Celina parece nutrir a sensação de que a vida de uma adolescente prostituída, a qualquer momento, pode se tornar apenas uma vida cheia de aventuras e prazeres materiais.

Esse sentido do ‘dinheiro fácil’ é extrapolado para o próprio explorador, também descrito de forma idealizada.

“tens uns que quer pagar, tem o maior dinheiro... só pra ficar conversando, fica horas ali conversando... só pra desabafar...é o mó barato, aí é bom, aí não faz nada...”

“tens uns que é maior legal... a gente fala ah, não quero fazer isso, não sei o quê...aí, não faz!... aí eles leva a gente pra comer, não faz nada... respeita!...”

Fala de pessoas supostamente muito bacanas, bem intencionadas, respeitadoras, que muitas vezes só querem conversar ou ‘desabafar’. Fala que quando ‘não faz nada’

que é bom, deixando transparecer que estar com pessoas novas, sair para comer, travar relações com homens de maior poder aquisitivo que lhe proporcione prazeres, significam uma aventura que vale a pena. Se não tiver que pagar o preço de sentir a repulsa sexual por esses homens, não há porque evitá-los, ao contrário, trata-se de aproveitar a experiência.

Fabíola

Vale lembrar aqui que a entrevista com Fabíola não foi realizada por nós. Apesar de abordar aspectos centrais de sua prática na exploração sexual, não oferece muitos dados nesse sentido. Ela fala pouco de seus sentimentos, no que se refere ao tema em discussão. Devo dizer que esta entrevista apresenta-se menos rica que as outras, ainda que nos forneça importantes elementos para análise.

No que se refere à prática da exploração sexual, seu discurso gira em torno de três temas básicos, que nos levam a analisá-los como seus principais *núcleos de significado*:

A rua como espaço de sofrimento e satisfação de necessidades;

Programa sexual como meio de acesso à droga;

Estratégias de sobrevivência: prostituição X roubo.

- **A RUA COMO ESPAÇO DE SOFRIMENTO E SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES**

A luta pela sobrevivência nas ruas é tarefa árdua. Em sua circulação pela cidade, a criança ou adolescente nessa condição vê-se obrigada a lançar mão de várias estratégias para satisfação de suas necessidades básicas. Fabíola nos descreve aspectos desse cotidiano.

[referindo-se à amiga] *“Pedia... dinheiro. Ela tinha uns cara que ela saía, que ela fazia programa, no começo eu não fazia tanto. Ela que fazia, e eu vendia doce aqui na praça do correio. A gente fazia assim...! Roubava pra arrumar dinheiro...”*

Sua fala nos mostra que esmola, comércio informal, programa sexual e pequenos furtos fazem parte de um mesmo conjunto de ações para obtenção de alguma renda. Parece indicar, inclusive, que ocorrem de forma simultânea, a depender das circunstâncias que sejam mais favoráveis a uma ou outra prática no decorrer do dia. Sobre os locais para dormir ou usar drogas ela nos conta:

“A gente ficava na rua. Sabe essa ponte no Mar Pequeno, ali? A gente dormia ali. “

“Tinha a casa dos coroa, dos bar que a gente conhecia e a gente ia dormir lá.”

“A gente não tinha lugar pra usar droga, qualquer lugar era lugar. ...em qualquer construção, entrava e usava ...debaixo da ponte, no meio da rua... Não tinha lugar certo.”

Observa-se uma indiscriminação em suas atitudes que nos remete ao desamparo à qual estava condicionada. Dormir embaixo da ponte ou nas casas dos ‘coroas’ (que provavelmente estabeleciam uma relação de troca por favores sexuais), usar droga ‘no meio da rua’, em qualquer lugar, demonstram a desorganização de seu cotidiano, onde a falta de rotina é expressão da ausência de referenciais do que seja uma vida cuidada e protegida. Uma condição que não lhe oferece possibilidades de escolha, apenas atuação enquanto objeto de exclusão social, ocupando os lugares vazios de cidadania a ela dedicados pela sociedade. O adulto aparece em seu discurso de forma ambígua: o dono de bar, ‘coroa’ que superpõe o papel de explorador ao de suposto protetor, reproduzindo e reafirmando a dominação de gênero, idade e classe social que predominam em nossa cultura. A despeito da lei, que garante a proteção integral de nossas crianças e

adolescentes, o que prevalece nas ruas são as relações apoiadas na desigualdade e exploração da fragilidade desses seres ainda em desenvolvimento.

Os sentimentos em relação a essa condição de vida são contraditórios.

“Não sei porque tavam na rua. Sei que tavam na rua e moram na rua. Têm família mas moram na rua.já acostumou!”

“Elas gostam...! Não trabalha, come, bebe e usa droga de graça...! Você quer o que?! [...] eu também era assim. “

“Não, não gostava da vida que eu levava. [...] ...isso não é vida!... Isso não é vida nem pra um cachorro! Eu não desejo o que eu passei nem pra um cachorro!”

“Que eu não tava agüentando mais ficar na rua, passar frio, passar fome. Acordar, não ter ninguém pra conversar... e... e... não trocar de roupa direito...”

Demonstra desconhecimento sobre os fatores que levam meninas para as ruas, associando a permanência nesta condição ao hábito e ao fato de satisfazer as necessidades ‘de graça’. Ao mesmo tempo em que tenta anular o efeito perverso e auto-depreciativo dessa condição, ao dizer que gostava daquela vida, reconhece o sofrimento que viveu e o limite alcançado. Cabe observar que esse sentimento de que na rua ‘não trabalha, come, bebe e usa droga de graça’ é semelhante à noção de ‘dinheiro fácil’ associada à exploração sexual. O perigo e o sofrimento que experimentam no desempenho de tais práticas parece fazer parte do script, é levado em conta como contrapartida natural, numa posição auto-depreciativa. Essa experiência sofrida seria nomeada enquanto tal apenas quando sentem-se acolhidas, protegidas, seguras para “baixar a guarda” e poder falar de seus sentimentos mais íntimos.

- PROGRAMA SEXUAL COMO MEIO DE ACESSO À DROGA

O uso abusivo de drogas é o fator mais acentuado por Fabíola, no qual deposita a principal justificativa para o início e manutenção da sua prática de exploração sexual.

“Quando eu comecei... com 13 anos, que foi quando eu vi que eu já tava crescidinha, pedia dinheiro e ninguém dava mais... e eu queria usar droga... e na doidura eu fazia qualquer coisa.”

“Era prá usar droga e prá se vestir. Que eu nunca gostei de andar maloquera. [...] E se eu não me vestisse eu não ia arrumar dinheiro. Como eu ia arrumar dinheiro toda xôxa?”

Observa-se em sua fala o momento em que percebe a necessidade de mudar a estratégia de sobrevivência na rua. Enquanto criança, a mendicância era alternativa eficaz porque, paralela à violência inerente à situação, a criança na rua ainda serve-se de ações assistencialistas, calcadas num ideário cristão de uma parcela da sociedade que se apieda e oferece algum dinheiro ou alimento, sob a forma de esmola. Quando adolescente, o olhar dessa sociedade já é outro. A mulher adolescente, na rua, é imediatamente associada à figura da prostituta, personagem que povoa o imaginário coletivo, dando algum lugar àquela adolescente que causa estranhamento ao olhar do cidadão comum, por se afastar da norma social. Deixa de ser objeto de caridade para tornar-se objeto de prazer do adulto explorador.

Em sua fala denota o quão era movida pela droga, quando refere que na ‘doidura’ fazia qualquer coisa. Parece falar de um movimento de busca pela droga onde não há outro referencial possível além do mero sujeitamento às necessidades imediatas, sejam suas ou do outro. Em busca da ‘doidura’ que a droga concede, o próprio movimento dessa busca já é vivido como parte dessa ‘doidura’. E nessa condição não há sujeito, apenas objeto de prazer.

Além da droga aponta também como motivação a necessidade de vestir-se de forma “não-maloqueira”, com o objetivo de atrair o interesse do outro. Preocupação com a aparência como estratégia de sobrevivência, já que o corpo, na forma como se lhe apresenta, é a mercadoria privilegiada na prática da exploração sexual. O olhar e a aceitação do outro é que determina, nesta relação, a possibilidade de ‘conseguir algum dinheiro’.

Assim se refere à prática da exploração sexual:

“Aí a gente saía com o cara, aí terminava, pegava o dinheiro, ele deixava a gente no lugar que ele pegou, e a gente ia usar droga..!”

Fabíola descreve uma seqüência de ações que parecem pré-determinadas, resultantes de um contexto em que cada ator social sabe exatamente o que esperar do outro, e desempenha com tranquilidade seu próprio papel. Os perigos e sofrimentos inerentes à situação não são ressaltados, indicando mais uma vez a “naturalização” desses aspectos, como se fizessem parte dessa realidade pré-determinada, sem nenhuma possibilidade de alteração da sua lógica interna. Assim, o programa sexual adquire, para ela, o sentido de mera fonte de recursos para manutenção do uso de drogas. A obtenção da droga apresenta-se como a principal diretriz para suas ações e o programa apenas uma das estratégias que pode lançar mão para atingir seu objetivo. Na sua idade e de acordo com seu gênero, a exploração sexual aparece como a estratégia mais eficaz.

- **ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA: PROSTITUIÇÃO X ROUBO**

Quando refere-se a um namorado, outras estratégias além da exploração sexual são privilegiadas.

“Aí, depois que eu comecei a andar com a Vivian, eu tava com 13 anos, aí eu conheci um tal de B., que foi o meu namorado.

*Aí...aí que eu comecei a rouba memo, rouba memo, a assaltar,
é... loja, farmácia, essas coisas! Aí eu fiquei com ele, né. “*

Nossa prática de trabalho junto a essa parcela da população infanto-juvenil nos permite afirmar que esse procedimento é bastante comum. Geralmente, durante o período de namoro a exploração sexual dá lugar a outras estratégias de sobrevivência. Nesse caso, o namoro significou para Fabíola o ingresso nas práticas delituosas do furto e do assalto, que apresentam uma importante desvantagem sobre a exploração sexual, que é a dimensão do conflito com a lei. O namorado B. era maior de idade e logo foi preso.

*“Aí, aí que piorou mais pra mim, porque não tinha quem mais
me dava... porque ele me dava droga, né, não precisava me
prostituir, nada...! Porque ele roubava, ele me... dava roupa, me
dava de tudo.
[...] ...aí fiquei na rua mais ainda!”*

Sua fala nos revela uma dependência estabelecida nessa relação, principalmente do ponto de vista econômico, que lhe possibilita prescindir da exploração sexual. Garantidas a droga e a subsistência, não havia por quê ‘se prostituir’. No entanto, mediante a ausência do namorado, ela não enxerga outra alternativa a não ser voltar para as ruas e retomar suas antigas práticas. O estar na rua ‘*mais ainda*’ denota aqui um sentimento forte de desamparo. Depois de viver um período sentindo-se objeto de afeto e proteção por parte do namorado, voltar às ruas pareceu muito pior. Ainda que tênue e pouco duradouro, o distanciamento da situação de vida nas ruas foi necessário e suficiente para que essa crítica pudesse surgir. Algo semelhante observa-se na fala seguinte.

*“Horrrível! Muito chato eu ter que se trocar por dinheiro prá
usar droga!”*

Esta avaliação, realizada após um ano sem usar drogas e já frequentando o Projeto As Meninas, leva-nos a pensar que tenha sido possível em decorrência do distanciamento que então experimentava, durante a entrevista, em relação à situação de extremo risco anterior. Na época em que seu comprometimento era muito grande, tal crítica não tinha lugar. Não era possível um movimento de olhar-se como a um outro — mecanismo psicológico que leva à constituição de sentido — porque não havia sentimento algum de sujeito. Através do falar sobre si e sobre acontecimentos de sua vida possibilitou-se o reconhecimento de si mesma como lugar de desejos, necessidades, identificações, discordâncias. Acreditamos, portanto, que essa fala tenha sido produzida no processo de reflexão sobre sua vida, distante do que sentia no momento em que de fato estava vivenciando aquela fase. Uma fala referida em sentimentos atuais sobre sua vivência de adolescente prostituída, que indica uma resignificação da subjetividade.

OS PERSONAGENS MASCULINOS DA AVENIDA

São dois os principais personagens masculinos da avenida: o explorador e o policial. As relações estabelecidas com estes personagens revelam importantes contradições: há certo encantamento das meninas em relação a estes personagens, pelo valor social que lhes é atribuído (poder econômico e poder repressivo) ao mesmo tempo em que são personagens de um roteiro pré-definido, onde às meninas não é dada a possibilidade de criar novos scripts. São relações verticais, calcadas em atitudes previsíveis e socialmente cristalizadas, traduzidas em total submetimento das meninas à lógica perversa da dominação de gênero e classe social. O lugar possível para as meninas, nessas relações, é o de mero objeto de prazer e/ou objeto de arbitrariedade e poder.

O explorador

Citaremos a seguir algumas falas de Liliana e Celina que, pela nossa experiência no acompanhamento a adolescentes prostituídas, podemos considerar como reveladoras de sentimentos que são comuns ao grupo em geral. O explorador que faz a abordagem na avenida, por exemplo, é visto como aquele que, tendo status e poder econômico, lhes propicia certo reconhecimento ao dispor desses bens materiais.

“Ele paga bem pra caramba. Ele gasta dinheiro bastante, com as menina. Ele gasta dinheiro, sem miséria com a gente, no meio da rua.

Os cara de hoje em dia que sai com a gente são tudo que tem dinheiro, que tem carrão.

[...] anda na Presidente Wilson com mó carrão vermelho! ...é vereador!” (L)

Observa-se que as meninas simplesmente submetem-se aos seus desejos, sem questionamento. Por exemplo em relação à preferência por meninas sempre mais novas:

“Ah, eles falam que gostam né, fazer o quê? Que é melhor, que é mais gostosa, uma coisa assim.” (L.)

Ou pela exigência da novidade:

“Muitas vezes ...elas [amigas] me chamavam às vezes pra sair com o Paulo que era um cliente delas, né, de São Paulo, que ele sempre descia de São Paulo pra... Elas ligavam pra ele e ele descia pra cá. Daí ele só procura aquelas menina que ele nunca viu. Ele só sai acho que umas duas ou três vezes com essa menina. Se ele saiu com uma menina nova, ele sai umas duas, três vezes. Daí depois, tem que achar uma outra menina pra sair com ele de novo, entendeu. Que cada vez, ele já saiu com todas

as meninas da avenida. Aí toda vez que ele desce, tem que, tem que achar outra menina pra sair com ele.” (L.)

A exploração sexual de crianças e adolescentes em São Vicente assume também outras formas de manifestação. Demonstrando a ocorrência de atividades que movimentam altas cifras no mercado ilegal da pedofilia, Celina nos conta sobre exploradores que colecionam fotografias das meninas e sobre propostas de participação em produções pornográficas.

“ele falou que queria tirar foto minha pra ver se ia colocar na revista, mas não foto pelada, né?... com roupa. Ele tem umas fotos lá, minha... mas com roupa. Minha e de várias meninas!” (C.)

“...já me chamaram já pra isso. Mas tipo as fotos que eu ia fazer não ia ficar aqui... ia pra Espanha!... ia fazer filmagem e foto. Só que eu não quis... é que tipo assim... queriam tirar foto minha pelada, né? só que eu falei assim, tirar a minha foto, tudo, tinha medo... aí não queria... ia pagar 6.000 dólares! isso daí ia pagar... e mais, é... 600 reais só pra... US\$ 6.000 o filme, só o filme, e mais 600 as fotos! Só eu... tipo, eu e uma menina, né? aí eles ia tirar as foto de nós duas, entendeu? aí seria... tipo assim... nós fingindo que ia tomar banho, esses negócio... mas não com homem, nós transando... aí ele falou que se quisesse podia por uma máscara... só que aí nós não quis...” (C.)

Vivemos em uma sociedade perversa, pautada por desigualdades e relações de poder, que tem como um de seus principais pilares de sustentação certos valores culturais que permitem ao homem dispor de sua sexualidade como bem desejar, como afirmação da supremacia de gênero e da própria masculinidade. A sociedade como um todo é permissiva quanto ao explorador, depositando na menina prostituída a “culpa”

sobre sua condição. Consideramos, no entanto, que todo fenômeno social pressupõe um movimento dialético em sua constituição, e sua permanência histórica deve-se à presença de contradição na relação entre os personagens sociais envolvidos. A menina prostituída só o é, porque existe o explorador para legitimar esse lugar social.

Há que se considerar, no entanto, que a superação dessa contradição — menina prostituída/explorador — deve se dar na discriminação do papel social de cada um, de maneira a revelar a natureza dessa relação e apontar caminhos para a ruptura desse círculo vicioso. Trata-se de identificar o papel desse homem adulto enquanto explorador e abusador, que apoia-se na impunidade para manter uma atitude, acima de tudo, de desrespeito à lei; de outro lado, uma criança ou adolescente vítima de exclusão social, cujos direitos básicos são permanentemente violados, não só pelo adulto explorador, mas pelo conjunto da sociedade. Uma relação perversa, portanto, que precisa ser explicitada aos olhos do cidadão comum, na intenção de promover transformações culturais que alterem o sentimento de abuso e desrespeito presente nas atitudes de um grande número de homens.

A polícia

A relação perversa da polícia com as meninas revela-se em duas atitudes distintas. Há os policiais que também fazem programas com elas, o que resulta numa relação de cumplicidade já que, em situações em que são levadas à delegacia, por qualquer razão, esses mesmos policiais “resolvem” a questão mediante a liberação das meninas porque “já se conhecem”. Outro grupo de policiais, os que não fazem programa com elas, são vistos como “ignorantes”, no sentido da brutalidade no trato, porque as agredem, ofendem as meninas por serem “prostitutas”. Nas palavras de Liliana:

“Muitos, muitos saem com a gente. Direto eles aparece ali na Presidente Wilson. Só não aparece de viatura assim, mas com os carro deles mesmo, normal, de roupa.” (L)

[sobre situações em que foram presas]

“Chega no distrito, eles nem, nem discute com a gente. Eles mandam a gente embora, por causa que né, já é conhecida, entendeu?” (L)

“Tem uns que não faz [programa com as meninas]. Tem uns que é ignorante mesmo e não faz. Que são mesmo uns ignorante daí eles não fazem programa com a gente. ...São eles que xingam.” (L)

“...Quando as menina, a maioria das menina, quando eles vê assim, eles xingam de vagabunda, de puta, prostituta.” (L)

A perversidade da relação está também no sentido de proteção que a menina deposita nesse policial, quando reconhece a seu favor a atitude deste, na delegacia, de “obrigar” o explorador mau pagador a efetuar o pagamento do programa à menina, mediante ameaça ou mesmo agressão física. Ou seja, não se espera que a polícia desempenhe seu verdadeiro papel, o de punir o explorador simplesmente por abusar sexualmente de crianças e adolescentes, mas se reconhece como “proteção” o fato do policial contribuir efetivamente para que a prática da exploração sexual tenha continuidade. A menina sabe que a atitude do explorador “dá cadeia”, mas o que espera do policial é a conivência traduzida na defesa de seus interesses, em outras palavras, a garantia do pagamento pelo programa realizado.

[falando sobre quem é preso pelo policial]

“Lógico que prende. Depende. Por exemplo, se a gente falar pra ele assim: - Ah... saiu com o cara e o cara não me pagou. Eles vão lá, prende o cara. Mas o cara, se ele, se o cara não pagar, eles, eles falam assim, né: - Tu vai pagar a menina? Se ele pagar, tudo bem, ele deixa o cara ir embora... Deixa normal, se ele pagar a gente. Agora, se ele não pagar, eles dão um pau nos cara e fica tudo bem.” (L)

“...chega lá no distrito eu falo que ele me comeu e não quis pagar. Aí ele vai ter que pagar e vai ter que ... ainda por cima vai preso. Porque se eu falar que eu sou de menor, ele ainda vai preso. Os cara do distrito, o policial prende ele.” (L)

O lugar de proteção que deveria ser ocupado pela polícia, no sentido de fazer valer a norma legal que proíbe a exploração sexual de crianças e adolescentes, é absolutamente invertido: eles próprios são também exploradores, outras vezes culpabilizam a menina pela sua condição de explorada, ou ainda são meramente coniventes e auferem ganhos financeiros com a situação, mediante extorsão de valores em dinheiro do explorador pego em flagrante.

*“Às vezes muito, muitos já cataram a gente assim, fazendo programa com o cara dentro do carro.
Daí a polícia fala, ah... começa a falar: - Você tá com de menor, dentro do carro, não sei o quê...
Daí eles chegam no cara, conversam com o cara no canto e pede um dinheiro. Daí eles pedem 50, 100, 150 reais pro cara e o cara dá o dinheiro pra eles e eles vão embora. Normalmente.”
(L)*

Essa atuação da polícia, apesar de estar em desacordo com a lei, deixa a impressão de que eles próprios são a lei. A menina não faz questionamento algum sobre o poder que representam.

*“Ah, vai da cabeça deles....
Os policial. Eles que comandam lá, né. Eles que falam que... Se ele acha que tem que catar, vão catar. Se ele achar que não...”
(L)*

Subjetivamente se apropriam de um significado social, produto de nosso contexto cultural, referente à noção de que a lei, de fato, não é a mesma para todos. E, ainda, que não é o sistema de justiça que garante o cumprimento da lei, mas sim o poder encarnado na figura do mais forte, no caso, o policial. Ele passa a ser identificado como “a lei”, porque a faz valer, segundo seus próprios critérios, pelo poder da força bruta aliada à corrupção e à prática de favorecimentos ilícitos.

Não se reconhece legitimidade na letra da lei, que em nossa sociedade, especialmente no que se refere à garantia de direitos das crianças e adolescentes é, ainda, praticamente uma letra morta. Identifica-se o exercício da lei, sabidamente arbitrária, à figura do policial, resultando numa configuração subjetiva que legitima seu papel social como o de quem age conforme ‘a própria cabeça’.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Os dados obtidos na presente investigação confirmam as características subjetivas apontadas por Gomes (1996) em sua pesquisa sobre *prostituição infantil feminina*, citadas por nós no capítulo II. Entretanto, dadas as peculiaridades de cada trabalho, diferentes aspectos foram ressaltados em cada estudo. Na busca de alguma síntese, apresentamos a seguir os principais fatores expressos nos discursos das meninas entrevistadas, de maneira a nos permitir uma leitura mais ampliada da dimensão subjetiva de adolescentes prostituídas.

As meninas apontam um conjunto de motivos como responsáveis por levá-las à exploração sexual, com diferentes ênfases para cada uma delas, embora estejam entrelaçados na realidade objetiva: os problemas de relacionamento familiar, o “dinheiro fácil” associado à necessidade de consumo, o uso de drogas. Apontam ainda o aliciamento do explorador como facilitador e estímulo para a prática da exploração.

Retratam um panorama social permeado por ausências e rupturas, que não lhes proporciona referências confiáveis de proteção e cuidado. Os adultos, quando não são ausentes — referências explícitas às famílias — estabelecem relações violentas e

abusivas, fundadas no desrespeito e na postura utilitária da menina enquanto objeto. Entre seus iguais, os “amigos”, a traição e a violência são ingredientes cotidianos, que alimentam um sentimento ambíguo de estar acompanhado e estar só ao mesmo tempo, reafirmando um padrão transitório de se relacionar. Parece que as relações estão todas, sempre, por um fio. Provocam marcas profundas de abandono e desamparo, que se atualizam e se repetem, por exemplo, na dificuldade de vinculação a programas de atendimento. Buscando suportar tamanho desconforto, desenvolvem práticas e atitudes que lhes permitam sobreviver, prescindindo, aparentemente, de carinho ou proteção. Se mostram “duronas”, num primeiro momento, até que a confiança se estabeleça. Depois se desarmam e deixam transparecer as meninas marcadas pelos estigmas sociais e pelo lugar perverso de não-cidadania que a sociedade lhes reserva. Ao nos revelar as subjetividades, essas meninas nos mostram, também, que olhar social foi esse que as constituiu, devolvendo-nos o produto dessa dialética a partir de suas configurações subjetivas.

O fator econômico aparece como eixo principal nas falas das três meninas, seja para garantir o consumo de drogas, a sobrevivência ou as necessidades de consumo criadas pela nossa cultura. Consoantes a certos significados estabelecidos socialmente, atribuem sentido à falta de empregos e de perspectivas, traduzidas numa dura condição de miserabilidade, como justificativa para a atividade sexual comercial, sem grandes comprometimentos morais.

Não apresentam reflexão alguma sobre as consequências da baixa escolarização e pouca qualificação profissional no processo de obtenção de emprego e renda. Parecem revelar uma posição arraigada de que as oportunidades devam se oferecer, e não conquistadas. Não há visão de processo, que inclua planos desenvolvidos no tempo, mas uma visão imediatista que não deixa lugar para o desenvolvimento de habilidades ou competências. Nessa posição, o corpo se apresenta como matéria prima bruta que não precisa ser lapidada e que lhes confere renda de maneira imediata, já que o mercado é inesgotável e de fácil acesso.

O sentimento prevalente, em relação ao ato sexual em si, é de desprazer. Se aos olhos do cidadão comum uma adolescente prostituída remete à sexualidade plena, significando conhecimento e utilização do próprio corpo também enquanto instrumento de prazer, não reiteramos esse significado social ao analisarmos os resultados de nossa pesquisa. Através do próprio comportamento reafirmam essa imagem, já que assim espera-se que elas se mostrem, e, a subjetividade configura-se exatamente nesse jogo da intersubjetividade. Parecem, de fato, muito seguras de sua sexualidade, e, essa postura lhes garante sucesso no comércio do sexo. Mas o que revelam quanto ao que o ato sexual comercial lhes desperta é um sentimento de profundo desprazer, que só se justifica porque o ‘dinheiro fala mais alto’ e o apelo do consumo, afinal, é poderoso e incontrolável.

Outra ponto em comum, que aparece na análise da subjetividade das meninas entrevistadas, refere-se à sensação de impotência que experimentam em relação à saída das ruas ou da exploração sexual. Demonstram não encontrar, sozinhas, possibilidades de superação dessa condição. Podemos formular um entendimento de que, assim como não ocuparam esse lugar sozinhas — ele é fruto de complexas, contraditórias e perversas relações sociais — precisam de acompanhamento, intenso e duradouro, para que possam superá-lo. Esta postura cabe aos profissionais da área, que têm nas mãos uma tarefa árdua, já que significa trabalhar na direção da superação, antes de tudo, de um modelo de relação calcada no utilitarismo e no imediatismo, construído dialeticamente no processo de socialização dessas meninas.

Quando falam de questões morais demonstram reconhecer a condenação que a sociedade impõe à prostituição, no entanto, constróem um significado compartilhado onde a prática da exploração sexual é absolvida porque justificada pela necessidade econômica. O lugar que permanece atacado é o da menina promíscua, que ‘transa com qualquer um’, não por dinheiro, mas por mero desejo descompromissado. Essa questão, enfatizada na fala de Liliana, nos revela o quão inaceitável é assumir esse lugar social desmoralizado. O ato condenatório passa a ser o da outra, não o próprio. Em sua construção subjetiva, a aceitação social lhe confere um status que precisa ser mantido, de forma a lhe garantir pertencimento a um coletivo que reconheça nela algum valor.

Ainda que tenha sido Liliana a porta-voz, creio que seja essa uma posição compartilhada por muitas outras meninas na mesma situação. Não se formula nenhum tipo de questionamento às atitudes desmoralizadoras dos ‘moleques’ — quando estes ‘saem falando pra todo mundo’ que transaram. Assumem uma posição passiva, socialmente legitimada, de quem apenas se submete às regras de um jogo e representa seu papel de acordo com essas regras pré-estabelecidas. Reproduzem o modelo de dominação masculina da sociedade machista, assegurando o lugar de subserviência da mulher na configuração da subjetividade, sem tomar consciência desse lugar social. Na tentativa de preservar-se da perversidade desse jogo, por vezes até recusam-se a jogar, mas não arriscam mudar nenhuma de suas regras.

No que se refere ao grau e à forma de envolvimento na exploração sexual, as peculiaridades de cada uma das três meninas aparecem em cada discurso, revelando diferentes construções subjetivas quanto ao sentido que a prática da exploração sexual adquire para cada uma. Fabíola nos revela o forte imbricamento com o uso de drogas e a vivência de rua. Celina, cuja ambiguidade a mantém mais preservada, idealiza as supostas vantagens da exploração sexual.

Liliana, a mais assídua, aponta a falta do apoio familiar, o apelo do consumo, o valor da moralidade. Várias vezes, durante a entrevista, utiliza-se da expressão ‘antigamente’, parecendo referir-se a uma época na qual as relações estavam mais preservadas, o mundo menos ameaçador e a ingenuidade era a marca prevalente. A saída para as ruas e seu envolvimento com a exploração sexual marcam uma nova etapa de sua vida, onde tudo passa a ser pior que ‘antigamente’. Há uma marca profunda, estabelecida pela ruptura de padrões de relacionamentos respeitosos, de namoros ingênuos e da ausência de violência e perigos, que na verdade parecem idealizações. Desejos de criança, que ao se deparar com a realidade encontra uma mãe violenta e expulsiva, um mundo de relações abusivas e perversas, que a fazem manter referência a um passado distante, onde a vida, através de seu olhar infantil, parecia oferecer algum encanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“(...) a violência é uma forma de relação social; está inexoravelmente atada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência.
(...) A compreensão de sua fenomenologia não pode prescindir, por conseguinte, da referência às estruturas sociais; igualmente não pode prescindir da referência aos sujeitos que a fomentam enquanto experiência social.”

Adorno (1988)¹¹

As adolescentes de nossa pesquisa, a despeito de serem pessoas em desenvolvimento, encontram-se numa situação de violação dos direitos estabelecidos na lei, que se traduz em vulnerabilidade a todas as formas de violência, inclusive a sexual. A infância em risco, produto das diferentes situações de abandono, deve aqui ser percebida como o resultado direto da omissão ou inexistência das políticas sociais básicas; reflexo do descaso e da incompetência do Estado brasileiro, mediante a convivência de uma grande parcela da sociedade, omissa e alienada.

A sociedade, através de seus vários setores, deve enfrentar o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes numa perspectiva crítica, que contemple a interpretação dialética da realidade. Trata-se de questionar valores culturais arraigados, fundados numa postura anti-ética e violentadora, que permite a homens adultos abusar sexualmente de crianças e adolescentes, pessoas ainda em formação, que deveriam, ao contrário, contar com proteção social efetiva para um desenvolvimento saudável. É permissiva com o adulto explorador, enquanto segrega e condena a menina que se prostitui.

É preciso desconstruir o mito de que a exploração sexual comercial afeta apenas um pequeno número de meninas, aquelas que se fazem conhecer pelos serviços de assistência pela frequência nas ruas e são reconhecidas pela assiduidade na “avenida”.

¹¹ Citado por Guerra (1998, p. 31)

Este grupo mais assíduo, certamente, é bem menor que o número de meninas que realizam programas sexuais ocasionais, como Celina, e que cotidianamente deparam-se com o assédio ostensivo dos exploradores a oferecer-lhes o dinheiro que lhes falta em troca de sexo. Mediante a hipocrisia de uma sociedade que garante impunidade ao explorador — que é um contraventor — e não oferece à menina perspectivas reais de uma vida com dignidade porque viola seus direitos básicos, comercializar o próprio corpo vai se tornando uma estratégia cada vez mais legitimada.

Os formuladores de políticas públicas precisam partir dessa visão ampliada do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes de baixa renda, trabalhando efetivamente com aspectos da realidade concreta, e não com suposições pouco consistentes, baseadas em avaliações distanciadas e descomprometidas com transformações reais dos patamares de qualidade de vida desta população. Enfrentar a exploração sexual implica estabelecer linhas de ação que focalizem não só a menina (vítima) mas sua família (abandônica e também abandonada do ponto de vista social), a comunidade (serviços excludentes e discriminatórios) e a sociedade em geral (descompromisso, hipocrisia de certos valores culturais).

Este é um trabalho a ser realizado em diversas dimensões, que extrapola o âmbito da assistência social. Envolve atuação da justiça para defesa dos direitos da criança ou adolescente e culpabilização de adultos exploradores; engajamento da mídia e setores de comunicação em geral para esclarecimentos e campanhas; discussão ampliada com serviços da comunidade que deveriam atender a essa demanda (escola, centros de convivência, centros de formação profissional, unidades de saúde); conscientização da polícia quanto ao seu papel; mobilização para participação da sociedade civil em instâncias de formulação de políticas públicas (conselhos municipais); atendimento às meninas vitimadas na direção da conquista de autonomia cidadã; produção de conhecimento que subsidie essas ações.

Nosso objetivo, ao empreender o presente estudo, foi o de poder colaborar nesse enfrentamento. Focalizando o atendimento psicossocial, buscamos conhecer mais sobre a subjetividade de meninas que vivem nessa condição para proposição de ações que

venham ao encontro de suas necessidades, desejos e potencialidades. Ansiamos pela implementação de metodologias inovadoras de ação que resultem em avanços na atenção a meninas vítimas de exploração sexual, significando desenvolvimento pessoal e melhoria na qualidade de suas vidas.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Wanda M. Junqueira (2001) – A pesquisa em Psicologia Sócio-Histórica: Contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.) – **Psicologia Sócio-Histórica**, SP, Cortez Editora.
- AGUIAR, Wanda M. Junqueira, BOCK, Ana M. Bahia, OZELLA, Sergio (2001) – A Orientação Profissional com Adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOCK, Ana M. Bahia, GONÇALVES, M. Graça M., FURTADO, Odair (orgs.) – **Psicologia Sócio-Histórica**, SP, Cortez Editora.
- ALVIN, Patrick (1997) – Os Adolescentes Vítimas de Abusos Sexuais. In: GABEL, Marceline – **Crianças Vítimas de Abuso Sexual**, SP, Summus Editorial.
- AMARAL E SILVA, Antonio Fernando (1991) - O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Justiça da Infância e Juventude in PEREIRA, Irandi e col. – **O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Justiça da Infância e da Juventude**, da série Cadernos Populares nº 6, SP, SITRAEMFA/ CBIA, pp 5-21.
- ARIÈS, Philipe (1978) - **História Social da Criança e da Família**, RJ, Ed. Zahar.
- AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo (orgs) (1989) – **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**, SP, Iglu Editora.
- BOCK, Ana Mercês Bahia (1996) – **Adolescente do ponto de vista da teoria sócio-histórica: uma aproximação conceitual**, SP. (mimeo)
- CARVALHO, Maria do Carmo Brant de, e col. (1993) - **Trabalhando Abrigos**, da série Cadernos de Ação nº 3, SP, IEE/ CBIA.

- CLÍMACO, Adélia Araújo de Souza (1991) - **Repensando as concepções de adolescência**, Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, PUC – SP.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da (1989) - Infância, Juventude e Política Social no Brasil, in **Brasil Criança Urgente**, SP, Ed. Columbus, pp 35-64.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da (1991) - **Por uma Pedagogia da Presença**, Brasília, CBIA.
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da (1999) – o Adolescente como Protagonista, in SCHOR, Néia e col. (orgs), **Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento**, vol I, Brasília, Ministério da Saúde, pp 75-79.
- FALEIROS, Eva T. Silveira (2000) - **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. Brasília, Thesaurus.
- FALEIROS, Vicente de Paula (coord) (1997) - **Fundamentos e Políticas Contra Exploração e Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes**. Brasília, Ministério da Justiça.
- GOMES, Romeu (1996) – **O Corpo na Rua e o Corpo da Rua – A prostituição infantil feminina em questão**, SP, Unimarco Editora.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (1997) - **Epistemologia Cualitativa y Subjetividad**. SP, EDUC.
- GONZÁLEZ REY, Fernando (1999) - **La Investigación Cualitativa en Psicología – Rumbos y Desafios**. SP, EDUC.
- GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo (1998) – **Violência de Pais contra Filhos: a tragédia revisitada**, SP, Cortez Editora.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota (2000) – **Metodologias Qualitativas na Sociologia**, RJ, Vozes.

LEAL, Maria de Fátima Pinto e CÉSAR, Maria Auxiliadora (org) (1998) - **Indicadores de Violência Intra-Familiar e Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes**. Brasília, CECRIA, Ministério da Justiça, CESE.

LEAL, Maria Lúcia Pinto (1999) - **Exploração Sexual Comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório Final – Brasil**. Brasília, CECRIA, UNICEF, CESE, Ministério da Justiça, Visão Mundial, Instituto Interamericano del Niño.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) (1994) – **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**, RJ, Vozes.

MOLON, Susana Inês (1999) - **Subjetividade e Constituição do Sujeito em Vygotsky**, SP, EDUC.

MORIN, Edgar (1980, p. 360) – **O Método II – A vida da VIDA**, Lisboa/ Portugal, Publicações Europa-América.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1989) – Exploração Sexual de Crianças. In: AZEVEDO, Maria Amélia, GUERRA, Viviane N. de Azevedo (orgs) – **Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder**, SP, Iglu Editora.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. (1997) – No fio da Navalha: Violência Contra Crianças e Adolescentes no Brasil Atual. In: MADEIRA, Felícia Reicher – **Quem Mandou Nascer Mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**, RJ, Unicef/ Ed. Rosa dos Tempos.

- SANTOS, Benedito Rodrigues dos (1996) - **A Emergência da Concepção Moderna de Infância e Adolescência**, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - Antropologia, PUC-SP.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos – A cidadania “Regulada” de Crianças e Adolescentes (1999) - **Estudos – Revista da Universidade Católica de Goiás**, n.1, v.26, Goiânia.
- SÊDA, Edson (1991) – **O Novo Direito da Criança e do Adolescente**. Brasília, Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência – CBIA, Ministério da Ação Social.
- SIMONETTI, Cecília, BLECHER, Margareth, MENDEZ, Emilio Garcia (compiladores) (1994) – **Do Averso ao Direito**, SP, Secretaria da Criança e do Bem Estar Social do Governo do Estado de São Paulo e Unicef – Brasil.
- SOUSA, Sônia Margarida Gomes (2001a) – **Prostituição Infantil e Juvenil: Uma análise Psicossocial do Discurso de Depoentes da CPI**, Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP.
- SOUSA, Sônia Margarida Gomes (org.) (2001b) – **Infância, Adolescência e Família**, Goiânia, Cãnone Editorial.
- SZYMANSKI, Heloísa (1992) - **Trabalhando com Famílias**, da série Cadernos de Ação nº 1, SP, IEE/ CBIA.
- VAZ, Marlene (1997) – A Situação do Abuso Sexual e da Exploração Sexual Comercial Contra Crianças e adolescentes no Brasil. In: COSTA, João de Jesus da (coord) – **Rompendo o Silêncio**. Seminário Multiprofissional de Capacitação Sobre Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, São Luiz/MA, CEDECA/ Procuradoria da Justiça.
- VIGOTSKI, L. S. (1996) - **Teoria e Método em Psicologia**. SP, Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. S. (1998) - **Pensamento e Linguagem**. SP, Martins Fontes.

VIGOTSKI, L. S. (1999) - **A Formação Social da Mente**. SP, Martins Fontes.

ANEXOS

Universo empírico

- O município de São Vicente
- Projeto Camará
 - Projeto As Meninas

Entrevistas

- Liliana
- Celina
- Fabíola

O UNIVERSO EMPÍRICO

O Município de São Vicente ¹²

O município de São Vicente localiza-se na Baixada Santista, a 71 km da capital de São Paulo. Foi capital paulista por 177 anos, sendo a primeira cidade organizada do país. Também constituiu a primeira Câmara Municipal das três Américas. Tem uma superfície de 146 km², divida em uma porção de 18 km² da Ilha de São Vicente, compartilhada por Santos, e a porção continental de 117 km².

O censo de 1991 apontou uma população de 268.732 habitantes, estimada, hoje, em 300.000 pessoas. Considerando-se apenas a população infanto-juvenil, tem-se a marca de 37% da população total do município, ou seja, cerca de 111.000 pessoas com menos de 20 anos.

No processo de industrialização e urbanização da Baixada Santista, São Vicente cumpriu função e papel complementar e auxiliar nesse desenvolvimento: encaminhou mão-de-obra para as indústrias de Cubatão, Santos e mesmo São Paulo (capital), constituindo-se assim em cidade-dormitório. O comércio e a prestação de serviços são setores que empregam cerca de 80% das pessoas que trabalham no próprio município.

A caracterização sócio-econômica da população local é bastante modesta: estima-se que 30% dos chefes de família possuem renda média de um a dois salários mínimos. Do total da população, em 1994, 56.274 pessoas moravam nas dez favelas existentes, sendo que na maior e mais antiga delas, a “México 70”, concentram-se cerca de 20 mil habitantes. Das pessoas sem moradia atendidas no Plantão Social da Prefeitura Municipal, em 1996, a terça parte era constituída de menores de 20 anos de idade, totalizando cerca de 350 jovens.

Um dado a ser considerado para as condições de saúde e sócio-ambientais é a situação de saneamento básico: enquanto o abastecimento de água atende 92,8% dos domicílios, o sistema de esgoto sanitário cobre apenas 22,9% do atendimento domiciliar.

A taxa de analfabetismo chega à marca de 17,52%. A precariedade da oferta e do acesso à educação, formação e qualificação profissional, tem resultado em desemprego, dificuldade de colocação e mesmo recolocação no mercado de trabalho, o que aumenta o número de trabalhadores no setor informal e nas estratégias de sobrevivência nas ruas. O índice de desemprego é de 26% da população economicamente ativa (a média nacional é de 20%).

Esse quadro contundente aponta a necessidade urgente de elevação da qualidade de vida da maioria da população do município, particularmente de sua população jovem, o que exige do poder público enorme esforço na direção da atenção, assistência e garantia de direitos. A rede social de atendimento é insuficiente e precária na oferta de programas e serviços sociais, sendo detectada, ainda, a necessidade de se modernizar e qualificar os existentes.

O Projeto Camará¹³

Centro Camará de Pesquisa e Apoio à Infância e Adolescência é uma organização não governamental com atuação na Baixada Santista, predominantemente no município de São Vicente. Fundada em 1997, desde então recebe encaminhamentos da Vara da Infância e Juventude do município, bem como do Conselho Tutelar,

¹² Estes dados constam no *Relatório Parcial dos Resultados do Projeto As Meninas* (CAMARÁ, 2000) onde utilizou-se dados da FIBGE/Bases de Informações Municipais – Malha Municipal Digital (1996) e do Plano Municipal de Assistência Social (biênio 1999-2000).

¹³ Informações colhidas junto a diversos documentos oficiais da organização.

priorizando o atendimento a adolescentes em situação de risco pessoal e social. Adota como missão institucional a tarefa de olhar para o cidadão criança/adolescente considerando sua condição peculiar de desenvolvimento e a complexidade de seu lugar social, e, assim, empreender ações geradoras de autonomia e desenvolvimento psicossocial.

Este conjunto de ações, denominado *Projeto Camará*, busca proporcionar a plena realização do potencial humano – crítico e criativo – de cada pessoa acompanhada. Assim, seu objetivo maior é favorecer a inclusão e circulação dessa pessoa na rede social ampliada, a partir do reconhecimento de seu lugar social como sujeito desejante e de direitos. Desse modo atende, personalizadamente, adolescentes e respectivas famílias com problemas de relacionamento interpessoal e dificuldades de natureza sócio-cultural.

“Parte-se da concepção de saúde integral e cidadania enquanto a capacidade da pessoa (sujeito) atuar, em sua vida cotidiana, em três grandes cenários: da casa – espaço de moradia e de vivência de relações interpessoais; da escola e do trabalho – espaços de construção de autonomia pela inclusão em atividades produtivas e de formação e qualificação; das relações sociais – espaços de participação em atividades comunitárias, recreativas, esportivas, culturais e de lazer.

Os programas desenvolvidos pelo PROJETO CAMARÁ buscam o incremento da capacidade de circulação da pessoa (sujeito) por esses três cenários visando ao aumento do poder contratual, ou seja, de poder efetuar trocas materiais, afetivas e simbólicas para o pleno exercício da cidadania. Oferecem a garantia de um espaço onde a pessoa possa ser criadora, sujeito que possa se ver, rever e reconstruir sua imagem, através da possibilidade de experimentar novos vínculos, novas formas de aprender e de viver; um espaço educativo que contenha essa rica e confusa experiência de crescimento (principalmente

quando se trata de adolescente e jovem) e que seja acolhedor frente às dificuldades inerentes desse processo.” (CAMARÁ, 2000, op cit, pp 24-25)

Articulando teoria e prática, os profissionais do Camará mantêm espaços permanentes de reflexão, estudos de casos, troca de experiências e formação, buscando garantir a qualidade e amplitude do trabalho e, ainda, a sistematização de suas metodologias de ação. Cada sujeito acompanhado pela equipe torna-se também *objeto de estudo*, tema a ser aprofundado em reuniões sistemáticas, visando uma melhor compreensão dos fatores psicossociais determinantes, bem como a avaliação da eficiência e eficácia das estratégias empregadas no acompanhamento do caso.

Os frequentadores (atualmente cerca de 100 pessoas), considerados *sócios participantes*¹⁴, além de serem beneficiados pelos programas oferecidos, são permanentemente estimulados a ocupar uma posição ativa junto à organização. No decorrer dos processos de acompanhamento busca-se a formulação de um projeto pessoal, que possa ampliar as perspectivas de vida e de futuro, e tenta-se oferecer condições para seu desenvolvimento. Dessa maneira, é o desejo de cada sócio participante e o compromisso com o próprio desenvolvimento que direciona a criação de novos projetos, oficinas ou atividades.

Especialmente junto aos adolescentes estimula-se uma participação ativa, seja a partir da atuação em Comissões, participação em Assembléias Gerais do Camará, visitas a outras instituições para estabelecimento de parcerias ou na formação de agentes multiplicadores. Essas ações colocam o sujeito como ator principal no processo de seu desenvolvimento, vivenciando e exercendo sua cidadania, o que traduz-se como promoção do *protagonismo juvenil*. Em última instância, esse é o objetivo primordial do Camará.

¹⁴ Uma das categorias de sócio da organização, ao lado dos sócios efetivos, colaboradores e beneméritos. Aos sócios participantes é concedida voz nas Assembléias Gerais, voz e voto nas Assembléias do Núcleo Sócio-Cultural, bem como participação na formulação de regimento interno.

Nas palavras de Antônio Carlos Gomes da Costa (1999, p 75):

“Por meio desse tipo de ação, o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio-comunitário.”

De maneira a organizar o cotidiano institucional e melhor articular suas atividades, o Projeto Camará estrutura-se em três núcleos programáticos:

Núcleo Psicossocial – desenvolve ações de caráter terapêutico: atendimento psicológico individual e em grupo; visitas técnicas domiciliares; Acompanhamento Terapêutico¹⁵.

Núcleo de Cultura – apoiado no conceito do protagonismo juvenil, organiza atividades de natureza artístico-cultural, sendo coordenado pelos próprios jovens, sob supervisão da equipe técnica do Camará.

Núcleo de Pesquisa – reúne atividades de supervisão, estudos, pesquisa e capacitação profissional, fomentando elaboração e difusão de subsídios técnicos e metodologias inovadoras de ação na área da infância e adolescência em situação de risco. Periodicamente promove-se eventos de caráter científico, com a participação de renomados especialistas nos temas abordados. Eventos já promovidos: Jornada sobre Adoção (jun/98); Jornada sobre Acompanhamento Terapêutico (nov/98); Workshop “As Meninas” – A prostituição infanto-juvenil feminina em questão (abr/2000); II Jornada sobre Acompanhamento Terapêutico (nov/00).

Cada Núcleo conta com coordenação própria, subordinados a uma coordenação geral, que reafirma a metodologia participativa na condução do Projeto Camará junto à equipe técnica. Esta também é chamada sistematicamente a elaborar e participar de

¹⁵ Modalidade de atendimento psicológico originada no campo da Saúde Mental, que pressupõe intervenções diretas na realidade. O terapeuta acompanha a adolescente aos espaços sociais e comunitários que se façam necessários, propiciando a resignificação dessa experiência e consequente ampliação da capacidade de circulação e inclusão social nesses espaços.

novas propostas. Faz-se presente ainda a Diretoria da organização, formada por voluntários compromissados com o empoderamento do público alvo, cuja função primordial é garantir sustentabilidade institucional ao trabalho técnico. Atualmente o Camará tem como fonte de recursos convênios e parcerias com instâncias públicas governamentais e não governamentais, doações e contribuições individuais.

Atua-se também em espaços de formulação de políticas públicas, buscando colaborar para a efetivação dos princípios estabelecidos pelo ECA em suas diversas interfaces com a sociedade. O Camará possui assento nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) e de Direitos da Criança do Adolescente (CMDCA); participou oficialmente da III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (nov/99 – Brasília), no Seminário “Interlocução Técnica para Implementação das Agendas Sociais” (mai/00 – Brasília), na elaboração do Plano Nacional contra a Violência Sexual Infanto-Juvenil (jun/00 – Natal/RN) e na formulação de estratégias para implementação do mesmo (nov/00 – Brasília).

O Projeto “As Meninas”

Uma vertente importante do trabalho desenvolvido pelo Projeto Camará tem sido o acompanhamento a adolescentes prostituídas. Em 1999 alcançamos aprovação do *Projeto “As Meninas”* no Concurso Brasil Criança-Cidadã (Secretaria de Estado da Assistência Social / Ministério da Previdência e Ação Social - MPAS), para realização de estudo e acompanhamento de meninas em situação de extremo risco, especialmente vítimas de exploração sexual (nov/99 a mar/00). A mesma secretaria financiou o *“Projeto Meninas – fase II – intervenção na situação de risco e extremo risco”* entre julho e dezembro de 2000. Atualmente está em desenvolvimento o *“Projeto Meninas – fase III – Atendimento e Pesquisa”*, implementado a partir de julho/01 por um período de um ano, mediante financiamento da World Childhood Foundation – Instituto WCF–Brasil, ligado à Rainha Sílvia da Suécia.

Na primeira fase deste projeto foi realizado o acompanhamento psicossocial de 20 crianças e adolescentes do sexo feminino, em situação de extremo risco, vítimas de exploração sexual comercial. Produziu-se também um estudo, sob orientação da Profa. Irandi Pereira, visando a compreensão dos determinantes estruturais da situação de violência sexual no município de São Vicente, a partir das falas das meninas, de seus familiares, de gestores de políticas públicas e atores do sistema de garantia de direitos. Foram realizadas entrevistas abertas com profissionais e algumas meninas, grupos de escuta com meninas, grupo de escuta com familiares, observação participante, aplicação de questionários para definição do perfil das participantes. Consultou-se vasta bibliografia incluindo legislação, planos, políticas e resoluções de instâncias de implementação e de resolução de políticas. Os resultados deste estudo, na forma de Relatório Preliminar, foram apresentados para discussão em workshop produzido para este fim, com a presença de vários especialistas na área.

A segunda fase constou de atendimento direto a meninas e seus familiares, numa perspectiva de ampliação do número de beneficiários, contemplando também ações preventivas quanto ao envolvimento na exploração sexual.

A fase atual deste projeto contempla, novamente, atendimento e pesquisa. Trabalha-se com um universo de 50 meninas em situação de risco e extremo risco, além de seus familiares. Os objetivos específicos desta fase estão assim colocados:

“Reduzir a incidência de comportamento sexual de risco entre as adolescentes atendidas; adolescentes capazes de desenvolver projetos de vida; elevação da auto-estima das adolescentes; adolescentes autoras de ações que promovam sua inclusão social; permanência e sucesso das adolescentes na escola; adolescentes melhor preparadas para ingresso em postos de trabalho; adolescentes capazes de cuidar da própria saúde; famílias mais fortalecidas para ocupar lugar de autoridade e proteção em relação às meninas; abusadores esclarecidos sobre

a natureza perversa e criminosa do abuso sexual praticado e compromissados a romper com essa prática.” (Camará, 2001)¹⁶

Ainda segundo o projeto, serão utilizadas as seguintes estratégias de ação:

“Oferecer atendimento psicossocial a 30 adolescentes em situação de risco; realizar Acompanhamento Terapêutico a 20 adolescentes em situação de extremo risco; oferecer atendimento psicossocial às famílias; oferecer atendimento psicológico aos abusadores; desenvolver pesquisa aplicada; desenvolver atividades sócio-educativas; conectar a região da Baixada Santista à rede nacional de combate à violência sexual através do Banco de Dados RECRIA; fortalecer e integrar a rede de apoio local.”

A pesquisa a ser desenvolvida buscará identificar e analisar os fatores emocionais e sócio-ambientais que promovem desenvolvimento psicológico saudável em adolescentes em situação de risco social. Através de entrevistas abertas com meninas e familiares, além da observação participante dos membros da equipe, serão comparadas as histórias de vida e expressões de subjetividade entre pares de irmãs onde apenas uma delas esteja envolvida com a exploração sexual. Pretende-se focalizar possíveis “fatores de proteção” na situação de risco social, de maneira a produzir subsídios teóricos que favoreçam a ação da rede de apoio na prevenção da exploração sexual.

Vale destacar que este projeto, atualmente, tem sido realizado por equipe multidisciplinar composta por um psicólogo, um educador, dois acompanhantes terapêuticos, uma assistente social, dois arte-educadores (fotografia/vídeo e dança), um pesquisador, coordenador e supervisor.

¹⁶ Projeto “As Meninas” – fase III